

combate

[#283] [Junho a Agosto 2005] [trimestral] [director: Luís Branco] [preço: 4 euros]

SÓCRATES E OS 100 DIAS DE OPORTUNIDADES PERDIDAS

Alda Macedo faz o balanço do arranque do governo social-liberal

>> NA PÁGINA 3



Constituição Europeia >> Nova Oportunidade para a Europa Alternativa

Leituras >> "Multitudes" e "Portugal Hoje: o Medo de Existir"

América Latina >> A "Guerra do Gás" Boliviana e o Alerta Vermelho Zapatista



FOTO DA CAPA: PAULETE MATOS

nesta edição:

- 3**
O JOGO PERIGOSO DE SÓCRATES
ALDA MACEDO
- 6**
CONSTITUIÇÃO EUROPEIA
PROJECTO NEOLIBERAL
CHUMBADO NAS URNAS
ALDA SOUSA
- 10**
VERÃO QUENTE DE 1975
ESPLendor E AGONIA DA REVOLUÇÃO
ANTÓNIO LOUÇÃ
- 14**
ENSINO BÁSICO
ABANDONO, DIZEM ELES
JAIME PINHO
- 18**
A PROPÓSITO DE...
"PORTUGAL, O MEDO DE EXISTIR",
DE JOSÉ GIL
CECÍLIA HONÓRIO
- 24**
A PROPÓSITO DE...
"MULTITUDE", DE MICHAEL
HARDT E TONI NEGRI
DANIEL BENSÂID
- 34**
É NECESSÁRIA UMA
QUINTA INTERNACIONAL?
MICHAEL LÖWY
- 39**
ESTADO ESPANHOL
MENOS PP, MAIS NAÇÕES
JOÃO ROMÃO
- 42**
BOLÍVIA
UMA NOVA ARMADILHA
CARLA PUNKOYA
- 46**
MÉXICO
ALERTA ZAPATISTA
RICARDO GOMES
- 49**
BIENAL DE VENEZA
ROTAÇÕES DA ALTA RODA
DAS ARTES VISUAIS
ÂNGELO FERREIRA DE SOUSA
- 51**
À MEMÓRIA DE EUGÉNIO DE ANDRADE
POEMA
JOSÉ LUÍS PEIXOTO

RECORTA OU FOTOCOPIA ESTE FORMULÁRIO
(OU ESCRIVE NUMA FOLHA ESSES DADOS)
E ENVIA-OS JUNTO COM O CHEQUE OU VALE POSTAL
À ORDEM DE "COMBATE" PARA:
COMBATE, R. DA PALMA, 268, 1100-394 LISBOA

NOME: _____
MORADA: _____
CÓD. POSTAL/LOCAL: _____
TELEFONE/TELEMÓVEL: _____
EMAIL: _____

ASSINATURA ANUAL (4 EDIÇÕES): 25 EUROS (PORTUGAL)
40 EUROS (ASSINATURA DE APOIO) | 45 EUROS (UE)
50 US DÓLARES (RESTO DO MUNDO)
EDIÇÃO DIGITAL (VIA EMAIL): 10 EUROS | 10 US DÓLARES

DIRECÇÃO LUÍS BRANCO EDIÇÃO CARLOS CARUJO E JOÃO CARLOS
EDIÇÃO FOTOGRAFIA PAULETE MATOS
COLABORARAM NESTE NÚMERO ALDA MACEDO, ALDA SOUSA, ÂNGELO FERREIRA
DE SOUSA, ANTÓNIO JOSÉ ANDRÉ, ANTÓNIO LOUÇÃ, CARLA CRUZ,
CARLA PUNKOYA, CATARINA CARNEIRO DE SOUSA, CECÍLIA HONÓRIO,
DANIEL BENSÂID, ISABEL CARVALHO, JAIME PINHO, JOÃO ROMÃO,
JOSÉ FEITOR, JOSÉ LUÍS PEIXOTO, MICHAEL LÖWY, NUNO COSTA, NUNO NEVES,
NUNO RAMOS DE ALMEIDA, RICARDO GOMES, RICARDO LAFUENTE
IMPRESSÃO E ACABAMENTO CIÊNCIA GRÁFICA PROPRIEDADE FRANCISCO LOUÇÃ
ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO RUA DA PALMA, 268. 1100-394 LISBOA TEL 218864643
FAX 218882736 E-CORREIO REVISTA@COMBATE.INFO PERIODICIDADE TRIMESTRAL
REGISTO INST. COMUNICAÇÃO SOCIAL 107263 ISNN 0871-3596
OS ARTIGOS E ILUSTRAÇÕES ASSINADOS NÃO REFLECTEM NECESSARIAMENTE O PONTO DE VISTA DA COMBATE

WWW.COMBATE.INFO

COMBATE É UMA REVISTA TRIMESTRAL EDITADA
PELA APSR, CORRENTE DE MILITANTES DO BLOCO
DE ESQUERDA. COMBATE É UM CONTRIBUTO PARA
O DEBATE E A ACTUALIZAÇÃO DAS TRADIÇÕES
SOCIALISTA, LIBERTÁRIA E INTERNACIONALISTA
DA ESQUERDA PORTUGUESA.

O JOGO PERIGOSO DE SÓCRATES

ALDA MACEDO*

OS PRIMEIROS CEM DIAS DO GOVERNO PS FICAM IRREMEDIAMENTE MARCADOS PELO REGRESSO DA OBSESSÃO DO DÉFICE, APESAR DA SAÍDA DO PROTAGONISTA DOS CORTES ORÇAMENTAIS E DO AUMENTO DOS IMPOSTOS, O “REFORMADO DE LUXO” CAMPOS E CUNHA. A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS QUE DÊEM PRIORIDADE À CRIAÇÃO DE EMPREGO E QUALIFICAÇÕES NÃO SERÁ COMPENSADA PELO PACOTE DE INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS, QUE FICAM TOTALMENTE REFÉNS DO FINANCIAMENTO POR PARTE DO SECTOR PRIVADO.

AO LONGO dos últimos meses o governo Sócrates tem-se comportado como um jogador de bilhar às três tabelas. Em tacadas sucessivas apresentou um plano de estabilidade e crescimento que coloca no centro da política do governo a contenção do défice, a redução da despesa pública e o aumento de impostos. Fez da função pública o bode expiatório dos gastos do estado e num acto de prestidigitação misturou direitos e condições de trabalho de uns com o que verdadeiramente são as regalias de uma pequena minoria dirigente. Rematou tudo isto com o acordo sobre o código do trabalho que o mantém como instrumento da precariedade do emprego e de contenção da negociação colectiva e do direito à greve.

Ao mesmo tempo fez pontaria à segunda tabela, acena esporadicamente com o referendo da despenalização do aborto, promete a redução do preço dos medicamentos, entra no debate da lei da nacionalidade e declara as energias renováveis como a prioridade da inovação tecnológica.

À terceira tabela atira com um plano de investimentos prioritários, no qual o investimento público é reduzido à sua expressão minimalista e portanto depende em absoluto das parcerias com investidores privados. No conjunto do plano, que repete velhas fórmulas de grandes empreendimentos sem uma orientação estratégica que balize o relançamento da actividade económica, o investimento público fica aquém de um terço do investimento necessário para o cumprir. O plano fica refém do investimento privado e abre caminho a um programa de privatizações.

Sócrates espera ordenar o seu jogo desta forma, mas em cima da mesa tem instalada uma crise económica gigantesca sem perspectivas de saída nos anos mais próximos; uma taxa de desemprego galopante agravada pela hemorragia constante de deslocalizações; uma taxa de crescimento económico que nos primeiros meses do ano não ultrapassou os 0,2% e que tanto o Banco de Portugal como o FMI prevêem que não venha a ser corrigida senão para os 0,5%.

Quando Sócrates fala de modernidade, na verdade do que está a falar é da conformidade com as transformações que hoje o capitalismo quer fazer prevalecer no plano da precarização das relações laborais e do alargamento da mercantilização de todas as áreas de prestação de serviços

Ao mesmo tempo tem em campo um enorme défice do ponto de vista social, na área da qualidade ambiental, da educação, da saúde e da justiça. Tem também o descontentamento do movimento sindical, que apesar da demonstração de força na manifestação nacional da Função Pública, mostra uma dificuldade extrema em concertar uma estratégia combativa, dirigida à necessidade de ganhar os confrontos com o governo.

O RECUO EUROPEU E A AVENTURA AFEGÃ

No plano internacional Sócrates ficou sem jogo europeu. As vitórias do NÃO nos referendos da constituição europeia em França e na Holanda colocaram um travão muito definitivo à carreira do projecto neoliberal da construção europeia e geraram uma crise política para a qual os governos europeus não encontram para já solução. No vazio deles e no rasto amplo aberto pelo movimento social gerado em trono das campanhas do “não” ficou um espaço de intervenção para a esquerda europeia, de aprofundamento da agenda política para a Europa dos povos e da solidariedade internacional.

O governo português, nesta perda de terreno na política internacional, dá o pior sinal do sentido do seu alinhamento externo com o “amigo americano” e recupera a tradição dos governos da direita com o envio de um contingente de soldados para o Afeganistão. O que devia ter sido recebido com a oposição dos movimentos herdeiros das mobilizações contra a guerra, corre o risco de passar quase despercebido pela opinião pública do país.

Entretanto a retórica política de Sócrates está recheada de palavras recorrentes e repetidas até à exaustão: *modernidade*, *inovação*, e *confiança* são o núcleo central desta retórica que faz o enquadramento daquilo que a execução do programa do governo tem de fundamental: prioridade à contenção da crise financeira e do valor do défice e consequentemente o conformismo com a crise social profunda que o país atravessa e a escolha dos parceiros sociais no campo do poder financeiro. A *modernidade* deles não é mais do que a mais antiga forma de exploração do trabalho e a *inovação* deles não é mais do que a mercantilização de todos os campos da vida, a começar pelos recursos naturais.

Quando Sócrates fala de *modernidade*, na verdade do que está a falar é da conformidade com as transformações que hoje o capitalismo quer fazer prevalecer no plano da precarização das relações laborais e do alargamento da mercantilização de todas as áreas de prestação de serviços. A *modernidade* deles é a da fluidez de um vínculo entre as empresas e os trabalhadores que aliena os indivíduos de uma relação contratual que os proteja em relação às arbitrariedades decorrentes da recomposição da própria empresa, que os coloque ao abrigo de

recuos para condições de trabalho mais violentas e mais destruidoras da sua condição social. A primeira grande medida que resulta desta orientação está presente no congelamento da progressão nas carreiras da função pública e o prolongamento da idade de reforma. Sob a justificação da necessidade de harmonizar os diferentes sistemas da segurança social, o governo esconde duas coisas. Por um lado esconde o facto de que se é verdade que a função pública tem beneficiado de um sistema de segurança social mais vantajoso do que os trabalhadores do sector privado, isso se deve ao facto de que durante muitas décadas, sob o pretexto do carácter particular deste sector de actividade, estes foram trabalhadores mantidos sob condições salariais mais estreitas do que trabalhadores de formações equiparadas no sector privado e portanto aquilo a que hoje o governo chama *regalias* não foram senão formas de compensação para esse desequilíbrio.

Por outro lado esconde que as medidas impostas à função pública funcionam como uma lente amplificadora para os outros sectores de actividade. Aquilo que o governo se prepara para fazer é prolongar a duração da vida profissional de todos os e as trabalhadores em geral, tal como o PS tinha vindo a anunciar durante a campanha eleitoral. O programa do governo faz depender a estabilidade do sistema de segurança social da perda de direitos dos trabalhadores, do prolongamento da idade de reforma na proporção do prolongamento da expectativa de vida. A harmonização da segurança social, do ponto de vista deles é feita por baixo, à custa da perda de qualidade de vida.

MODERNIDADE FAZ-SE COM MAIS PRECARIEDADE

Esta é uma orientação de uma extraordinária injustiça social que desvaloriza o valor social e económico do trabalho, ignora deliberadamente que a única forma socialmente equilibrada de resolver o problema da viabilidade do sistema de segurança social se encontra na comparticipação das empresas através das mais-valias que resultam do trabalho produzido pelos trabalhadores. Além disso, prolongar a idade da reforma de quem está em actividade profissional tem um custo na outra ponta do ciclo porque significa o atraso da entrada dos mais jovens no mercado de trabalho, e o arrastamento da sua situação de precariedade.

A *modernidade* de Sócrates não significa outra coisa que não seja trabalhar mais horas, em horários mais desregulados, durante mais anos. A *modernidade* de Sócrates não significa outra coisa que não seja manter os mais jovens numa situação expectante, a sobreviver à custa do trabalho “macdonaldizado”, quando não a fazer trabalho escravo na mera expectativa de uma carta de recomendação que possa um dia abrir a porta de um emprego a sério.

Da política de transportes à política de ambiente, todo o edifício de planos construídos pelo governo do PS passa pela abertura de sectores estratégicos essenciais ao desenvolvimento económico do país – a energia, a água, os transportes, ao sector privado

Vencer o atrofamento do movimento sindical que se tem deixado conduzir por recuos constantes ao nível do seu próprio padrão de exigência reivindicativa, a sua dificuldade em romper com as lógicas de reforço da competitividade e do individualismo entre trabalhadores, em encontrar uma estratégia de confronto, lutadora para ganhar a batalha pelos direitos do trabalho, em ser capaz de integrar todos e todas a montante e a jusante do posto de trabalho, em suma, recuperar a tradição combativa e solidária do movimento sindical, é provavelmente o maior desafio que se coloca hoje aos e às militantes do campo da esquerda socialista.

Durante a campanha eleitoral o PS encheu a boca para propagandear a bondade do choque tecnológico que colocaria Portugal no rumo do progresso e da *inovação*. Quatro meses depois, os primeiros planos estão em cima da mesa e o que eles permitem clarificar é qual é a componente central do programa de investimentos do governo. Da política de transportes à política de ambiente, todo o edifício de planos construídos pelo governo do PS passa pela abertura de sectores estratégicos essenciais ao desenvolvimento económico do país – a energia, a água, os transportes, ao sector privado.

O GRANDE BOLO DO NEGÓCIO DAS ÁGUAS

A Lei da Água que se encontra em discussão carrega a marca fundamental desta estratégia. O governo reserva a Águas de Portugal no sector público, mas abre todos os sistemas de recolha, distribuição e tratamento às empresas privadas.

A água, como todos os recursos naturais, não pode ser mais considerada como um bem infindável, não só porque as alterações climáticas nos colocam hoje perante a evidência dramática de que este é um bem que pode tornar-se escasso, mas sobretudo porque as reservas de água potável, a uma escala global, ficam muito aquém do que é o a evolução previsível das necessidades para consumo humano, para as actividades económicas e para o equilíbrio dos habitats.

Qualquer política sustentável sobre a água tem necessariamente que fundar-se sobre um princípio de conservação. Isto significa reduzir os consumos, significa ter sistemas de recolha, distribuição e tratamento suficientemente eficientes para que no fim do ciclo da água não tenha havido desperdícios inúteis. A água que as ETAR's devolvem à natureza tem que ter qualidade suficiente para garantir a vida das espécies. Além disso é absolutamente imperioso que o acesso à água, enquanto bem essencial à vida, ganhe estatuto de direito social. Numa estratégia política de inclusão social deve ser integrada a exigência ao direito ao consumo mínimo garantido, o que obriga a uma política de tarifas que não se compadece com o simplismo do princípio do consumidor-pagador. A po-

lítica de tarifas tem que ser o resultado de escolhas políticas que regulem os hábitos de consumo mas que ao mesmo tempo garantam direitos sociais elementares.

Nada disto é possível quando as empresas municipais ou multi-municipais são controladas por empresas privadas cuja vocação é completamente diversa. Uma empresa comercial quer é aumentar o seu mercado e a venda do seu produto. Uma empresa comercial como a Générale des Eaux, uma das multinacionais a operar em Portugal, não está vocacionada nem para prestar serviços públicos nem para desenolver políticas sustentáveis.

Inovação, na retórica do primeiro-ministro significa esvaziar o Estado do papel determinante também na área dos transportes ou da energia. A promessa da Ota e da alta velocidade estão em cima da mesa, e seguramente não faltarão os investidores interessados em parcerias nestes projectos desde que eles garantam um retorno confortável do investimento.

OPORTUNIDADE PERDIDA PARA O AMBIENTE

Mas o que poderá determinar o caminho do desenvolvimento, num sentido de promoção da coesão do território, de correcção de desigualdades de desenvolvimento é um plano nacional de mobilidade que aposte na ligação rápida e eficiente dos diferentes eixos do território, que se desenvolva a partir de uma estratégia de complementaridade entre os diferentes modos de transporte, e sobretudo que contribua para redução da emissão de poluentes. Para respeitar o Protocolo de Quioto Portugal terá que cumprir até 2012 com um tecto de aumento das emissões de CO₂ de 27% face a 1990, contudo só em 2003 já se registou um aumento de 39%. O sector dos transportes é, a par da produção de energia, aquele que mais contribui para o aumento de emissões.

Este é o plano que o governo não fez, mas esse seria sim o caminho determinante como mola de inovação desenvolvimento, onde há campo para as empresas públicas do sector de transporte se desenvolverem do ponto de vista tecnológico, do ponto de vista da formação e da reconversão dos seus trabalhadores bem como do ponto de vista da expansão para a criação de novo emprego.

Enquanto o governo navega da mesma forma que o capitão Nemo de Júlio Verne, indiferente aos efeitos a longo prazo da sua "inovação" tecnológica, faz falta construir uma oposição combativa, criativa e agregadora da energia de quem não se conforma com a predação dos recursos naturais, com a sua transformação em "enlatados" para venda nos supermercados do turismo ou em títulos comercializados na bolsa de valores.

* Alda Macedo é deputada do Bloco de Esquerda
aldamacedo@combate.info



REFERENDO EUROPEU PROJECTO NEOLIBERAL CHUMBADO NAS URNAS

ALDA SOUSA*

ILUSTRAÇÃO DE RICARDO LAFUENTE

FOI NECESSÁRIA APENAS UMA SEMANA PARA QUE A PROPOSTA DO TRATADO CONSTITUCIONAL EUROPEU FOSSE ENTERRADA DE VEZ PELOS ELEITORES. PRIMEIRO EM FRANÇA, DEPOIS NA HOLANDA, OS DEFENSORES DE MAIS PODER PARA O MERCADO E MENOS SERVIÇOS PÚBLICOS SOFRERAM PESADAS DERROTAS E QUEREM AGORA CONGELAR O PROCESSO.

29 MAIO 2005: a França e a Europa em estado de choque. O NÃO vence no referendo francês (55% contra 45%)!

Apesar dos esforços conjuntos dos grandes partidos da direita e do PSF, que tudo investiram pela vitória do SIM, levando a chantagem aos eleitores até ao limite, o NÃO venceu.

Logo analistas políticos, também por cá, foram tirando “as suas lições”: os franceses seriam hostis ao alargamento e à “perda de privilégios” que daí advinha. Seriam os “interesses nacionais” a manifestarem-se contra “o espírito europeu e os interesses europeus”, incluindo os dos novos países membros. Como se pretende aqui ilustrar e demonstrar, nada de mais errado nesta interpretação.

O voto NÃO foi claramente um voto popular: 80% dos operários (as), 70% dos trabalhadores (as), 60% da juventude. Ele exprimiou um movimento de fundo na sociedade francesa

Existe sem dúvida uma “particularidade francesa” neste NÃO: é que ele resulta da existência dentro dos movimentos sociais de uma sensibilidade e de uma tradição (pelo menos expressa nos últimos anos) de ligação entre a globalização capitalista, as políticas da União Europeia e as políticas nacionais

contra as políticas dos governos, de esquerda ou de direita, que ao longo dos últimos 10 anos pelo menos vinham impondo políticas de austeridade e de regressão social, sempre em nome da União Europeia.

UM VOTO CONTRA O NEOLIBERALISMO

O NÃO francês é sobretudo o resultado claro e directo das mobilizações de resistência dos últimos 10 anos contra os ataques neo-liberais que puseram em causa os serviços públicos, a protecção social e o emprego estável. Foi há 10 anos que o governo Juppé tentou introduzir uma reforma de fundo na Segurança Social (que tendia à sua privatização), o que deu lugar a uma prolongada greve geral, sobretudo (mas não só) do sector público, e que teve como coluna vertebral estruturante os trabalhadores dos caminhos-de-ferro. O plano Juppé teve de ser retirado e dois anos mais tarde a esquerda ganhava as eleições de forma significativa. Contudo, no período que vai da sua vitória em força até às presidenciais de 2002, a esquerda desbaratou completamente o seu capital de confiança, tendo feito em cinco anos mais privatizações do que os dois governos anteriores de direita. Não foi de estranhar que Lionel Jospin não tivesse passado à 2ª volta, que a extrema-esquerda tivesse tido o triplo da votação do PCF e que nesse quadro político sui generis, fossem Chirac (apenas com 19% na 1ª volta) e Le Pen quem disputou a 2ª volta!

Em 2003 os ataques ao sistema de reformas levam outra vez a greves de várias semanas. Apesar de ter acabado por ser derrotado, este movimento fez alastrar a consciência que a burguesia não pararia nos seus ataques liberais, que foram sendo sempre justificados pela construção da União Europeia: ataques ao subsídio de doença, abertura da Electricidade e Gás de França aos capitais privados, anúncio da privatização da France-Télécom e do encerramento de 6000 postos de correio!...

Ao mesmo tempo, os despedimentos continuaram, muitas empresas fecharam, fazendo aumentar o desemprego, as deslocalizações foram-se sucedendo e os salários, quer do sector público quer do privado, foram sofrendo congelamentos.

No que diz respeito aos serviços públicos, o movimento sindical francês revelou-se incapaz de criar um movimento pela sua defesa, tendo esse papel começado a caber a colectivos locais, bem como a defesa da Segurança Social começou a

ganhar visibilidade com os colectivos criados por iniciativa da ATTAC, da fundação Copérnico, sindicalistas, LCR e PCF.

Ao mesmo tempo, vinha-se formando uma nova politização de sectores sindicais e do movimento por uma globalização alternativa, o que tinha sido particularmente visível e expressivo aquando do Fórum Social Europeu em Saint Denis em Novembro 2003.

É hoje evidente que os partidários do SIM, Chirac e Hollande, subestimaram o descontentamento popular. Também é provável que Chirac pretendesse tirar dividendos da divisão interna do Partido Socialista Francês, em que o referendo interno entre os militantes dava 40% a favor do NÃO!

Existe sem dúvida uma “particularidade francesa” neste NÃO: é que ele resulta da existência dentro dos movimentos sociais de uma sensibilidade e de uma tradição (pelo menos expressa nos últimos anos) de ligação entre a globalização capitalista, as políticas da União Europeia e as políticas nacionais. Esta consciência foi alimentada ao longo dos últimos anos pelas diversas lutas sócias, pelas acções do movimento alterglobal, por um movimento social radical e pela forte presença da extrema-esquerda na cena política. É hoje mais claro que esta vitória do NÃO, com um marcado cunho de esquerda, vem de longe, tendo sido alimentada ao longo dos anos por colectivos e associações.

Logo que o referendo foi anunciado, em 2004, a fundação Copérnico, centro de iniciativa e reflexão que junta militantes políticos (LCR, PCF, Verdes, socialistas críticos, sindicalistas, anti-neoliberais) tomou a iniciativa de lançar um apelo para organizar uma campanha alargada de rejeição da constituição liberal numa base de esquerda, por um NÃO “social e internacionalista”. E se é verdade que, num primeiro momento, a questão do referendo só preocupava os sectores mais militantes, este apelo permitiu que a partir do Outono 2004 se comesçassem a construir muitos colectivos unitários. O apelo dos 200 alastrou e ganhou corpo e forma na sociedade.

Na verdade, desde o início de 2005, a questão da constituição e do referendo tornou-se a questão política central. Todas as questões sociais contribuíam a alimentar a força do NÃO: o debate sobre as deslocalizações, a mobilização contra a directiva Bolkestein, o movimento dos estudantes do secundário, a questão da semana das 35 horas posta em causa, a supressão de um feriado, etc.

O que não podemos aceitar é referendar um tratado já mais que morto, quando nos recusaram o referendo quando ele estava “vivo” e podia ser mudado. Por isso só faz sentido voltar ao referendo quando houver uma nova proposta de tratado

Perante a força do NÃO, a imprensa e os partidários do SIM tentavam fazer a caricatura do NÃO, que foi desde o anúncio do caos e do isolamento da França face aos parceiros europeus até ao sofisticado argumento de Cohn-Bendit e de François Hollande que o SIM representava o voto “aberto e inteligente” enquanto que o NÃO era um voto “medroso e cansado”. Contudo, a credibilidade de ATTAC e da Confederação Camponesa em várias camadas intelectuais ajudou decididamente ao fortalecimento do voto NÃO.

O NÃO de esquerda mobilizou mais de 200 mil pessoas em comícios. A extrema-direita de Le Pen só conseguiu fazer alguns discretos comícios.

O presidente Chirac e o governo francês pretendem que nada se passou, recusam-se a tirar as lições desta derrota estrondosa, agravando ao mesmo tempo a crise de legitimidade política e mesmo institucional. Pois se Raffarin dizia aos grevistas (na altura das mobilizações em defesa do sistema de reformas) que “não é a rua que governa”, o que neste momento se está a dizer aos milhões que votaram NÃO é que o voto não decide nada.

A questão que se coloca hoje em França é como alargar social e politicamente o resultado do referendo. Num contexto em que, apesar do voto “anti-sistema”, a relação de forças social não se alterou completamente. É por isso urgente juntar forças que continuem a dinâmica do NÃO de esquerda, retomar os fios de uma resposta anti-neo-liberal e anti-capitalista concertada.

Nesse sentido, a declaração de Nanterre de 25/6/2005 dos colectivos unitários do NÃO e a da Conferência Europeia de Paris, que a complementa (ver caixa) é promissora e mais uma vez torna claro que o NÃO exprimiu uma vontade de mudar o curso da União Europeia, de se ligar aos movimentos que nos outros países também contestam a constituição neo-liberal e que não é de modo nenhum um voto contra a Europa.

Embora mais complexo, também o NÃO holandês exprimiu, pelo menos em grande parte, uma divisão entre os cidadãos e os políticos e uma divisão vertical em quase todas as organizações sociais. À excepção do Partido Socialista holandês (força mais à esquerda, com 8 deputados em 150) todos os outros partidos parlamentares defendiam a Constituição Europeia, enquanto que as bases se dividiam e ficou demonstrado que uma grande maioria era contra.

Também na Holanda o plano de reforma do sistema de reformas mostrou, com surpresa generalizada, uma mobilização que culminou em 2004 numa manifestação sindical de meio-milhão de pessoas, a maior de toda a história holandesa. Mas o impacto político desta mobilização viria a ser em gran-

de parte diminuído, um mês mais tarde pelo assassinato do realizador Théo van Gogh por uma extremista islâmico, voltando a reacender a questão do perigo islâmico e baralhando as cartas.

Contudo, uma parte importante do NÃO holandês veio da esquerda, que deverá aproveitar a oportunidade para tomar novas iniciativas na discussão sobre Europa e de se ligar aos outros movimentos europeus.

Também na Dinamarca tem havido um crescendo da mobilização de esquerda pelo NÃO, com a necessidade sentida pelos movimentos e partidos (em particular a Red and Green Alliance) de apresentar uma alternativa socialista que se oponha ao NÃO nacionalista e que se coordene com as restantes campanhas europeias por uma Europa radicalmente diferente, mais social e democrática.

UMA OUTRA CONSTITUIÇÃO É POSSÍVEL?

Em Portugal o debate teve algumas evoluções. Após anos e anos de fuga à discussão europeia, parece que de repente a questão da Europa se tornou central.

Ainda bem. Mas o que não podemos aceitar é referendar um tratado já mais que morto, quando nos recusaram o referendo quando ele estava “vivo” e podia ser mudado. Por isso só faz sentido voltar ao referendo quando houver uma nova proposta de tratado, seja ele uma proposta recauchutada vinda de novo da Convenção ou uma Constituição Alternativa, se os movimentos sociais e uma parte significativa da esquerda europeia for capaz de a impor. O Bloco de Esquerda bater-se-á como se tem batido em todos os foros nacionais e europeus por uma convergência dos movimentos sociais para uma Assembleia Constituinte Europeia com o mandato de elaborar uma nova Constituição.

Uma Constituição que afirme direitos dos cidadãos e cidadãos contra a opacidade e o carácter todo-poderoso do Banco Central Europeu. Uma Constituição de que constem palavras como fraternidade e solidariedade nos seus princípios fundadores. Uma Constituição que recupere os serviços públicos como condição essencial da democracia em vez de consagrar a sua morte anunciada. Uma Constituição que consagre duas Câmaras em vez da voz onnipresente da Comissão Europeia e do Conselho de Ministros.

Uma tal Constituição é possível? Eis o grande desafio da esquerda anti-capitalista europeia e dos movimentos sociais para os próximos meses (anos?)

* Alda Sousa é dirigente do Bloco de Esquerda

aldasousa@combate.info

CONFERÊNCIA EUROPEIA - PARIS 25 DE JUNHO DE 2005

UMA NOVA ÉPOCA PODE ABRIR-SE NA EUROPA

Nós, @s participantes na Conferência Europeia de Paris, a 24 e 25/6/2005, colocamos em debate, em todos os grupos associativos, sindicais e políticos da Europa, as proposições contidas na declaração que se segue.

A vitória do Não na França é uma vitória do Não de esquerda, pró-europeu, altermundialista, democrático e contra o neoliberalismo e a guerra.

Prolongada pelo Não holandês e pelas mobilizações crescentes (e a aumentar) das opiniões, em vários países, a favor da rejeição deste texto, constitui um acontecimento político importante para toda a Europa. Devemos aproveitar esta primeira vitória contra a Europa neoliberal e prolongá-la. A experiência mostra-nos que uma reunião popular, cidadã pode conduzir a maiorias antiliberais.

Queremos ultrapassar a crise desta construção europeia que tem o mercado por ídolo e a negociação secreta por liturgia, para fundar a Europa social, democrática, pacífica, feminista, ecológica, de solidariedade entre os povos.

Juntos, queremos construir um grande movimento cidadão à escala europeia, para desenvolver, da escala local à escala europeia, em solidariedade com todos os povos do mundo, dinâmicas políticas e sociais em favor de uma Outra Europa.

Trata-se de resistir e de ganhar, face às políticas neoliberais:

- De construir uma mobilização ampla e determinada sobre ob-

jectivos políticos imediatos (recurso das directivas de liberalização em curso, principalmente da directiva Bolkestein e daquela sobre o tempo de trabalho, que deve ser substituída por uma nova directiva que limite realmente o tempo de trabalho e permita melhorar as condições de trabalho).

- De exigir que os povos possam decidir o seu futuro e que as suas escolhas sejam respeitadas. Neste sentido, propomos uma campanha, que se poderá apoiar numa petição em todos os países, exigindo uma mudança fundamental das políticas europeias. Esta reorientação deve ter principalmente como objectivos: uma repartição mais justa das riquezas; a luta contra o desemprego, a precariedade, a pobreza e a exclusão social; a defesa do nosso meio ambiente; a revisão do papel do Banco Central Europeu e do Pacto de Estabilidade; a defesa e o desenvolvimento dos serviços públicos; a acção por uma igualdade real entre mulheres e homens; o respeito dos direitos dos imigrantes; uma acção europeia em favor da soberania alimentar enquanto direito fundamental dos povos.

Para debater e construir alternativas às políticas neoliberais na Europa, desejamos encetar uma acção, aberta a todas as forças que se opõem ao neoliberalismo e nela queiram participar. Esta acção deverá permitir:

- Favorecer a erupção dos povos no cenário europeu, única saída possível da crise;
- Contribuir para a expressão das

exigências populares e cidadãs concretas para uma outra Europa;

- Criar um espaço público europeu baseado nos princípios de pluralismo, de tolerância, de laicidade, num espírito de união e de unidade que permita a aglomeração de forças numerosas;
- Articular as nossas propostas alternativas;

- Reforçar a nossa cooperação com os povos do Leste europeu, com o objectivo de melhorar as condições materiais e políticas da sua participação na luta por uma Europa democrática e social, com vistas a consagrar os meios orçamentais necessários e a preencher o fosso existente entre as duas partes do continente;

- Construir uma Europa que recuse as discriminações, os racismos, a dominação patriarcal;
- Recusar a lógica de guerra e de militarização da União Europeia, construir uma Europa que aja em favor de um outro mundo;

Construir uma Europa social, democrática, pacífica, feminista, ecológica, solidária

Por todo o lado deve estabelecer-se um amplo debate político, para construir uma Europa social, democrática, ecológica. Neste sentido, apelamos a todas as militantes e a todos os militantes políticos, sindicalistas, associativos, de redes e movimentos, aos cidadãos e cidadãs para encetarem por todo o lado iniciativas, encontros e assembleias que permitam elaborar proposições. Este vasto movimento poderia resultar num Manifesto ou numa Carta dos direitos sociais, demo-

cráticos e ambientais que esboçem a Europa que queremos.

Ele terá lugar no processo do Fórum Social Europeu, principalmente na altura da assembleia europeia de preparação do FSE de Istambul (23-25 de Setembro) e do encontro internacional organizado em Roma (12 e 13 de Novembro) pelas redes italianas. O FSE de Atenas, em Abril de 2006, permitirá dar conta deste trabalho de elaboração e dar-lhe um novo fôlego.

Foram formuladas proposições de mobilizações no nosso encontro: para um dia de manifestações europeias contra a directiva Bolkestein em ligação com a manifestação internacional de Genebra contra a OMC de 15 de Outubro; para um dia de manifestação europeia na altura da cimeira dos chefes de Estado de 15 de Dezembro; para um dia de mobilizações locais por uma outra Europa com assembleias, reuniões, fóruns sociais locais a 4 de Março de 2006; para a cimeira alternativa da Europa-América Latina, a 13 de Maio de 2006, na Áustria.

O colectivo unitário francês manterá vivas estas proposições e preparará uma reunião que terá lugar no quadro da Assembleia europeia de preparação do FSE de Istambul e que permitirá ajustar estas pistas de trabalho.

Colocamos este apelo à disposição de todas aquelas e de todos aqueles que queiram ser parte activa, à escala europeia, de um tal processo de construção.

TRADUÇÃO: NUNO RAMOS DE ALMEIDA



“VERÃO QUENTE” DE 1975 **ESPLENDOR E AGONIA DA**

ANTÓNIO LOUÇÃ*

FOTO DE PAULETE MATOS



REVOLUÇÃO

ALGUMAS DAS EFEMÉRIDES DA “REVOLUÇÃO DOS CRAVOS” CONTINUAM AINDA A COMEMORAR-SE: PELO MENOS A DO INÍCIO (25 DE ABRIL) E A DO FIM (25 DE NOVEMBRO). OUTRAS VÃO CAINDO NO ESQUECIMENTO (28 DE SETEMBRO, 11 DE MARÇO). UMA OUTRA, AINDA, NUNCA ESTEVE MUITO EM VOGA: O “VERÃO QUENTE”, AGORA A COMPLETAR 30 ANOS.

À PRIMEIRA vista, a omissão poderia parecer explicável por uma dificuldade técnica: é mais fácil comemorar um dia do que toda uma estação do ano. Mas não é por o dia ser curto e o Verão ser longo que este Verão, o de 1975, tem sido negligenciado. A discriminação tem mais a ver com a profundidade social do que com a extensão cronológica do objecto comemorado. O que se passou nesse Verão teve um alcance que não se deixa medir pelas bitolas da nossa rotina de todos os dias.

O 28 de Setembro e o 11 de Março são datas de golpes de Estado. Os protagonistas de ambos os lados da barricada têm nome e apelido, figuram nos livros, encaixam com aparente naturalidade na linhagem dos heróis e vilões, dos reis e dos príncipes de uma História altamente fulanizada. Evocar o “Verão Quente”, pelo contrário, obriga-nos ao esforço de romper com essa lógica superficial e telenovelesca, e com a visão do ano e meio de revolução como uma mera sucessão de “factos políticos”. Do que se trata, é de encarar o processo como um todo e de procurar captar-lhe a dinâmica própria. Sobre este pano de fundo, os protagonistas reduzem-se a uma significância sempre relativa às forças sociais em presença, e as jornadas mais importantes assumem a dimensão de aflo-ramentos qualitativos numa trama complexa de relações de força que todos os dias se vai transformando conforme os mil e um desfechos de uma luta de classes molecular.

Para além dos aspectos espectaculares e por vezes pitorescos daquele Verão, o funcionamento da economia mudava também em mecanismos menos visíveis, mas tanto ou mais decisivos do que os decretos de expropriação estrondosamente proclamados pelo Conselho da Revolução

O VERÃO LONGO QUE COMEÇOU EM MARÇO

No Verão de 1975, essas relações de força atingiram o ponto mais favorável ao proletariado de que há memória na História portuguesa. A independência das colónias tornara-se uma realidade irreversível, embora em Angola e em Timor ainda não fosse claro se os movimentos de libertação conseguiriam preencher o vazio de poder deixado pelas tropas portuguesas. Para trás ficavam duas tentativas de golpe de Estado organizadas pela direita, derrotadas de forma rápida e fulminante, sem que o país tivesse chegado a dilacerar-se numa guerra civil. A inabilidade dos conspiradores impedia-os de atrasarem o calendário de libertação das colónias, e também de adiarem as primeiras eleições democráticas.

Pior ainda, o tiro atingira-os em cheio no pé: a burguesia pagara o fracasso do golpe militar de 11 de Março com o exílio de figuras de proa do seu *putsch* e com a expropriação da banca, dos seguros e das principais indústrias do país. O sacrosanto direito de propriedade foi ainda mais questionado daí em diante, com as casas devolutas a serem massivamente ocupadas e as comissões de moradores a tornarem-se uma espécie de autoridade local no quotidiano das cidades. A prepotência das hierarquias militares viu-se igualmente posta em xeque, com os soldados e marinheiros a manifestarem-se na rua sempre que achavam necessário, e com as ordens mais duvidosas da cúpula a serem discutidas e, tantas vezes, recusadas em plenários. Diversas unidades militares tornaram-se nesse momento aliadas decisivas do movimento de ocupações de casas e de terras, dissuadindo a polícia de intervir a favor de senhorios e agrários. O papel assumido nesses tempos de revolução pelas mulheres e pelos jovens dava bem a medida de um momento em que, subitamente, se quebravam os grilhões daqueles e daquelas que habitualmente sofrem a maior opressão.

Para além dos aspectos espectaculares e por vezes pitorescos daquele Verão, o funcionamento da economia mudava também em mecanismos menos visíveis, mas tanto ou mais decisivos do que os decretos de expropriação estrondosamente proclamados pelo Conselho da Revolução. No campo, um vasto movimento de ocupações ferira profundamente o latifúndio (muitos pensaram nesse momento que as feridas fossem mortais e que jamais voltaria a haver latifúndios). Na cidade e no campo, tornava-se claro que os postos de trabalho só teriam futuro se se acabasse com a autoridade de um patronato sabotador da economia, todo ele revanchista e mancomunado com a contra-revolução. A primeira das várias lições aprendidas nesse tempo em ritmo galopante foi que havia que arrancar-lhe, ao patronato, as rédeas da economia para que a economia funcionasse.

O GOVERNO OPERÁRIO QUE NÃO CHEGOU A HAVER

Colocava-se depois a questão de saber quem devia doravante tomar a direcção. Para o MFA e para os governos provisórios de Vasco Gonçalves, a resposta era clara: o Estado passava a administrar aquilo que passava a pertencer-lhe. Era ele que colocava responsáveis da sua confiança à frente das indústrias e dos serviços. A segunda lição dessa experiência foi que tão-pouco se podia confiar cegamente nos novos administradores. Da certa intuição da classe trabalhadora, e da situação revolucionária de duplo poder, resultaram alguns passos iniciais e algumas primeiras experiências de controlo operário. As comissões de trabalhadores não se perfilavam ainda como verdadeiros sovietes da revolução dos cravos, ou seja, como órgãos aptos a exercerem do poder. Mas constituíam já um contrapoder com potencialidades de desenvolvimento e sacudiam o panorama de um movimento operário europeu, dominado desde há vários decénios por sindicatos e partidos conciliadores.

Ficava por resolver um terceiro problema: se a administração pelo Estado não podia constituir mais do que uma solução transitória, tratava-se de saber que tipo de desenvolvimento havia que encorajar para as comissões de trabalhadores. E ainda aqui a classe trabalhadora soube evitar uma armadilha de aparência atraente: a estratégia auto-gestionária (com que, significativamente, *flirtava* uma demagógica resolução do primeiro congresso do PS na legalidade). Contam-se pelos dedos as experiências de administração operária de empresas, e quase sempre em circunstâncias especiais: o patrão que foge, o Estado que não assume as suas responsabilidades. Só em casos muito pontuais e de extrema necessidade se recorreu à auto-gestão, com resultados aliás que confirmaram quase sempre a relutância dos trabalhadores em embarcarem nessa via. Mal por mal, era preferível, temporariamente, uma administração designada pelo Estado e controlada, com rédea curta, pelos trabalhadores e trabalhadoras.

A preferência pelo mal menor implicava, no entanto, que se utilizasse o interregno para preparar uma verdadeira alternativa. A dualidade de poderes entre administração do Estado e controlo operário só podia resolver-se em síntese harmoniosa se o Estado passasse para as mãos da classe operária. Só assim administração e controlo se tornariam funções aliadas e convergentes na construção dos fundamentos do socialismo. Mas, por muita retórica que na altura se gastasse sobre o socialismo, a verdade é que a classe trabalhadora não tinha assimilado – não tinha “inscrito” na própria consciência, como modernamente se diz – a necessidade de substituir o MFA e

A contra-revolução convocada por Mário Soares para a Alameda vestia-se portanto de democrática nos acontecimentos domingueiros, e continuava a preparar a guerra civil num quotidiano de centenas de assaltos às sedes dos partidos de esquerda

os governos provisórios por uma direcção sua, por governos seus. E menos ainda tinha assumido a necessidade de lançar os fundamentos de um regime seu, coexistindo eventualmente com a Assembleia Constituinte enquanto não se criassem formas de representação conselhistas, mais enraizadas e reconhecidas.

VASCO GONÇALVES OU ÁLVARO CUNHAL: UMA FALSA QUESTÃO

O general Vasco Gonçalves, primeiro-ministro de quatro dos seis governos provisórios, apostou num projecto, explicitado com assinalável franqueza no discurso de Almada, que visava consolidar a autoridade do Conselho da Revolução partindo inicialmente de uma base social limitada. No decurso do processo, planeava alargar essa base social mediante uma gestão económica bem sucedida e, eventualmente, medidas sociais populares. O conjunto de políticas económicas e sociais que, deste modo, recebia o nome pomposo de transição para o socialismo assustava mortalmente a burguesia, sem contudo promover a iniciativa e a mobilização das massas trabalhadoras. Vasco Gonçalves desagradou a todos os gregos e à maioria dos troianos. A sua “muralha de aço” contava, por certo, com trabalhadores, mas não numa forma tão massiva como se pretendeu, e ainda por cima colocados na contra-mão do processo revolucionário, portanto numa situação de insegurança política e psicológica que havia de ser-lhes fatal.

Essa insegurança tornava-se patente em especial a partir do momento em que se encontrava batida a contra-revolução fascista ou fascizante, e em que os naufragos das intencionalidades derrotadas corriam a acolher-se sob a asa protectora do PS. As palavras de ordem de reagrupamento da contra-revolução deixaram de ser aquelas abertamente assumidas por Spínola, de limitação da liberdade de imprensa ou do direito de greve, para se tornarem precisamente o seu contrário. Agora, passavam a ser os governos gonçalvistas os acusados de limitarem a liberdade de imprensa, nos casos República e Renascença, e de coartarem o direito de greve, legislando a requisição civil de forma tão autoritária que nos decénios seguintes, e ainda hoje, os governos do PS e da direita uma e outra vez lançaram mão do diploma gonçalvista. A contra-revolução convocada por Mário Soares para a Alameda vestia-se portanto de democrática nos acontecimentos domingueiros, e continuava a preparar a guerra civil num quotidiano de centenas de assaltos às sedes dos partidos de esquerda.

Perante este quadro, Álvaro Cunhal, para além de algumas concessões ao politicamente correcto de então - a retórica da “transição para o socialismo” -, mantinha consistentemente o

rumo definido ainda antes do 25 de Abril, o da “revolução democrática e nacional”. Não se tratava para ele de uma aposta jacobina, de consolidar a revolução a partir de uma base social restrita, e sim de recompor o entendimento com sectores da burguesia ainda ganháveis para uma democracia parlamentar. Isso implicava um entendimento com o sector militar sintonizado com o PS - o “Grupo dos Nove”. Em última análise, conduzia a uma combinação de empate que significava o fim da revolução e, a médio prazo, pelo dinamismo das coisas, uma marginalização lenta e doce do próprio PCP. Apesar das simpatias de Vasco Gonçalves pelo partido que identificava com a sua “muralha de aço”, certo é que o general se tornou, a certa altura, um estorvo na estratégia do entendimento com o “Grupo dos Nove” e foi sacrificado sem hesitações de maior.

No Verão Quente, um político com a experiência e a perspicácia de Cunhal tinha entendido que a revolução socialista num país do terceiro quartel do século XX, mesmo num país atrasado como Portugal, não podia seguir a receita das revoluções burguesas dos dois séculos anteriores. O modelo jacobino já fracassado nas revoluções da França setecentista e da Europa oitocentista não podia, aqui há trinta anos, gozar sequer de um benefício da dúvida. A alternativa seria a de criar um sujeito revolucionário independente, um movimento proletário capaz de lutar pela emancipação que ninguém lhe oferecerá numa bandeja. No Verão de 1975, não houve em Portugal nenhum partido que quisesse ou pudesse colocar essa alternativa na ordem do dia.

* António Louçã é historiador e dirigente do Bloco de Esquerda
antonio@combate.info

ENSINO BÁSICO ABANDONO, DIZEM ELES

JAIME PINHO*

ILUSTRAÇÕES DE ISABEL CARVALHO

UMA DAS PREOCUPAÇÕES DA SOCIEDADE PORTUGUESA É O QUE SE PASSA NAS ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO. A ESCOLARIDADE MÍNIMA OBRIGATÓRIA DE NOVE ANOS CONTINUA A SER NEGADA A UM SECTOR VASTO DE JOVENS. A ESCOLA OSCILA ENTRE AS LEIS POLITICAMENTE CORRECTAS, COM FRASES COPIADAS DOS PAÍSES MODERNOS (QUE OS NOSSOS CONSERVADORES CHAMAM DEPRECIATIVAMENTE O “EDUQUÊS”), E A PRÁTICA, QUE AS CONTRARIA. NESTE ARTIGO PRETENDE-SE COMENTAR ALGUMAS BASES DE OUTROS SISTEMAS EDUCATIVOS, COLOCADOS POR VÁRIOS ESTUDOS INTERNACIONAIS NO TOPO DAS BOAS PRÁTICAS.

PORTUGAL, REINO DOS CHUMBOS E DA EXCLUSÃO

Segundo um estudo referido no jornal francês “Le Monde” (28.5.2004), Portugal era o país com maior taxa de “chumbos” ou “repetências” de estudantes com 14 anos de idade, atingindo os 39,6%. O Reino Unido apresentava uma taxa de alunos que “perdem o ano” de apenas 1%. Na Islândia, este número cai para 0,6%, enquanto que na Suécia se situava nos 3,6%, na Noruega em 1,9% e na Dinamarca nos 10%. A meio da tabela encontram-se países como a Alemanha (22%), Espanha (29%) e a Bélgica (29,5%). A França apresenta dos piores resultados, com uma taxa de 36,7% de estudantes que, aos 14 anos de idade, se encontram atrasados relativamente aos colegas.

Os especialistas em educação distinguem actualmente os países europeus em dois grupos: o grupo dos países que recorrem à velha prática dos chumbos (Alemanha, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Áustria, Itália, França, Espanha, Grécia e Portugal), e o grupo dos países que proíbem praticamente que os alunos até aos 14/15 anos sejam reprovados. Nestes vigora o princípio da **passagem automática** (Irlanda, Reino Unido, Dinamarca, Suécia, Noruega, Islândia e Finlândia). Nestes países, em geral, a progressão é automática até aos 15 anos de idade e não há exames finais. A Finlândia é considerado um dos sistemas mais modernos e coerentes. Este país, que pratica a passagem automática, estava já no primeiro lugar de um estudo da OCDE, realizado em 2001, enquanto Portugal era o último, no que diz respeito a “compreensão da escrita, cultura matemática e cultura científica”.

Parte-se do princípio de que uma pessoa, na escolaridade básica, até aos 15 anos, não pode ser retirada do seu grupo etário, separada dos seus amigos e camaradas de ano. Para isso, a escola promove acções de recuperação e apoio aos alunos com dificuldades, recorrendo a pessoal especializado,



nomeadamente em Psicologia, Terapia da Fala, assistentes sociais e outras especialidades. A ligação aos encarregados e encarregadas de educação é incentivada. Recorre-se aos colegas com mais facilidades para “darem a mão” aos colegas que se atrasam. A liberdade e autonomia dos professores na gestão dos programas permite adequar os ritmos, sendo que o essencial é que ninguém fique para trás.

Em Portugal, persistem as teorias opostas e perversas: a escola é como uma corrida de velocidade, em que uns (os “bons”) não devem ser “prejudicados” por outros (os “maus”), sendo que os professores devem “livrar-se” dos que põem em causa a competição. Os professores não devem por isso fazer “concessões”. O vício de que o professor (o “bom” professor, claro) tem que reprovar uma “certa” percentagem de alunos acaba por se manifestar na realidade. Há assim nas escolas portuguesas, em todas as escolas do ensino básico, um reflexo muito generalizado e conhecido: muitos professores começam o ano lectivo ... e já se sabe no que vai dar – há professores que reprovam uma média de 10% dos seus alunos, outros uns 30 ou 40%, e há mesmo casos em que reprovam metade das turmas ou mesmo mais. Foi por causa destes casos extremos, talvez, que o Ministério da Educação instituiu que nestas situações é obrigatório explicitar os motivos para tamanho insucesso. Tais motivos, uma vez explicitados na acta das reuniões de avaliação, são considerados suficientes e deixam de ser questionados pelo sistema.

É fácil de entender quem são os alunos e alunas mais afectados por este triste sistema de ensino português, campeão das retenções. De uma maneira geral chumbam as pessoas de camadas sociais mais desfavorecidas, sobretudo quando são simultaneamente menos cultas (com menos cultura escolar, entenda-se).

O impacto de reprovar é extremamente forte e grave na auto-estima dos indivíduos, particularmente nestas idades. A estigmatização deste enorme número de pessoas alastra aos colegas, às famílias, ao corpo docente em geral. Uma vez que a legislação praticamente impede que as pessoas sejam “corridas” da escola até aos 15 anos (como gostariam alguns), uma parte muito significativa destes meninos e meninas vão repercutir o seu mal-estar, nomeadamente nas turmas onde são repetentes. E por isso, não é de estranhar que grande parte dos problemas que se passam nas salas de aulas estejam relacionados com este facto. Mais: muitos dos repetentes correm o sério risco de voltar a chumbar, no mesmo ano ou nos seguintes. Talvez porque se reconhece o risco de se cair neste círculo vicioso, o ministério da educação solicita às escolas uma análise mais cuidada dos casos de alunos já repetentes e que estão prestes a chumbar outra vez...

Mas as normas ministeriais, que denotam alguma percepção de coisas tão óbvias, são dispersas, contraditórias mesmo com outras da mesma autoria. As escolas encontram-se assim asfixiadas por um emaranhado de portarias e normas que, mal o ano lectivo começa, são levianamente substituídas no todo ou em parte por outras com sentidos diversos. Numa palavra, ninguém sabe a quantas anda!

O facto é que, por exemplo no 8º ano de escolaridade, três (!) ou quatro professores (dos quinze (!) que trabalham com as quinze disciplinas obrigatórias que a turma tem) têm o poder para chumbar um aluno. Vinte por cento das disciplinas com notas negativas valem mais do que os oitenta por cento das notas positivas! Vigora, assim, uma espécie de direito de veto, em que no limite dois professores podem provocar o chumbo de um aluno, como é o caso em que o professor de Português acumula com Área de Projecto. Se der negativa nestas duas

Enredando o debate subtilmente na meritocracia e na competitividade, e não no direito ao ensino, continua-se a perder tempo, a adiar medidas de simples bom-senso, enquanto uma grande parte da sociedade vai sendo marginalizada e excluída

disciplinas e se outro qualquer professor der mais uma negativa, o aluno está reprovado, porque o Português vale por dois.

Esta regra fatal das três negativas (ou quatro, em certos casos) deveria ser imediatamente alterada. Não é justo colocar tamanha responsabilidade nas costas de apenas três ou quatro professores, que aliás, podem ter razões aceitáveis para dar negativas. Claro que na tentativa de disfarçar esta monstruosidade, a legislação prevê que a decisão de chumbar o aluno é da responsabilidade do conjunto dos professores, que terá a última palavra. Mas o facto é que na generalidade dos casos, esse poder acaba por ser exercido apenas excepcionalmente.

O REGRESSO DA SEBENTA

A fúria com que estão a regressar os exames nacionais do 9º ano faz pensar no pior. Neste ano houve exames nacionais a Português e Matemática. Quando se torna urgente parar para pensar, tomar medidas sérias, investir no ensino básico, com turmas mais pequenas, contratar pessoal de psicologia e assistentes sociais, o governo PS vai atrás das teses conservadoras do seu antecessor do PS/PSD. Os exames nacionais do 9º ano são uma fuga para a frente. Pior que isso: tendem a contaminar gravemente a qualidade do ensino em geral, ao submeter a população escolar e todo o trabalho a uma lógica de decorar frases, respostas e soluções estereotipadas e patéticas, como se pode comprovar pelas publicações-para-exames que as editoras fazem. Só de facto a imprensa e a literatura humorísticas terão a ganhar com o ensino-para-exames.

Por detrás do modelo da escola = exames, sacrificando partes inteiras de gerações sucessivas com o inevitável e desumano insucesso, está a questão das finalidades da escola. Porquê afinal a escola é tão decisiva e no caso português requer um autêntico sobressalto democrático e cívico?

Para além de ser um direito de cidadania, a escola é nada mais nada menos que o melhor lugar para as pessoas estarem e fazerem a sua vida, pelo menos e no caso em análise até aos 15 anos de idade. Paga pelos pais e mães, através dos seus impostos, isto é, pela sociedade em geral, é na escola que se contactam colegas, se vive a diversidade e a solidariedade, se aprendem valores. É verdade que talvez o essencial da escola aconteça fora das aulas, no convívio, amizades, troca informal de saberes e experiências. Mas é na escola também, dentro e fora das aulas, que esta porção tão importante da sociedade toma contacto, massivamente, com as diferentes áreas do conhecimento, do saber e das artes, com dezenas de professores especializados em praticamente todos os ramos da cultura e da ciência. Logo, esta socialização das crianças e jovens num espaço com tantas qualificações, a aprendizagem da diversidade, do outro, da igualdade e das diferenças é uma experiência decisiva e insubstituível.

Na escola básica não se aprende nada – dizem alguns. No nosso tempo é que era – garantem os senis. Faltam os exames- reclamam.

Esses não sabem, ou fingem não saber, que é absurdo pretender que ao fim de nove anos de escolaridade alguém seja capaz de “saber” o que está escrito nos milhares (!) de páginas somadas por todos os livros de todas as disciplinas com que lidaram. A escola básica é, isso sim, uma iniciação à vida activa. A base para a seguir se começar a escolher um caminho, a pensar numa profissão, a imaginar e construir uma vida.

Muitos dos novos inquisidores nem sequer se dão conta do ridículo em que incorrem. Haverá algum deles que queira submeter-se aos testes e exames a que é cada vez mais submetida a população escolar? Quantos chumbariam se fossem obrigados a tal exercício?

A escolaridade básica só tem sentido se apontada à descoberta, à curiosidade, à reflexão, ao espírito crítico. À inovação e às novas tecnologias e métodos. À abertura de horizontes e ao conhecimento. Ao estudo e ao debate sobre o mundo à nossa volta.

Tudo isto é possível e existe, graças ao profissionalismo da generalidade dos profissionais e à energia dos mais novos.

Morreu já a professora primária (actual primeiro ciclo do ensino básico) que conheci, e que mandava o pessoal da primeira classe fazer “pesquisas”. Guardo na memória o sentido desta escola (que existe), mas continua desprezada, atacada, debaixo de fogo, à espera para emergir. A escola em que desde o primeiro dia, aos seis anos de idade, levantava voo o prazer de estudar as coisas importantes – como a infinita beleza e variedade das folhas das árvores, apanhadas no chão do parque da cidade, levadas para casa e a seguir, com o mesmo carinho, para a escola. Pesquisa desejada, sentida, partilhada.

PASSAPORTE PARA A CIDADANIA

O certificado do 9º ano é já um requisito mínimo obrigatório para se concorrer a um emprego. Os conservadores querem fazer-nos regredir um século, ao tempo em que as elites não compreendiam que o estado investisse no ensino primário universal: Para que precisaria um pedreiro de saber ler e escrever?

Já nas primeiras décadas de 1900 era evidente o atraso da escolaridade e da alfabetização em Portugal, por comparação com muitos dos países europeus. A ditadura salazarista, pela sua brutalidade e duração, agravou irremediavelmente este fosso. Portugal ficou à margem de muitos dos direitos conquistados pelas mobilizações e pelos sindicatos europeus, que levaram a políticas progressistas para essa época. Um desses direitos de que o país foi privado é o direito à escola para todos e todas.



A revolução do 25 de Abril permitiu recuperar muito desse atraso. Mas este avanço, esta recuperação sobre as elites conservadoras, não se tornou uma aquisição garantida. Rapidamente, ainda antes da generalização do direito ao 9º ano, a vaga neoliberal faz com que a modernização seja questionada, atacada, tornando Portugal num caso bastante excepcional e extremo, quando se compara com os outros países, do leste europeu ou do ocidente.

Temos assim que um dos principais problemas a resolver seja o da garantia da escolaridade de nove anos para toda a gente. E o problema está aqui! “Para toda a gente!”.

Quando se põe em causa o direito de toda a gente ter o 9º ano, cava-se ainda mais o fosso. Enredando o debate subtilmente na meritocracia e na competitividade, e não no direito ao ensino, continua-se a perder tempo, a adiar medidas de simples bom-senso, enquanto uma grande parte da sociedade vai sendo marginalizada e excluída. Muitas pessoas, então, ao verem os seus filhos e filhas excluídas deste bem essencial, interrogam-se, angustiam-se, desesperam.

De igual modo se coloca o problema da igualdade no acesso a este bem que é a escola. Muitas pessoas não podem comprar todos os livros e materiais. Ou não podem fazê-lo em tempo. Uma porção significativa de pessoas começa o ano lectivo com poucos ou nenhuns livros. Daí a pouco, as humilhações sentem-se – “ não tem livros, porquê?” – e são consideradas “falta de interesse” ou pior do que isso.

O exemplo dos países em que o estado garante os livros, cadernos e lápis, as ferramentas essenciais, gratuitamente e para toda a gente, adquire mais pertinência num tempo e num país com problemas de pobreza em larga escala. Esta garantia tem de ser universal, para pobres, ricos e remediados. Se acrescentarmos a garantia de uma refeição quente, na escola,

por dia, para toda a gente, então é possível imaginar os efeitos mobilizadores e de satisfação que se geram, essenciais para começar a inverter uma situação tão complicada, criada ao longo de décadas.

O contrário disto é a receita neoliberal, baseada na caridade e na discriminação.

Muitas famílias não têm pura e simplesmente tempo para ir à escola, mesmo quando se apercebem que fazem falta para ajudar a resolver problemas. Os patrões não aceitam que se falte para ir à escola. Outras muitas pessoas não têm “cultura escolar”, porque elas próprias foram pura e simplesmente excluídas no seu tempo, e não compreendem qual o seu papel num meio que não dominam. Não puderam inteirar-se de uma cultura geral básica e essencial que a escola sempre proporciona, e por isso as suas informações e contributos são apresentados a medo. Sentem-se estranhas e às vezes importunas na escola.

Os directores de turma não têm quem ajude na despistagem de problemas simples de saúde, de psicologia, de sociologia, trabalham com dezenas e centenas de estudantes ao mesmo tempo, e mesmo apercebendo-se de dramas e dificuldades, não têm condições para fazer muito mais do que tomar conta das ocorrências.

É urgente começar por algum lado: Passagem automática até ao 9º ano, reformulação dos programas e manuais, democracia na escola, contratação de pessoal especializado em número suficiente, refeição quente e material escolar grátis para todos e todas, parecem ser as bases para recuperar do atraso, para garantir o usufruto de um direito humano que é o ensino básico.

* Jaime Pinho é professor e dirigente do Bloco de Esquerda
jaimepinho@combate.info

A PROPÓSITO DE
**“PORTUGAL HOJE,
O MEDO DE EXISTIR”**
DE JOSÉ GIL

CECÍLIA HONÓRIO*
ILUSTRAÇÕES DE NUNO NEVES



1. ESPAÇOS DO “ESCRITO”

Portugal Hoje, o Medo de Existir é uma obra classificada pelo autor de forma aberta. Nem obra de ciência feita, nem mesmo um ensaio com todos os requisitos do figurino. Mas o vulgo habituou-se a lidar com este ensaio, que é um “escrito”, segundo José Gil.

O ensaio tem por objecto o que os historiadores chamam de “mentalidades”, recorrendo a apontamentos etnográficos, a factos e anedotas, a conceitos da psicanálise, da filosofia, da ciência política¹. Mas a tentativa de recriação tendencialmente filosófica de algum espólio da psicanálise é a sua marca mais visível.

Daquela pluralidade instrumental, o que ressalta é esse esforço de abordagem da psique nacional, essa espécie de proposta psicoterapêutica a partir do inconsciente do “português” metamorfoseado em bloqueios que anestesiam as consciências, que entopem o presente. É uma abordagem acrescentada pela volúpia de uma escrita que anestesia incompletudes e parece saciar umas tantas fomes sobre as patologias desse eventual “eu” colectivo.

Uma das maiores vantagens do “escrito” de José Gil será, sem dúvida, a conversão em senso comum de conceitos e operações que saltam das tradicionais muralhas da dita ciência, cumprindo o que é esperável do trajecto do conhecimento científico pós-moderno². Se um texto que operacionaliza conceitos sobre os séculos XX e XXI como, “inscrição/não-inscrição”, “nevoeiro” (como forma de consciência), ou “duplo esmagamento” se torna um *bestseller*, temos todos a ganhar, a começar naturalmente pelo autor.

Até há pouco tempo, o livro tinha vendido 44 mil exemplares e era o segundo livro mais vendido do ano em todas as lojas FNAC, pulando sobre títulos, aparentemente bem mais apetitosos. E quando um ensaio de um filósofo se converte num *bestseller* quase tudo pode ser questionado, a começar pelas impressões de quem o leu.

Há os calorosos, os que vêem no texto a incisão da análise sobre os problemas fundamentais do país e que encontram nele muitas respostas, que se sentem saciados com a leitura. Há os frios, os que lêem o livro como um conjunto de banalidades bem escritas, ou como uma obra oportuna, mas superficial, que aproveita da conjuntura deprimida da nação. Há, ainda, os mornos, os que vêem com bons olhos o contributo, mas apontam rapidamente o que falta. Há, também, aqueles que compram o livro, mas não o lêem, por múltiplas razões, mormente a da perda de interesse.

O ensaio de José Gil foi feito para ganhar espaço nos escaparates da nação. A forma como foi mediatizado, o lugar de honra nos palcos da especialidade, todo o suporte de lança-

mento, antecipavam um consumo alargado.

Mas o sucesso deste livro aduba-se de um consistente escolho da história cultural portuguesa: José Gil é um “estranheirado” e, se é um “português”, é de “lá fora”, desse mundo da “civilização”, que olha Portugal. Este “outro”, que não deixa de ser um de “nós”, podia ter - como o padre, ou mais recentemente, os médicos em geral, os técnicos de saúde mental, em particular - esse lugar de autoridade de quem está dentro e fora o que abrigaria a esperança da cura. Assim se gera um dos equívocos do texto: qual é o lugar que o filósofo se atribui como “português”? Como é que pode estar à “janela” a ver-se passar?

Li a primeira edição da obra, mas resisti à sua aquisição por ter encontrado boas razões para me situar nos aderentes mornos:

- porque achava insuperável um outro texto de José Gil, *Salazar: a Retórica da Invisibilidade*;

- porque tinha, em tempos, consumido o suficiente de Arno Gruen a Elisabeth Badinter para achar que a abordagem era menos inovadora do que prometia;

- porque parte das preocupações apresentadas não são novas, nem para os filósofos que, como Eduardo Lourenço, já as tinham catado, nomeadamente nas leituras sobre as “nossas” relações com o “lá fora” e com o tempo³.

Faltava ao texto tempo, faltava-lhe história, faltavam-lhe sujeitos. Faltava-lhe muita coisa quando se comprometia com as “mentalidades” esse ardil disciplinar que não coabita nem com o tempo breve nem com a ausência de todas as arqueologias. A suspeita engrossava quando José Gil, questionado por Maria João Avillez sobre a componente histórica das suas análises, respondia mais ou menos isto: que a coisa tinha o seu tempo, que sim, que já tinha falado com Mattoso, que dizia que a coisa vinha de longe...

Faltava ao texto a referência dos locais e agentes de produção e de reprodução sob o risco de pouco mais fazer do que tirar a temperatura à *natureza* do “português”. Salvaguardada a abordagem do salazarismo, o texto desconhece o papel das ideologias, as travessias da cultura, os lugares do poder.

Qualquer português prevenido começará por perguntar ao “*Portugal Hoje*”: mas somos todos assim?, tornámo-nos assim, quando? Já éramos assim no tempo do Afonso Henriques? E o Afonso Henriques, como rei, contribuiu, ou não, para sermos assim? José Gil não responde, mas pergunta: teremos sofrido um “trauma inaugural” que atravessa a história e que nos ‘fez assim’?⁴

Mas não é tanto do lado da história quanto do lado dos efeitos “psíquicos” potenciados pelo texto que podem surgir as primeiras dúvidas. Das duas uma: ou a análise oferecia o reconhecimento do “outro” (“o português” é assim, mas eu não, estou safo), ou a identificação do “eu” (bolas, eu também sou assim). Mesmo na optimista segunda hipótese, sobra a dúvida se os efeitos da acomodação não serão os mais esperáveis, ou seja, já que somos assim e estes são os nossos problemas, só temos de conviver melhor com a realidade, sem necessidade de matar pai e mãe.

Mesmo que se adira calorosamente a este divã filosófico, não se perdoam as ausências sobre a extensão do “desfalque narcísico” nacional e não se percebe, por exemplo, que não tenha dado almofada ao donjuanismo como forma de vida. É

Portugal é o país onde nada se inscreve na história,
ou na vida real. Não se inscreveu o salazarismo, que foi alvo
de um imenso branqueamento e de um óbvio perdão,
não se inscreveu a Revolução, que era tímida

que José Gil explicará o burgessismo, localizará a inveja como um sistema, não ignorará a pluralidade de despotismos que se instalaram nos quotidianos, mas passará ao lado da manipulação e da conquista que pastam nos lugares do pequeno ao grande poder.

Mas este texto, de malha tão aberta que, como os horóscopos, garante sempre alguma forma de reconhecimento, não deixará de, em qualquer circunstância, ser uma provocação e, sobretudo, não podia ter colhido melhores ventos:

1. o santanismo deixou-nos estupecidos e “esmagou-nos triplamente” (depois do guterrismo, do barrosismo);

2. os militantes da vida do país, ou da sua, estão potencialmente deprimidos e querem perceber porquê, como é que isto tudo aconteceu e como é que se pode sair da exaustão;

3. a comunicação social - e o caminho vulgar da conversão do conhecimento em coisa do senso comum - foi banalizando conhecimentos da psicologia, da psicanálise, criando novos apetites, naturalizando e criando realidades;

4. no mesmo sentido, quando as depressões e as perturbações bipolares se tornaram o pão nosso de cada dia, é compreensível que a pesquisa de uma espécie de mal-estar psíquico nacional possa colher;

5. quando a economia, a sociedade, a política vivem de diagnóstico de doenças crónicas e incuráveis, faz sentido que se deseje ver a cura num outro lugar da condição humana;

6. quando a política é consumida como essa incapacidade de mudar a vida das pessoas, as razões metapolíticas ganham espaço.



2. ENTRE A “RETÓRICA DA INVISIBILIDADE” E O “MEDO DE EXISTIR”

Embora José Gil pareça investido na localização de um sujeito, “o português”, a leitura não confia na individuação. O português é qualquer um e, nessa condição, é representativo de todos. Por mais que o “escrito” se resguarde na potencial modéstia e pluralidade instrumental, não deixa de ser uma pesquisa sobre a identidade nacional e, se reportada ao cam-

po das mentalidades, como é intenção anunciada, configura atitudes mentais instaladas. Algumas delas, no entanto, serão produtos recentes, razão pela qual o ensaio começa com a questão da “televida”.

“É a vida”, afirmação de um qualquer apresentador da RTP, é lema do ambiente mental em que vivemos. A afirmação serve para introduzir aquele que é o nódulo do nosso quadro mental: o nevoeiro das consciências. José Gil fá-lo a propósito de um quadro esquivo: a Vida de que o apresentador é dentro e fora e mediador face aos telespectadores, a sobreposição de imagens na lonjura pseudo-próxima, que baralha a percepção.

Não que a resignação, implícita na evidência daquela afirmação, não seja entendida como uma transferência das regras morais para a governação e que Gil não lhe aponte os custos e os danos do voluntarismo (de Guterres a Durão Barroso), mas não é da moral, nem da sua composição, que o texto trata, mas desse “nevoeiro”, desse formato da consciência colectiva nacional, que os meios de comunicação modernos têm recriado.

Os media serão, aliás, tratados com ampla impiedade e sublinhados como veículos de inibição e de bloqueio das consciências. Assim, os meios de comunicação social serão responsabilizados pela insuficiência de espaço público⁵ em Portugal, serão esse sistema mediático “transcendente”⁶, produtor e legitimador de realidades.

É pois no “nevoeiro” das consciências e na incapacidade de “inscrição” que se encontram os eixos sobre os quais se sustentarão as debilidades e incapacidades deste país e desta gente.

Portugal é o país onde nada se inscreve na história, ou na vida real. Não se inscreveu o salazarismo, que foi alvo de um imenso branqueamento e de um óbvio perdão, não se inscreveu a Revolução, que era tímida. Não se inscrevem os mortos, nem os vivos, o desejo não opera como potenciador de vida. O corpo não se assume, a autonomia dos indivíduos não é viabilizada. Vivemos todos no plano do nevoeiro, nevoeiro das consciências individuais e da consciência histórica colectiva, quando o nevoeiro “é o plano invisível de não-inscrição”⁷.

O nevoeiro, esse dispositivo de defesa contra a ausência, é uma espécie de entorpecimento colectivo onde se instala a dificuldade de pensar, a impossibilidade de agir, uma certa “estupidez reinante”, o burgessismo.

Mas o que é a não-inscrição? É o contrário da inscrição, que cria e abre o real. A inscrição é essa espécie de fractura aberta pelo desejo e pela dor no corpo, na história, no tempo. A não-inscrição será a sua denegação, porque quando “(...) o

No espaço de transição em que inscreve a sociedade portuguesa, quase tudo falta para que a acção reivindicada pela democracia seja filha do *desejo* e da *liberdade*

luto não vem inscrever no real a perda de um laço afectivo (de uma força), o morto e a morte virão assombrar os vivos sem descanso”⁸. A não-inscrição acumulada e sobreposta converter-se-á em trauma.

A não-inscrição, fundadora das leituras de José Gil, é, em primeiro lugar, a não-inscrição do salazarismo, essa “doença que pôs de rastos o povo português”⁹, mas que as biografias e estudos, o branqueamento da própria revolução condenaram à não-inscrição¹⁰. Este será, do meu ponto de vista, o legado inovador e irrecusável dos “escritos” de José Gil.

A patologia do salazarismo é objecto dessa outra obra, *Salazar: a Retórica da Invisibilidade*. A recusa da “retórica” por Salazar, o horror do verbalismo oco, a contenção da exposição pública do chefe, a recusa da emocionalização discursiva, diversamente dos formatos dos grandes ditadores do seu tempo (que se fizeram corpo e desejo) teriam sido armas de sustentação moral, ideológica e política do Estado Novo.

A denegação da retórica por Salazar teria fundado uma outra retórica, a da “invisibilidade”. A denegação do corpo do chefe tê-lo-ia convertido em onnipresente. A recusa da oralidade teria facultado o delírio da racionalidade e do saber absoluto da palavra escrita. Nos apelos aos lugares do inconsciente, José Gil não deixará de andar à procura dos quistos do consciente¹¹.

A denegação da retórica produziria, então, a sua sublimação, quando, como tantos outros paranóicos, Salazar foi protagonista de uma espécie de “delírio de racionalidade”.

Num país de “sentimentos”, de “glórias de momento”, Salazar, com o discurso lido, com a absolutização da palavra escrita, teria devorado os “espíritos” para os poder aconchejar através de discursos imbuídos de razão. Nesta qualidade, falaria às “almas”, sem propor a fusão emocional imediata, sem falar para as massas, antes falando para a consciência de cada indivíduo de forma a fazer borbulhar a “consciência nacional” mais profunda (patriotismo, espírito de sacrifício, moral cristã)¹².

José Gil denunciara os mais profundos contornos e danos da “invisibilidade” nesse patamar sacrificial de evitação da morte, na negação da acção, na negação dos indivíduos, na substituição da acção pelo pensar e imaginar, quando “a invisibilidade sacrificial do indivíduo garantirá o surgimento da nova presença da Nação”¹³ com uma espécie de fórmula mágica¹⁴.

A invisibilidade deixaria que o princípio transcendente funcionasse como imanente no exercício do poder real, atravessando a própria invisibilidade de Salazar, reproduzindo-a em cada português e nos seus comportamentos, roendo num

quadro esquizo que fez dos portugueses “seres adiados”, mantendo actualidade na ambiguidade entre o “não somos nada, não valem nada” e o “somos os melhores, génios, heróis”.

É, no fundo, este quadro esquizóide, esta espécie de desfalque narcísico nacional e este édipo de resolução adiada, que José Gil convida a sustentar o *Portugal Hoje...* desta feita numa sociedade que classifica de transição, entre a sociedade tradicional (disciplinar e autoritária) e a sociedade de normalização e de controlo.

No espaço de transição em que inscreve a sociedade portuguesa, quase tudo falta para que a acção reivindicada pela democracia seja filha do *desejo* e da *liberdade*:

- não há espaço público, espaço de mediação e de socialização dos conhecimentos e da produção cultural;

- o espaço público está nas mãos de meia dúzia de fulanos, é fulanizado e territorializado e, nessa condição, o “dentro” não respira;

- não há conhecimento da democracia porque não há investigação em ciências humanas; não há comunidades literárias, científicas, artísticas e nestes espaços ausentes a burocracia e o juridismo enquistam e redefinem legitimidades;

- o nevoeiro reproduz-se naquelas condições e alimenta-se da pequenez que se reflecte nos “inhos”, na pequenez do espaço físico e mental dos portugueses; somos uma sociedade fechada que não encontrou o tamanho certo, uma sociedade do familiarismo afectivo que é herança da ditadura;

- os portugueses têm medo, medo dos outros, e o medo é a estratégia para a não-inscrição quando a “imagem de si” que nos assiste é um sugadouro de energias e das forças vitais dos indivíduos, tornando-nos especialistas na incapacidade de enfrentamento;

- estas condições alimentam uma “zona de submissão”, provocando degenerescências como a resignação, a inércia, a complacência, o “consenso forçado do político e socialmente correcto”¹⁵, consensos “burgessos” à volta do humanismo¹⁶ e convertem a democracia numa forma de bom senso¹⁷, na via única, normalizada, que é por isso mesmo autoridade da norma e não filha do desejo e da liberdade.

É na impossibilidade de inscrição dos indivíduos, dos acontecimentos, dos corpos, que o medo e a inveja, segundo o autor, ultrapassam o patamar dos sentimentos e passam a sistemas reguladores das relações sociais, sistemas de inibição e de controlo. O “sistema da inveja”, tratado de uma forma que só pode gerar o incómodo, alicerça-se na incapacidade nacional da genuína admiração: “(...) a admiração é quase sempre de fachada. Os portugueses não sabem admirar porque não sabem perder a cabeça de admiração”¹⁸.

É na impossibilidade de inscrição dos indivíduos,
dos acontecimentos, dos corpos, que o medo e a inveja,
segundo o autor, ultrapassam o patamar dos sentimentos
e passam a sistemas reguladores das relações sociais,
sistemas de inibição e de controlo

Portugal esforça-se por subsistir, inscrevendo-se na Europa, mas o “lá fora” continua longe demais¹⁹ e Portugal poderá ter de diluir as fronteiras da sua nacionalidade e tornar-se um pequeno território num “desbotado mapa-mundo”²⁰.

Acresce à lonjura do “lá fora”, o duplo esmagamento: os portugueses saíram do salazarismo com medo de sair, o bom senso democrático anestesiou as potenciais conflituosidades saídas da revolução, sedimentando o medo invisível, vitaminado, no presente, pelo medo da exclusão dos benefícios da União Europeia, pela necessidade de inclusão na sociedade globalizada, pela adesão à normalização democrática do bom senso, pela recusa dos conflitos²¹. Assim, o medo do medo sustentaria uma espécie de “branco psíquico”, de espaço traumático impossibilitado de ser um “grande medo colectivo”, mas desviado nos “microterrores quotidianos” de carácter endémico.

Será, aliás, na verdadeira natureza daquele trauma, corado pela transcendência dos media na ausência de um verdadeiro “espaço público”, que José Gil funda a análise da questão Marcelo Rebelo de Sousa, a inércia presidencial e o percurso santanista, percurso com que conclui este livro para sublinhar o “descaramento” como estratégia política, como duplo esmagamento subscrito pela comunicação social.



3. ALGUNS DADOS DO TEMPO SOBRE OS LUGARES DO “MEDO DE EXISTIR”

Sobre o tamanho. Portugal é um país pequeno há pouco tempo. A pequenez nasceu com a democracia.

Às portas da revolução francesa, a construção da modernidade reivindicava-se dessa portugalidade transcontinental que convivia com todos os eflúvios das Luzes e se aninhava nesse duplo colo: uma maternidade europeia definida precocemente e uma identidade que precisava do planeta. Mas aquela construção não se fez sem “produtores” de consciência; a forma como os “Descobrimentos” teriam feito deste pequeno país um país tão grande não deveria tirar o sono ao camponês.

A coisa tem o seu tempo: não se cata facilmente a fibra da consciência, ou da sua falta, sem a aferição do papel dos intelectuais, dos filósofos, dos “ideólogos” e da forma como o poder político os digeriu, os tragou, ou os abrigou.

Daquela altura poderia já José Gil dizer que “ser português” era ser “lá fora”. Eduardo Lourenço regista criticamente esse futuro que para Portugal foi sempre o “lá fora”. Na construção da modernidade, nos caminhos de transição para o liberalismo, o “lá fora” era o “cá dentro” porque a “portugalidade” se laborava à escala do planeta.

Intelectuais de setecentos que reflectiram sobre a decadência nacional em finais do século, os mesmos cuja proposição mais se aparentava com os novos tempos, evocariam as glórias e os nomes perdidos de quinhentos. Este passado, o passado dos “Descobrimentos”, que nunca foi “desinscrito”, ganharia, ao tempo, uma vitalidade regeneradora unificada pela personificação consensualizada em torno de Camões, de Pedro Nunes, ou da escola do Infante D. Henrique.

Em setecentos e oitocentos, o Brasil, se não era terra de utopia (a aceitar-se a tese dos que, como Medina, sublinham a inexistência de pensamento utópico português) era, ao menos, terra de muitos sonhos.

O Brasil foi o nó górdio do vintismo. Fazia-se uma constituição, dividiam-se os poderes, mas perder o Brasil era o impensável, para não falar dos que estavam dispostos a fazer do Brasil, Portugal e a entregar o rectângulo aos bichos, ou seja, às potências europeias.

O salazarismo alimentou-se dessa tensão inibidora entre o sermos pequeninos e ao mesmo tempo muito grandes, mas o “lá fora” de um país de migrantes e emigrantes (mesmo se muitas vezes saíam para poder voltar) é um espaço inscrito.

A descolonização tem trinta anos. Se devem existir poucas famílias onde a memória do sonho perdido em África - ou da verdadeira terra encontrada em África - não tenha feito a sua travessia, estendendo o espírito ensaístico, o “lá fora” continua a ser uma miragem validada em tempos de crise. É um dado da cultura, da vida, do imaginário: é difícil percebermos que “não há outro aqui”.

Sobre o mito do “lá fora” e os estrangeirados. A modernidade em Portugal alimenta-se de ambos. Em setecentos e oitocentos o pessimismo dos diagnósticos e as terapias apon-tadas olhavam lá para fora, para a Europa culta e civilizada, e temiam o olhar dela sobre o “nós”, parecendo conceder aos que dela voltavam um lugar privilegiado na cura.

Equívoca aquela esperança se a recriação pombalina da Enciclopédia foi obra que o poder não descurou, foi coisa muito “nossa” e os ditos estrangeirados foram encaixotados precocemente.

É mesmo assim, a coisa tem o seu tempo. Não é pós-moderna essa malha escorregadia entre a sedução pela “superioridade” europeia, o fascínio por esse “outro” e a desconfiança congénita na sua aceitação, aliada ao apego a soluções muito fechadas e à “nossa” escala. Naquela desconfiança e naquele apego, os poderes instituídos nunca foram a parte menos interessante.

De facto, muito daquele pessimismo era feito do “complexo de inferioridade” relativamente à Europa Ilustrada, complexo que transbordou na sublimação do protagonismo do estrangeirado no século XX. Alguns dos protagonistas intelectuais do tempo eram, de facto, estrangeirados, que os poderes dominantes exilaram dentro, ou fora, de portas. Diversamente do que pode ser sustentado²², o “complexo de inferioridade” é fundacional da modernidade. Foi um combate de alguns sustentado com dificuldade face ao olhar nacional do olhar que o “outro”, o “europeu culto”, teria de Portugal²³.

Nem suficientemente “europeus”, nem suficientemente “mediterrânicos”, os produtores de consciência foram boiando a sobrevivência da superioridade nacional em quinhentos e nos homens que, no saber, ou na poesia, tinham dado Portugal ao mundo. Neste sentido, não o podiam prever, mas facilitaram a vida ao salazarismo, que retocou uma herança: os “Descobrimientos”, a grandiosidade de uma nação pequenina, os nomes ímpares da cultura e da ciência modernas, a Escola do Infante.

Refira-se, ainda, que o juridismo não é uma coisa nova. É um legado do liberalismo e um ombro seguro para um país que conviveu mal com a revolução francesa, que arrumou uma forma muito nacional de Enciclopédia e que deu pasto ao cesarismo católico muito cedo. De facto, o mal conhecido Pombal católico foi tão, ou mais, duradouro que o Pombal da reconstrução de Lisboa. Mas não é o que se aprende nos manuais, da mesma forma que sabemos muito pouco sobre

a história do século XX português e menos ainda sobre os séculos XVIII e XIX.

Se há leitura pacífica no trabalho de José Gil é a dificuldade em inscrever a revolução de Abril. A esquerda conviveu mal com ela, a direita pior ainda, a comemoração foi durante demasiado tempo um aniversário rotineiro, como os de família. Os 25 anos contribuíram para mudar parte desta sensibilidade.

Pudor em caracterizar o 25 de Abril como uma revolução, pudor em falar de fascismo no Estado Novo, pudor em trazer a memória dos presos e exilados políticos, pudor dos horrores da guerra colonial para “nós” e para os “outros”. Pudor manifestado num discurso escassamente emocionalizado, impedindo os jovens de inscrever memória, sentimentos de luto e de ganhos de vida na história recente do seu país. Programas de história, manuais, professores adubaram os pudores, remetendo o final do século XX português para o plano das boas intenções.

Nem a história em particular, nem as ciências humanas em geral, entraram no senso comum. Também no escasso investimento nestas áreas de conhecimento e nos seus danos colaterais o ensaísta terá razão.

Mas se a história não se repete tem coincidências a mais. Em tempos de crise, nos intervalos da Europa liberal e neo-liberal, os eflúvios dos sentimentos têm vindo, ciclicamente, ocupar espaço deixado pelas insuficiências da Razão.

Temos medo, não inscrevemos, não fazemos do desejo, no corpo individual e colectivo, princípio de acção, adormecemos nos consensos autoritários da democracia e da sociedade globalizada. Discurso pessimista, que não deixará de potenciar inúmeros e cirúrgicos reflexos especulares sobre a forma como vivemos e nos relacionamos, mas que, se as palavras não estiverem gastas, pouco acrescentará ao que “nos” falta de desejo pela democracia.

* Cecília Honório é historiadora e dirigente do Bloco de Esquerda
cecilia@combate.info

NOTAS:

¹ José Gil, *Portugal Hoje - O Medo de Existir*, Relógio D'Água, 5.ª ed. Março de 2005, p. 141.

² (...). O conhecimento científico pós-moderno só se realiza enquanto tal na medida em que se converte em senso comum” (Boaventura de Sousa Santos, *Um Discurso sobre as Ciências*, 6ª ed., Ed. Afrontamento, 1993, p. 57).

³ “(...) O futuro de Portugal foi, desde cedo, o “lá fora”, a distância, nossa ou alheia. Foi a Índia, o Brasil, a África, recentemente e a vários títulos, a Europa. Hoje, é a primeira vez que Portugal e os portugueses têm de desenhar, de conceber, de inventar e de se dar um futuro a partir de si mesmos. Mas estão tão habituados a ter um Futuro como dádiva da Providência (...) que, sem querer, têm feito tudo para não encarar de frente esta

ideia simples: não terem um Futuro se eles próprios o não inventarem” (Eduardo Lourenço, *Nós como Futuro*, Assírio e Alvim, 1998, p. 25)

⁴ José Gil, *ob. cit.*, p. 134.

⁵ “A ausência de espaço público fez com que os media preenchessem esse espaço deixando vazio pelo salazarismo, espaço entre os indivíduos, entre os cidadãos e as instituições, entre as próprias instituições e grupos da sociedade civil e do Estado” (*Idem*, p. 129).

⁶ *Idem*, p. 35

⁷ *Idem*, p. 22

⁸ *Idem*, p. 16.

⁹ *Idem*, p. 25.

¹⁰ “(...) a não-inscrição do nosso passado salazarista teve efeitos de incorporação inconsciente do espaço traumático, não-inscrito, nas

gerações que se seguiram. É como se lhes tivessem tirado um solo, um elemento essencial do seu psiquismo e da sua existência, antes mesmo delas nascerem” (*Idem*, p. 43).

¹¹ “(...) ele possuía a intuição de um método pessoal mais insidioso para atingir o ‘fundo da consciência’ do seu público: o método de comunicação com o seu inconsciente. Salazar considera que, apesar da falta de instrução, o povo o compreende – e isto porque o povo possui o Dom de captar o essencial. Dá-lhe o nome de ‘intuição profunda’(...)” (José Gil, *Salazar: a Retórica da Invisibilidade*, Relógio D'Água, 1995, pp. 11-12).

¹² Cf. *Idem*, p. 29.

¹³ *Idem*, p. 32.

¹⁴ “(...) persuasão consiste em conseguir que a forma do silêncio (produzido pela linha

retórica) não seja apercebida e que o ouvinte julgue aderir às ideias enunciadas apenas graças ao poder da razão” (*Idem*, p. 41).

¹⁵ *Portugal Hoje. O Medo de Existir*, p. 90.

¹⁶ Cf. *Idem*, pp. 109-111.

¹⁷ Cf. *Idem*, p. 113.

¹⁸ *Idem*, p. 99.

¹⁹ *Idem*, p. 72.

²⁰ *Idem*, p. 73.

²¹ Cf. *Idem*, pp. 123-125.

²² “(...) a consciência de inferioridade cultural perante a “outra” Europa, que desde o século XVIII se afirmou com cada vez maior intensidade, para culminar na geração de 1870, não foi sempre uma característica da nossa auto-consciência. Foi, aliás, essa ideia de atraso e desfasamento que conduziu à imposição,

na década de 20 do século XX, da imagem dos ‘estrangeirados’ (Verney, Ribeiro Sanches, Castro Sarmento, etc.) como verdadeiras alavancas para a recuperação cultural do país” (Pedro Calafate, *História do Pensamento Filosófico Português*, Volume III, p. 36).

²³ “Que admirados ficareis, Senhores, se soubeseis quão vil he o conceito, que muitos estrangeiros fazem injustamente de nós! Quando lá fóra casualmente aparece algum português de engenho medíocre, admirados se espantão como de Fenomeno raro: E como assim? (dizem) de Portugal? Do centro da ignorância? Assim o cheguei a ouvir” (“Oração na abertura da Academia das Sciencias...” in Cristóvão Aires, *Para a História da Academia das Ciências de Lisboa*, 1927, p. 98).

A PROPÓSITO DE “MULTITUDE”, DE MULTI VENTRI

DANIEL BENSAÏD*

ILUSTRAÇÃO DE JOSÉ FEITOR

O ÚLTIMO LIVRO DE MICHAEL HARDT E TONI NEGRI “*MULTITUDE*” (DEBATE, MADRID, 2004) CONTINUA A REFLEXÃO EMPREENDIDA EM “*IMPÉRIO*”. OS AUTORES RESPONDEM A ALGUMAS CRÍTICAS E OBJECÇÕES, ESCLARECEM POSSÍVEIS MAL-ENTENDIDOS E PRECISAM O SEU PENSAMENTO. “*MULTITUDE*” COMPÕE-SE DE TRÊS GRANDES PARTES: A QUE TRATA DA NOÇÃO DE MULTITUDE, FAZ DE PIVOT ENTRE UMA PRIMEIRA PARTE DEDICADA À GUERRA E UMA TERCEIRA, PROSPECTIVA, DEDICADA À DEMOCRACIA.

ESTE LIVRO confirma que há importantes pontos de convergência e de encontro: sobre a importância concedida ao estado de guerra permanente na determinação da situação mundial, sobre a atenção prestada à questão da propriedade e às contradições exacerbadas entre a socialização do trabalho (e, em particular, do intelectual e imaterial) e a apropriação privada, sobre o fio condutor que constitui a questão democrática em qualquer projecto de emancipação. Não podemos abordar, nos limites deste artigo, a discussão de todas estas questões. Limitar-nos-emos à discussão sobre a noção de multitude, em torno da qual se articula a problemática dos autores.

Popularizada por Paolo Virno¹ assim como por Michael Hardt e Toni Negri, a noção de multitude tem um grande eco na América Latina e em alguns países europeus. O êxito deve-se sem dúvida à sua pertinência descritiva. O termo parece recolher bem a diversidade dos movimentos populares, reflectindo a amplitude dos fenómenos de exclusão (e exemplo emblemático são os *piqueteros* argentinos) e a extensão do trabalho precário e informal, mas também a preocupação de muitos movimentos sociais por fazer valer os seus interesses específicos, sem serem afogados na abstracção de um hipotético interesse geral ou subordinados a uma “contradição principal” que os converta em “secundários”: movimentos feministas, ecologistas, homossexuais e também associações de desempregados, camponeses, sem terra, *cocaleros* bolivianos, movimentos indígenas do México ou do Equador, etc.

Paolo Virno estabelece um vínculo, que não é só simul-

MICHAEL HARDT E TONI NEGRI

TUDES

LOQUAS

taneidade, entre as manifestações de Seattle ou de Génova e os “cazarolazos” de Buenos Aires², que mostra a erupção da multidão como novo sujeito da emancipação. Tratar-se-ia de uma importante consequência do final da fábrica fordista e da integração massiva da comunicação intelectual e linguística como recurso produtivo. Daqui resultaria o desaparecimento da distinção entre produtor e cidadão, entre esfera privada e esfera pública, em favor de um espaço comum misto. Desta indiferenciação pós-moderna surgiria a multidão. Seattle, Génova ou Buenos Aires expressariam novas formas de vida e de subjectividade, colocando-nos ante “o desafio de inventar novas formas políticas” de democracia não representativa (a não confundir, precisa Virno, com as formas simplificadas de democracia directa): foros de cidadãos, reapropriação pela multidão dos saberes e poderes confiscados pelos aparelhos burocráticos de Estado.

Há também outra razão para a propagação da noção de multidão e o interesse que suscita nos movimentos sociais: a sua indeterminação conceptual torna o seu manejo tanto mais cómodo quanto permanece teoricamente flutuante e ambígua. Tentaremos esclarecer aqui alguns aspectos deste debate, com a prova das suas possíveis implicações estratégicas.

UMA CATEGORIA FILOSÓFICA?

Não me deterei no aspecto sociológico da controvérsia. As precisões de Hardt e Negri em “*Multitude*” e as de Virno na sua “Gramática da multidão” permitem levantar algumas

dúvidas e mal entendidos. Os três afirmam claramente que o uso do termo multidão não significa em absoluto o desaparecimento do proletariado, nem sequer da classe operária industrial. Coloca só o acento no relativo declive desta última em favor de uma nova hegemonia, a do chamado (impropriamente) por Hardt e Negri “trabalho imaterial”. Não se trata de uma hegemonia numérica e quantitativa, nem tão pouco o foi a hegemonia nascente do trabalho industrial no século XIX numa sociedade muito agrária, mas do auge de uma minoria sociológica cuja função ascendente impregna e determina o conjunto das relações sociais. Saindo do estreito marco da produção, este trabalho cognitivo, “afectivo”, “relacional” ou “bio-político”, encobre um “enorme potencial de transformação social positiva”, ao produzir directamente relações sociais.

A discussão não consiste numa disputa estatística (ainda que não fosse inútil, dadas as extrapolações superficiais a que dão lugar as metamorfoses do trabalho), mas na avaliação desta nova hegemonia nascente, característica da época imperial, a dominação absoluta do capital sobre a vida e a entrada na era bio-política, anunciada por Foucault. Mesmo que o acto de nomear tenha a sua importância, há que evitar cair numa querela terminológica. Pela minha parte, mantenho que estas precisões, afastando-se das fantasias da moda sobre o desaparecimento dos antagonismos de classe, podem ser explicadas em termos de uma extensão do proletariado (no sentido amplo e inicial do termo em Marx), incluso de uma “proletarização



Segundo os seus próprios promotores, “a noção de multidude não desloca o conceito de classe” (Paolo Virno), “a multidude é um conceito de classe” num “sentido bio-político”, e que na realidade trata-se de “reactivar o projecto político da luta de classes” (Hardt e Negri)

do mundo”, uma vez superados os equívocos de uma teoria de classes reduzida à esfera da produção ou da circulação³ e extraídas todas as consequências do lugar que dá “O Capital” ao inconcluso capítulo sobre as classes ou, no final do livro, ao processo de reprodução de conjunto do capital. Este processo deve ter em conta o papel do estado, da família, da escola, do habitat, na reprodução. Neste sentido, Marx e Engels (em particular na sua “A situação da classe trabalhadora em Inglaterra”) podem ser considerados em alguns aspectos como precursores da bio-política foucaultiana.

Para evitar um falso debate há que assinalar que, segundo os seus próprios promotores, “a noção de multidude não desloca o conceito de classe” (Paolo Virno), que “a multidude é um conceito de classe” num “sentido bio-político”, e que na realidade trata-se de “reactivar o projecto político da luta de classes” (Hardt e Negri). Registamos: a multidude não substitui as classes. Nos autores marcados pelo “obreirismo” italiano dos anos 70, o deslocamento terminológico pretende prova-

velmente exorcizar uma concepção obreirista reducionista do proletariado. Não é problema nosso. Desde as primeiras páginas, Hardt e Negri definem “*Multitude*” como “um livro filosófico”. A aposta da sua inovação conceptual situa-se sobretudo no terreno conceptual da filosofia e não no da sociologia. Seguindo Virno, precisam que “multitude” não é uma noção alternativa à de classe, mas sim às de povo (dotada de uma homogeneidade imaginária), massas (indiferenciadas apesar do uso do plural) ou classe operária (reduzida à classe operária industrial). Os três destacam a sua oposição à categoria de povo, estreitamente associada à soberania, no caso de Hobbes, e à vontade geral, no de Rousseau. Apesar dos seus distintos pressupostos antropológicos, têm em comum o espectro de um povo fusional, unitário e indivisível, à semelhança da monarquia absoluta ou da República “una e indivisível”, quer dizer, uma concepção orgânica do corpo do povo no lugar do corpo do rei. Desde o “DE CIVE”, de Hobbes, o advento do povo no discurso político marca a passagem do estado da



Desde as primeiras páginas, Hardt e Negri definem '*Multitude*' como "um livro filosófico". A aposta da sua inovação conceptual situa-se sobretudo no terreno conceptual da filosofia e não no da sociologia

natureza ao estado civil, ou da simples agregação mecânica à associação orgânica, fundadora de um corpo novo, não redutível à simples reciprocidade dos contratos. Hegel insiste também em que "o Estado não é um contrato", e ainda menos a soma liberal dos contratos privados.

O conceito de povo seria então um dos fios condutores do paradigma político da modernidade. "Dou à pessoa pública o nome de povo, não o de *multitude*", sublinha Hobbes, daí a "diferença entre esta *multitude* que eu chamo povo, que se governa regularmente, que compõe uma pessoa civil e que só tem uma vontade, e essa outra *multitude* que é como uma hidra de cem cabeças e que só pode pretender, na república, a glória da obediência". O povo torna-se então a substância propriamente política da ordem estatal centralizada, em oposição à *multitude*, que representa uma desordem "de cem cabeças" (rizomática), uma hidra que há que disciplinar e submeter à glória da obediência passiva. Segundo esta perspectiva, o retorno do povo à *multitude* seria uma recaída para o estado de

natureza pre-política e a guerra de todos contra todos.

Não sejamos quezilentos sobre a atemporalidade filosófica desta concepção de povo insistindo nas suas evoluções históricas e nas inflexões do seu uso. Mas o povo de Michelet, aberto às diferenciações e aos antagonismos sociais, já não é "uno e indivisível" (só ameaçado de divisão pela sedição interna das facções ou pelos *complots* externos do estrangeiro), constitutivo da soberania nacional. Também se poderia citar, com um pouco de fantasia, o presidente Mao que, longe de fazer do povo um monólito político, convidava a tomar em consideração "as contradições no seio do povo".

Admitamos pois, para evitar uma estéril querela de palavras, a *multitude* proletária ou o proletariado mundializado como figuras do proletariado na época da mercantilização mundializada, da dominação generalizada do capital sobre todas as esferas da vida social e privada, da extensão do controlo bio-político sobre a vida. Nada garante, sem dúvida, que esta "*multitude*" insubmissa seja um mais além de povo e não

Algumas extrapolações, que apareciam em “*Império*”, rapidamente desmentidas pelas expedições imperialistas e pela hegemonia militar restaurada pelo Estado nacional norte-americano, foram corrigidas e matizadas em “*Multitude*”

um mais alguém pré-político, retornando à plebe neopopulista ao gosto de Solzhenitsyn. Prefigurando a inquietude de Hannah Arendt ou de Walter Benjamin perante as consequências totalitárias da decomposição das classes em massas, Hegel já antevia o desastre numa crise que ia conduzir ao renascimento das plebes do Império, ávidas tão só de pão (consumo) e de jogos (televisionados): “Se uma grande massa desce abaixo do mínimo de subsistência que se considera necessário para um membro da sociedade, perde-se o sentimento do direito, da legitimidade e da honra de existir pela sua própria actividade e pelo seu próprio trabalho, assiste-se à formação de uma plebe, o que leva aparelhada uma maior facilidade para concentrar em poucas mãos umas riquezas desproporcionadas”⁴.

O próprio Michel Foucault mostrava-se perplexo perante a tentação pós-moderna de recorrer ao mito renovado da plebe (a multidão plebeia?) como sujeito da resistência ao bio-poder: “Não há que conceber, desde logo, a plebe como o fundo permanente da história, o objectivo final de todas as servidões, a brasa nunca de todo extinguida de todas as revoltas. A plebe não tem, desde logo, realidade sociológica [...], mas continua a haver algo que não é matéria prima, mais ou menos dócil ou recalcitrante, mas sim movimento centrífugo, energia inversa, escapatória. A plebe não existe, desde logo, mas há plebe, esta parte de plebe”⁵. Também Virno admite a “ambivalência” de uma multidão desgarrada entre manifestações de liberdade e de servilismo, tal como admite a ambivalência da retórica da diferença, susceptível de desembocar no respeito das singularidades e também numa nova ordem hierárquica das diferenças. Pese embora estas contradições, a multidão teria o interesse de tecer “um laço directo com a dimensão do possível”: ao contrário das velhas seguranças, firmezas e enraizamentos do emprego e do habitat, a sua experiência quotidiana do aleatório e da contingência, da mobilidade e da insegurança inerentes ao bio-poder do capital, torna-a disponível para o inédito e o inesperado. Esta contingência estrutural, segundo Virno, pode revelar-se portadora de emancipação⁶.

A PROVA DA ESTRATÉGIA

Nem o enfoque filosófico, nem o sociológico, nos permitem mostrar com precisão as partes de confusão e de divergência que pode alimentar o uso, seja simplesmente descritivo ou mais conceptual, da noção de multidão. Para entender o seu alcance, há que levar a questão ao terreno da prova estratégica: “Os sociólogos, constatava Foucault, avivam até nunca acabar o debate sobre o que é uma classe e quem pertence a ela. Mas até agora ninguém examinou, nem aprofundou, a questão de saber o que é a luta. O que é a luta, quando se diz

“luta de classes”? Gostaria de discutir, partindo de Marx, não a sociologia das classes, mas o método estratégico que concerne a luta”⁷. Isto é também o que gostaríamos de discutir com Virno e com Negri: o sentido estratégico da multidão. Embora, sem esquecer que Foucault, após ter convidado à discussão estratégica, não duvidou em contradizer-se reivindicando uma “moral teórica anti-estratégica”. Este eclipse da estratégia foi no seu caso paralelo ao da Revolução, que através da prova da revolução iraniana se havia voltado a “uma forma vazia”.

Acerca de Hardt e Negri, junto a importantes acordos sobre a guerra global e o estado de excepção permanente, os reptos da “bio-propriedade” e da apropriação “comum” (para evitar a confusão entre propriedade pública e propriedade estatal), ou a invenção de novas formas de democracia participativa, indicamos de forma sintética uma série de divergências ou de questões por resolver:

1. Algumas extrapolações, que apareciam em “*Império*”, rapidamente desmentidas pelas expedições imperialistas e pela hegemonia militar restaurada pelo Estado nacional norte-americano⁸, foram corrigidas e matizadas em “*Multitude*”. Mas na medida em que se mantém a hipótese de um mundo rizomático, acentrado e acéfalo, o poder efectivo (do capital, do Estado, da força) tende a dissolver-se nos “efeitos do poder” e nos jogos do anti-poder. Uma estratégia sem espaço próprio, sem objectivo e sem dialéctica de fins e meios, torna-se dificilmente pensável.

2. Ao contrário de John Holloway, que absolutiza a dominação e não vê saída alguma para o calcanhar de ferro do fetichismo (e só encontra salvação no grito incondicional e na saída da história), em “*Multitude*” não se questiona a reificação, o fetichismo da mercadoria, a ideologia dominante. O resultado é uma inversão radical da relação de subalternidade⁹. Em vez de uma alienação do trabalhador submetido à reprodução impessoal despótica do capital, é o capital quem se torna um produto subalterno e dependente, uma espécie de resíduo inerte da criatividade vital da multidão cuja espontaneidade subversiva se supõe capaz de resolver uma questão estratégica que nem sequer necessita ser enunciada.

3. A redução dos territórios e dos estados-nação a um papel quase residual, tende a dissolver as mediações políticas - não só os poderes estatais, também os partidos e as suas lutas - no espaço cosmopolítico, homogéneo e a/estratégico do Império. Ernesto Laclau também assinalou esta debilida-

É difícil evitar a tendência a um grau zero da estratégia, quando se recusa a crítica sistémica do capitalismo em favor de uma simples rede de redes, uma multitude de multitudes, um movimento de movimentos

de. Sublinha que, para Hardt e Negri, “a unidade da multitude procede da agregação espontânea de uma pluralidade de acções que não têm necessidade de ser articuladas: falta por completo em *“Império”* uma teoria da articulação (e das mediações, acrescentamos nós), sem a qual a política se torna impensável”¹⁰. De tudo isto resulta uma estranha incoerência, entre a radicalidade formal do discurso filosófico e umas modestas propostas de reformas compatíveis com a arquitectura institucional do Império. A cena mundial torna-se um teatro de sombras onde uma abstracção de multitude enfrenta uma abstracção de Império.

4. Hardt e Negri não têm praticamente em conta (ainda menos que Virno) as contradições no seio da multitude, na tentativa de superação das velhas antinomias da identidade e da diferença para realizar pacificamente uma harmoniosa síntese das singularidades e do comum. Esta reconciliação retórica permite esquivar um tratamento sério do problema das convergências estratégicas a construir no movimento alter-globalista. Poder-se-iam citar muitos exemplos de contradições entre o local e o global: a defesa do emprego e a do meio ambiente, etc. Estas contradições podem ser consideradas resolvidas no distante horizonte da grande transparência comunista, mas no nosso actual horizonte estratégico, a unidade dos explorados e dominados de todos os países não é um dado espontâneo. A crise do consenso de Washington e as diferenças que engendra entre os dominantes terão o seu reflexo nas diferenciações políticas no seio do próprio movimento alter-globalista. Esta questão decisiva das convergências estratégicas fica por resolver, nem na “homologia” dos campos na sociologia de Bourdieu, nem na justaposição dos “âmbitos específicos” no caso de Foucault. Uma consequência possível da falta de articulação dos conflitos pode ser vista na redução da política a simples alianças tácticas, conjunturais e pontuais, sem foco estratégico, das diversas coligações multicolores. É difícil evitar a tendência a um grau zero da estratégia, quando se recusa a crítica sistémica do capitalismo em favor de uma simples rede de redes, uma multitude de multitudes, um movimento de movimentos. Se, apesar de tudo, a diversidade das resistências é capaz de convergir na experiência dos fóruns sociais, deve-se ao facto de que a lógica impessoal do próprio capital e a penetração do despotismo mercantil em todos os poros da vida social constituem um poderoso factor de reagrupamento.

5. À maneira de Virno, Hardt e Negri pretendem inventar

uma “democracia não representativa”, que vá mais longe que o paradigma clássico da soberania e da representação. Hoje começa, diz Virno, depois do 11 de Setembro e da invasão do Iraque, a “fase constituinte” do pós-guerra fria: a globalização armada, a luta pela propriedade intelectual, o endividamento de sub-continentes inteiros, a economia pós-fordiana, a crise da propriedade privada provocada pela multiplicação de bens “inapropriáveis” (informação, saberes, linguagem), tudo contribui para a urgência de encontrar “novas formas políticas”¹¹. Esta constatação tem uma parte de verdade. A socialização massiva do trabalho intelectual e a sua incorporação crescente na actividade produtiva e reprodutiva dão uma dimensão nova à aspiração e à capacidade democrática dos dominados. Segundo Virno, há que construir órgãos de democracia não representativa, susceptíveis de se reapropriarem dos saberes e dos poderes confiscados pelo Estado. No umbral de um novo paradigma político ainda balbuciante, estaríamos numa situação comparável à do século XVII: “A questão chave está em saber que forma política dar às prerrogativas fundamentais da espécie homo sapiens”. À falta de elementos de solução prática, Virno contenta-se em registar um momento de apagão estratégico: “Depois de Seattle, o movimento global acumula sem cessar energia, sem saber como utilizá-la. Está confrontado com uma estranha acumulação sem saída adequada”¹².

Este movimento apresenta-se acima de tudo como “movimento ético” de resistência ao pós-fordismo e à intenção de se apoderar da própria vida, e não só do tempo de trabalho. Contra esta expansão sem limite do capital, a procura de uma “vida boa” expressa-se sob a forma de uma reivindicação ética antes de ser política, cuja carga subversiva não se deve subestimar sob o pretexto de que relativiza as noções de exploração e de luta de classes. Pode-se discutir larga e extensamente sobre a relação entre ética e política. O certo é que esta resignação no primado (mesmo que seja temporal) da ética sobre a política é um eco da exuberante retórica moralizante e despolitizadora do neo-liberalismo, sinistramente ilustrado na apologia grandiloquente das guerras “éticas” ou “humanitárias”.

6. Através da crítica da categoria de “povo”, Hardt e Negri apontam contra o conceito de soberania, que lhe é consubstancial. Num mundo onde os elementos emergentes de um direito cosmopolita continuam subordinados a um direito internacional baseado nas relações inter-estatais, é difícil desprender-se por completo da noção de soberania sem hipotecar a própria possibilidade de uma legitimidade oposta à potência

A parte programática final do livro, sobre a democracia, deixa esfomeado o leitor. Embora não lhe falte ambição, com exortações repetidas, ao inventar novas formas que estejam à altura da época

dos mercados “sem fronteiras”. Neste aspecto, o último Derrida mostrava-se judiciosamente prudente e de certa maneira mais político: “Não creio que haja que se opor à política. Nem sequer à soberania, que em algumas situações nos calha bem para lutar, por exemplo, contra algumas forças mundiais do mercado. Continua a ser uma herança europeia a conservar e a transformar de cada vez. É também o que digo em “Voyous” da democracia europeia”¹³. Os próprios Hardt e Negri reconhecem furtivamente a ambivalência da categoria de soberania, entre a conservação de uma soberania de origem teológica e o advento de uma soberania democrática. Admitem que a soberania é “um fenómeno necessariamente duplo”, que “funciona em duplo sentido”¹⁴. Mas quando se trata de tirar as consequências políticas, ficam prisioneiros de uma oscilação entre um discurso libertário radical, “há que destruir a soberania e a autoridade”, com o risco de que esta supressão radical da autoridade, incluso da maioria, reduza a multitude a uma soma de corporativismos reivindicativos sem mais nenhum vínculo entre si do que a improvável carta do “comum”, e a busca de uma “nova forma necessária de soberania” que apenas esteja além de especulações institucionais sobre o governo mundial e sobre uma “Magna Carta Contemporânea” compatível com os interesses bem concebidos das novas “aristocracias globais”. Uma antecipação das mesmas podem ser as alianças internacionais tecidas pelo governo Lula¹⁵.

7. Enfim, é como se, ao fim de quatrocentas páginas do livro, os seus autores tomassem consciência de que a discussão estratégica não tenha avançado sequer um centímetro, apesar dos atrevimentos terminológicos, apresentam *in extremis* com uma espécie de escrúpulo tardio a crucial questão da ruptura: “quando ocorre o momento da ruptura?”. A pergunta resolve-se com um acto de fé inspirado no mito mobilizador soreliano da greve geral. Ressuscitam-se assim os sonhos pós-sessenta/oitistas do “ano 01” ou as utopias pacifistas do congresso socialista de Basileia em vésperas da Primeira Guerra Mundial: “Num futuro bio-político caracterizado pela derrota do bio-poder, já não será possível a guerra”, prometem-nos Hardt e Negri: “uma greve política global de uma semana bastaria para deter qualquer guerra”. E se tudo parasse? “Sem a participação activa dos dominados, todo o edifício da soberania afundar-se-ia”, e se os produtores sociais rechaçassem a relação de dominação, “o Império cairia também como um montão de escombros”¹⁶. Ou como um Golen reduzido a pó! O mito apocalíptico não atende às formas efectivas da dominação e aos efeitos deliberadamente ignorados da reificação mercantil. Como se o trabalho assalariado não estivesse já

submetido à servidão involuntária do trabalho alienado e do fetichismo, se o mesmo capital só fosse capaz de respostas reactivas ao poder criativo da multitude, bastaria então romper as cadeias de uma nova servidão voluntária. A fé do carvoeiro no lugar do projecto estratégico. Mas há que recordar o que ocorreu com as multitudes guerreiras em agosto de 1914.

UMA TENTAÇÃO TEOLÓGICA

Como mostra destas ideias estratégicas, a parte programática final do livro, sobre a democracia, deixa esfomeado o leitor. Embora não lhe falte ambição, com exortações repetidas, ao inventar novas formas que estejam à altura da época. Trata-se, nem mais nem menos, de explorar “a forma como as redes da multitude podem constituir um verdadeiro contrapoder e dar nascimento a uma sociedade global realmente democrática”¹⁷. Curiosamente, os autores propõem uma “nova ciência da democracia global destinada à multitude”. Esta nova ciência deveria “transformar os principais conceitos políticos da modernidade: Uma ciência da pluralidade e do hibridismo, uma ciência das multiplicidades, capaz de definir a maneira como as diversas singularidades se expressam plenamente na multitude”¹⁸. Imaginando um processo de legitimação desembaraçado da soberania do povo e baseado na produtividade bio-política da multitude (ou na “produtividade queer”!), o projecto torna-se logo curto. Porque não basta proclamar abstractamente “direitos primários”, como o direito à desobediência e direitos à diferença, para dar um conteúdo efectivo a este grande desenho. Tão pouco basta oficializar o divórcio entre democracia e representação e proclamar à multitude libertada de qualquer obrigação de obediência a um poder para resolver as contradições reais e as tensões em que se move e se continuará a mover, a “democracia por vir”, que segundo Derrida não se devia confundir com uma “democracia futura”¹⁹.

A ideia do “comum”, que segundo Hardt e Negri constitui “o calcanhar de um verdadeiro projecto político pós-liberal e pós-socialista”, acima da velha antinomia do privado e do público, pode abrir uma pista interessante, embora continue a ser algébrica, por não levar mais longe a reflexão sobre as formas combinadas de apropriação social. Em definitivo, a montanha filosófica pariu um rato político. Em vez da ansiada renovação estratégica, só se encontra um pathos teológico que responde à “alegria de ser comunista”, com a qual que acabava, sob a forma de profissão de fé, em “*Império*”. Mas em “*Multitude*” a retórica da beatitude é mais sistemática.

O martírio é celebrado como “testemunho” e “acto de amor”²⁰, embora precisando que esse martírio feliz não deve ser confundido com o martírio mórbido e desesperado do ka-

O recurso contínuo ao jargão teológico acaba por servir de comodismo, mascarando apenas a desproporção entre a anunciada revolução filosófica e a pobreza (bem real, neste caso) das respostas políticas

mikaze ou da bomba humana. O amor é glorificado como “o acto político que constrói a multidão”: “O amor divino pela humanidade e o amor humano por deus são expressos e encarnados no projecto material comum da multidão”. Longe da nossa vontade menosprezar a dose de amor (do próximo e do mais distante) que faz parte necessária dos projectos de emancipação. Mas neste hino ao amor há ressonâncias cristãs baseadas, em última instância, numa antropologia optimista que nada, na história recente, permite justificar.

A “potência da carne” retorna à substância original de uma força de libertação. A multidão representa uma “nova carne social” e uma “plenitude de vida” que “recusa a unidade orgânica do corpo”. Para um carneiro, a carne sem corpo reduz-se praticamente a filetes. Este vitalismo carnal, alimentado explicitamente pelo materialismo especulativo de Spinoza e, talvez, embora menos conscientemente, pelo “materialismo teológico” de Feuerbach, opõe a exuberância expansiva da carne à limitação aprisionadora do corpo. Esta recusa das metáforas corporais (do povo ou do Estado) opõe-se sobretudo ao seu uso disciplinar, mas reflecte também o abandono deliberado, a favor da rede rizomática, de qualquer noção de organização sistémica ou estrutural, que tão fecundas resultam para entender o metabolismo social e as suas formas de autorregulação. Como se não fosse concebível pensar em conjunto a transversalidade inovadora das redes e a ordem sistémica do capital.

Por fim, a figura paradigmática do “pobre” retoma e desenvolve a do mendigo franciscano que frequentava as últimas páginas de *Império*. O pobre converte-se na encarnação simbólica “não somente da condição ontológica da resistência, mas mesmo a da vida produtiva”²¹. A pobreza absoluta, não como simples carência, mas como “exclusão total da riqueza objectiva”, aparece como a sorte comum da espécie humana, por cima de conflitos de interesses e de lutas de classes: abaixo da hegemonia da produção imaterial, “todos somos pobres!”, proclamam Hardt e Negri. Pode ser, em certo sentido e até certo ponto! No sentido de que o burguês partilha com o proletário uma alienação comum ante a lógica mercantil e uma mesma miséria afectiva e espiritual. Mas à vista das pobreza extremas e materiais, torna-se um pouco indecente pretender comungar numa pobreza universal.

O recurso contínuo ao jargão teológico acaba por servir de comodismo, mascarando apenas a desproporção entre a anunciada revolução filosófica e a pobreza (bem real, neste caso) das respostas políticas. A perspectiva tende a reduzir-se à dupla temática do êxodo e do milagre. No seguimento do *Império*, o êxodo, à imagem do dos hebreus pelo deserto, re-

aparece em *Multitude* como uma “fuga longe das forças de opressão” e como uma “evasão em massa”. A mesma opinião de Virno, para quem a experiência da contingência estrutural própria da pós-modernidade, ainda que possa alimentar o oportunismo e o cinismo, também pode desembocar na insubmissão e no exílio fora do sistema: não necessariamente um êxodo territorial, mas uma deserção das obrigações do trabalho escravizador e das gratificações ilusórias do consumo massivo. Para escapar dos sortilégios da mercadoria, basta retirar-se do jogo e fugir, sem tentar conquistar nenhum poder alternativo: “Êxodo significa que não queremos tomar o poder no país do Faraó, que não queremos construir um novo Estado”²². As teorias dos jogos consideram que o jogador pode abandonar a mesa em qualquer momento e deixar de jogar. Mas a luta de classes não é precisamente um jogo. Os explorados e os oprimidos estão embarcados à força. Não podem, de forma colectiva, subtrair-se à lógica da luta. Não têm a opção de não vender a sua força de trabalho. Não se podem recusar a “jogar” sob pena de estourar: lutar não é jogar! A grande mistificação das teorias contratuais consiste em apresentar a servidão imposta como uma livre eleição. Podem existir escapatórias e promoções individuais que contribuem para dar uma ilusão de liberdade (o famoso mito do self made man), mas não pode haver evasão em massa do grande cerco capitalista²³.

Quanto à saída prometida para esta longa marcha para o exílio e do êxodo através dos desertos - pois os hebreus reinstalaram-se na terra de Canã - será um milagre, um acontecimento político transfigurado em milagre teológico não condicionado historicamente. *Multitude* termina com um credo: “Chegado o momento, um acontecimento propulsar-nos-á como uma flecha para este futuro vivo. Será o verdadeiro acto de amor político”²⁴. As promessas de Deus são incertas, mas há que crer nelas, ensinam as Escrituras. Questão de fé e de crença. Chegará o momento! Mas como ele tarda... A retórica teológica de *Multitude* apoia-se num pressuposto antropológico optimista ao qual não falta coerência. A contraponto das visões crepusculares, reactiva uma obstinada dialéctica do progresso histórico que foi desmentido pelas provas históricas do século passado e pelas sombrias promessas do que acaba de começar. A genealogia das formas de resistência, “da reforma à revolução”, mostra “uma tendência para formas de organização cada vez mais democráticas”²⁵. Para atrever-se a afirmar isto há que possuir uma sólida confiança nas leis da história, que tal como vai o mundo não parece estar muito justificada. Esta confiança situa-se nos antípodas do “alerta de fogo” (toque a rebate) que fazia soar Benjamim quando

O “conceito absoluto de democracia” substitui o espírito absoluto hegeliano numa teleologia historicista restaurada, recolhendo na sua esteira a tentação dos anunciados finais da história

denunciava, entre as responsabilidades do desastre, “o apego dos políticos ao mito do progresso e a sua confiança na massa [a multitude?] que lhes servia de base”²⁶. Nada mais corruptor para o movimento revolucionário alemão, continuava sublinhando no umbral da catástrofe, que “a convicção de nadar a favor da corrente”²⁷.

Tomando o desenvolvimento técnico como o pendor dessa corrente, o movimento operário tinha acabado por imaginar que “o trabalho industrial representava uma performance política”. Os autores de *“Multitude”* não escapam a este optimismo tecnológico, imaginando um “trabalho imaterial” portador por sua vez de emancipação política.

“Alcançámos um ponto, afirmam Hardt e Negri, em que coincidem os três princípios da liberdade, da eficácia e da correspondência de formas sociais e formas político-militares”. Este percurso não é desde logo linear, mas posto que parece ser “o único possível”²⁸, não haveria que se inquietar demasiado pelos desvios e contratempos: o sentido reencontrado da história acabará por levá-lo a bom porto: “Pode-se ler a história das revoluções modernas como uma progressão a saca-rolhas, irregular, mas real, dirigida à realização do conceito absoluto da democracia”, que é a “estrela polar para a qual se orientam os nossos desejos e as nossas práticas políticas”²⁹. O “conceito absoluto de democracia” substitui o espírito absoluto hegeliano numa teleologia historicista restaurada, recolhendo na sua esteira a tentação dos anunciados finais da história.

Nesta perspectiva tranquilizadora, as peripécias políticas e os ardis da razão mercantil não podem inquietar. Conspiram, sem sabê-lo, na preparação do *happy end*. O próprio capital financeiro tende a “funcionar como uma representação geral das nossas capacidades produtivas comuns (...). Na medida em que [o capital financeiro!] se orienta para o futuro, pode-se, paradoxalmente, discernir a figura emergente da multitude, ainda que tome uma forma invertida e distorcida”³⁰. Através das formas pós-modernas da reprodução capitalista, “amadurece o poder constituinte da multitude (...). Os governos são cada vez mais parasitários e a soberania inútil: pelo contrário, os governados tornam-se mais autónomos e capazes de fazer sociedade”. Cada vez mais, cada vez mais...³¹ Tudo marcha o melhor possível, no melhor dos mundos possíveis, senhora marquesa! Esta confiança inquebrantável no “cada vez mais” de cada dia, tem as suas consequências práticas. Nela baseia-se a valoração positiva das virtudes progressistas do Império face ao imperialismo arcaico dos EUA e a possibilidade de alianças tácticas com as suas “aristocracias ou as suas elites globalizadas”. Em nome desta visão, o tratado constitucional europeu pode resultar aceitável, apesar das suas insuficiên-

cias, como um pequeno passo adiante na boa direcção. Estas citações parecem parafrasear os diagnósticos mais unilaterais (mais antiquados) de Marx sobre as virtudes revolucionárias do capital. Depois correu muita água, suja e contaminada, em baixo das pontes, e não se pode esquecer, em nome de nenhum progressismo ressuscitado, a sombria dialéctica do progresso e da catástrofe, actuando nos incertos acontecimentos de uma história aberta. Só se pode predizer a luta, dizia sabiamente Gramsci, não o seu desenlace.

A revolução estratégica anunciada por Hardt e Negri resume-se, em definitivo, na equação que associa Lenine a Madison para coordenar os objectivos de “O Estado e a Revolução” - a destruição da soberania através do poder do comum - com os métodos institucionais de “O Federalista”³². Lenine, para o trabalho do negativo, Madison, para a edificação positiva de um novo dispositivo institucional. Esta equação atormentará, tanto tempo como o teorema de Fermat para os matemáticos, todos aqueles e aquelas que renunciaram resolver o enigma da revolução social: como fazer do nada, se não tudo, pelo menos algo e alguém?

*Daniel Bensaid é filósofo. Faz parte da direcção da LCR francesa. Dirige a revista Contretemps. O seu último livro publicado em castelhano é “Cambiar el mundo”, La Catarata, Serie VIENTO SUR, Madrid, 2004. Tradução de António José André

NOTAS:

1 - Em "Grammaire de la multitude", Editions de l'Eclat, Cahors, 2002.

2 - Entrevista com Flávia Costa, em Cultura, agosto 2004.

3 - Ver o livro de Biagio de Giovanni, que pretende uma teoria de classes no livro II de "O Capital", por causa de uma confusão entre proletariado e trabalho produtivo (Biagio de Giovanni, "La teoria politica delle classi nel Capitale", Bari 1976). Fiz referência de maneira detalhada às confusões que dão lugar às leituras unilaterais e reducionistas de "O Capital" sobre as classes sociais, em "Marx l'intempestif" (Paris, Fayard, 1995), "La discordance des temps" (Paris 1995) ou "Le sourire du Spectre" (Michalon, 2000).

4 - Hegel, "Princípios da Filosofia do Direito".

5 - Michel Foucault, "Dits et Ecrits" II, Paris, Gallimard, 2003, p.421.

6 - Virno destaca que a ambivalência da multidão reconhece-se nos sentimentos dominantes da época: o oportunismo, o cinismo e o medo. O oportunismo pode também traduzir, na sua opinião, a aptidão para aprovei-

tar a oportunidade; o cinismo pode expressar a consciência de que qualquer pertença é provisória e que as regras e os valores variam; o medo, enfim, traduzir as sensações de quem faz a experiência quotidiana da inovação permanente das formas de vida e de trabalho flexível. Estes sentimentos alimentam "uma extraordinária familiaridade com o possível", que é também uma "oportunidade".

7 - Michel Foucault, op.cit., p.606.

8 - Para a crítica de Império, Daniel Bensaid "Le Nouvel Internationalisme", Paris, Textuel, 2003.

9 - Negri mantém-se aqui rigorosamente fiel à problemática apresentada desde "Marx au-delà de Marx", Paris, Bourgois, 1979. Para uma crítica deste enfoque, Daniel Bensaid, "En busca del sujeto perdido, ou Negri corrige Marx", em "La discordance des temps" (Paris, 1995)

10 - E.Laclau, em "Empire's New Clothes", P.A.Passavant y J.Dean editores, Nueva York, Routledge, 2004, p.26.

11 - Paolo Virno, entrevista com Verónica Gago, em Brecha, Montevideo, julho 2004.

12 - Paolo Virno, op. Cit.2

13 - Jacques Derrida "Je suis en guerre contre moi-même", em Le Monde, 19 agosto 2004.

14 - Hardt e Negri, Multitude, op.cit., p. 377.

15 - Ibid. p. 366-367: "É verdade que estes movimentos [sociais] continuarão opostos às aristocracias imperiais. E com toda a razão, em nossa opinião. Mas é no interesse destas considerar os ditos movimentos como aliados potenciais e recursos para a formulação das políticas globais".

16 - Ibid. p. 379-381.

17 - Ibid. p. 305.

18 - Ibid. p. 355-358.

19 - Jacques Derrida precisa assim: "Democracia por vir, não quer dizer democracia futura, que um dia estará presente. A democracia nunca existirá no presente, não é apresentável, e tão pouco é uma ideia reguladora no sentido kantiano" (Jacques Derrida, "Le concept du 11 septembre", Paris, Galilée, 2004). Sempre "por vir", esta democracia, cuja concepção é a única "que acolhe a possibilidade de melhorar indefinidamente", está nos antípodas do "conceito absoluto da democracia" a que

corresponde o desenvolvimento histórico, segundo Hardt e Negri.

20 - Multitude, op.cit., p. 393.

21 - Ibid. 166, 185, 250.

22 - Paolo Virno, entrevista com Amador Fernández Savater, em El Viejo Topo, julho 2004.

23 - Daniel Bensaid, no capítulo "Luchar no es jugar", em "Marx l'intempestif", Paris, Fayard, 1995.

24 - Multitude, op.cit., p. 404.

25 - Ibid. p.10.

26 - Walter Benjamin, nona tese sobre o conceito de história.

27 - Ibid. décima tesis.

28 - Multitude, op.cit., p. 115.

29 - Ibid. p.278.

30 - Ibid. p.324.

31 - Benjamin citou ironicamente, na sua 13a tese, dedicada a desconstruir a ideologia do progresso ilimitado, uma frase de Joseph Dietgen emblemática desta ideologia: "Cada dia a nossa causa se torna mais clara e cada dia o povo se torna mais sábio". Cada dia amadurece a multidão, poder-se-ia ironizar...

32 - Multitude, op.cit., p. 400.





É NECESSÁRIA UMA QUINTA INTERNACIONAL?

MICHAEL LÖWY *

ILUSTRAÇÃO DE ÂNGELO FERREIRA DE SOUSA

A “QUINTA INTERNACIONAL” NÃO É O “ESPECTRO VERMELHO QUE ASSOMBRA A EUROPA E O MUNDO” DE QUE FALAVA MARX NO MANIFESTO COMUNISTA, MAS É UMA IDEIA QUE COMEÇA A CIRCULAR. HÁ POUCO, UM JORNAL PATRONAL FRANCÊS, “O BOLETIM DOS INDUSTRIAIS DA METALURGIA”, FALAVA DO PERIGO DE UMA QUINTA INTERNACIONAL. NÃO SEI DE ONDE SAIU ESSA IDEIA?

AS INTERNACIONAIS

Mas antes de falar da Quinta, é necessário que façamos um rápido balanço das quatro internacionais históricas. O que resta delas, nos princípios do século XXI?

A Primeira Internacional, fundada em 1864, em Londres, teve em Marx o autor do seu Manifesto inaugural, que termina com a célebre fórmula: “A emancipação dos trabalhadores será a obra dos próprios trabalhadores”. Partidários de Marx e de Proudhon participam na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) – ainda que o primeiro tenha tido muito mais influência e redigiu alguns dos principais documentos da Internacional – e as suas relações não foram só conflituosas. No Congresso de Bruxelas (1868) a aliança entre marxistas e proudhonianos de esquerda, como Eugene Varlin, futuro herói da Comuna de Paris, permitiu a adopção de um programa colectivista, quer dizer, que propunha a propriedade colectiva dos meios de produção. As relações com Bakunine e seus

Em 1943, atendendo à petição dos seus aliados Churchill e Roosevelt, Estaline dissolveu a Internacional Comunista, sem que isso tenha reduzido a total dependência política, ideológica e organizativa dos partidos comunistas do mundo ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS)

partidários foram mais complexas, o que levou a cisões e à dissolução da AIT, depois da sua malograda transferência, em 1872, para os Estados Unidos (péssima ideia de Marx!).

A Associação Internacional dos Trabalhadores sobrevive somente na sua dissidência anarquista, que se considera como herdeira da que foi fundada em Londres, em 1864. A sua existência hoje é muito mais simbólica, mas as correntes renovadoras do socialismo libertário, mais dinâmicas e abertas, lograram estabelecer, a partir de 2001, uma rede: Solidariedade Internacional Libertária (SIL), que inclui organizações importantes como a Confederação Geral de Trabalhadores (Estado espanhol), Alternativa Libertária (França), a Federação Anarquista Uruguaia, etc. Além disso, assistimos, nos últimos anos, a um desenvolvimento significativo de correntes anarquistas no seio do movimento antiliberal, algumas filiadas na AIT, outras na SIL, mas muitas sem vínculos internacionais.

A Segunda Internacional, fundada por F. Engels, em 1889, decompõe-se em 1914, com a adesão das suas secções à guerra imperialista. Reconstitui-se nos anos 20, com uma orientação já definidamente reformista e volta a reorganizar-se, sob uma nova forma - a assim chamada Internacional Socialista (IS) - depois da Segunda Guerra Mundial. A IS é actualmente uma colecção bastante heterogénea de partidos e movimentos, sobretudo da Europa e América Latina, que vão desde as frentes de libertação - como a Frente Sandinista ou Frente Farabundo Martí - até partidos pró imperialistas, como o Partido Trabalhista de Tony Blair. Predomina a social-democracia de tendência moderada, quer dizer social-liberal, como o Partido Social Democrata alemão, o Partido Socialista francês, o Partido Socialista Operário Espanhol. O seu objectivo já não é, como na época de F. Engels, Wilhelm Liebknecht e Jean Jaurés, a supressão do capitalismo e a transformação socialista da sociedade, mas a gestão "social" do capitalismo neoliberal. A Internacional Socialista não funciona efectivamente como uma organização política, mas muito mais como um clube de

discussões, um espaço de negociações político-diplomáticas.

A Terceira Internacional foi a tentativa mais importante de criar uma associação internacional de partidos proletários com vocação anti-imperialista e revolucionária. Apesar de muitos rasgos autoritários e uma disciplina de tipo militar, foi durante os seus primeiros anos (1919-1924) um verdadeiro organismo internacionalista, no qual participaram figuras como António Gramsci, Clara Zetkin, Andrés Nin e José Carlos Mariátegui. Depois da morte de Lenine, transformou-se progressivamente, sob a liderança da burocracia estalinista, no instrumento da política soviética de "construção do socialismo num só país". Ainda assim, sobreviveram aspectos internacionalistas autênticos na militância comunista, como o demonstra a sua importante participação nas Brigadas Internacionais em Espanha (1936-38).

Em 1943, atendendo à petição dos seus aliados Churchill e Roosevelt, Estaline dissolveu a Internacional Comunista, sem que isso tenha reduzido a total dependência política, ideológica e organizativa dos partidos comunistas do mundo ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Com a desintegração do mal designado "socialismo real" a partir de 1989, os herdeiros da Terceira Internacional entram numa crise que os leva, com poucas excepções, à marginalidade política ou à conversão na social-democracia. Salvam-se os partidos que, como a Refundação Comunista em Itália, realizam uma verdadeira reorientação, rompendo com o seu passado estalinista e tomando uma nova orientação, radical e aberta às propostas dos movimentos sociais.

A Quarta Internacional, fundada por Leon Trotsky em 1938, nasce da Oposição de Esquerda Internacional, uma tendência antiburocrática no seio da Internacional Comunista. Debilitada pelo assassinato de Trotsky e de muitos outros seus dirigentes - nas mãos quer do fascismo quer do estalinismo - e pelas inumeráveis cisões, nunca conseguiu transformar-se num movimento de massas - mas os seus militantes tiveram

A questão da resistência internacionalista ao capital adquiriu, nos nossos dias, uma actualidade evidente. Nunca antes o capital conseguiu exercer um poder tão absoluto e ilimitado sobre todo o planeta. Nunca antes pôde impor, como hoje, as suas regras, as suas políticas, os seus dogmas e os seus interesses a todas as nações do mundo

um papel importante nos acontecimentos em Maio de 1968 em França, no movimento contra a guerra do Vietname nos Estados Unidos e na resistência contra as ditaduras em vários países da América Latina. A Quarta tratou de salvar do desastre estalinista a herança da Revolução de Outubro e de renovar - com a ajuda de militantes e dirigentes como Ernest Mandel, Livio Maitan, Hugo Blanco, Raul Pont, Alain Krivine e Daniel Bensaid - a teoria e a prática do marxismo revolucionário.

A Quarta Internacional - a cujas fileiras pertence o autor destas linhas - reforçou-se nos últimos anos (existe em várias dezenas de países), mas continua se ser uma organização limitada em números e recursos. Com a excepção das Filipinas e Sri Lanka, o essencial das suas forças concentra-se na Europa e na América Latina. Os seus militantes participaram, como corrente organizada, na fundação de agrupamentos mais amplos: a Refundação Comunista em Itália, a Aliança Socialista na Inglaterra, o Bloco de Esquerda em Portugal, a Frente Ampla do Uruguai, o Partido dos Trabalhadores no Brasil. Contrariamente a outros grupos ou seitas que se reclamam do trotskismo, a Quarta não se considera como a única vanguarda revolucionária e tem por objectivo contribuir para a formação de uma nova Internacional, com carácter de massas, da qual seria só uma das suas componentes.

RESISTÊNCIA INTERNACIONALISTA AO CAPITAL

A questão da resistência internacionalista ao capital adquiriu, nos nossos dias, uma actualidade evidente. Nunca antes o capital conseguiu exercer um poder tão absoluto e ilimitado sobre todo o planeta. Nunca antes pôde impor, como hoje, as suas regras, as suas políticas, os seus dogmas e os seus interesses a todas as nações do mundo. Nunca antes existiu uma rede tão densa de instituições internacionais - como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), a Organização Mundial do Comércio (OMC) - destinada a controlar, governar e administrar a vida da humanidade segundo as regras estritas do livre mercado capitalista e da livre ganância. Nunca antes as empresas multinacionais e os mercados financeiros exerceram de maneira tão brutal a sua ditadura global. Enfim, nunca foi tão extenso e tão arrogante o poder da única superpotência imperial, os Estados Unidos da América. Assistimos hoje, como escreveu o subcomandante Marcos na sua mensagem aos “zapatistas europeus” (28 de agosto de 1995), a uma verdadeira guerra do dinheiro e das forças do capital financeiro internacional contra povos, contra o ser humano, a cultura e a história.

A ofensiva do capital e dos governos neoliberais ao seu serviço - que começou, nos anos 1980, com Ronald Reagan e

Margaret Thatcher - teve o seu auge depois da queda do muro de Berlim e da restauração capitalista nos países do Leste. Proclamou-se triunfalmente em todas as capitais do Ocidente “a morte da utopia” (ou da revolução ou do marxismo) e o “fim da história”.

É neste contexto de derrota e desorientação da esquerda que surge, como uma chispa de luz na escuridão, o levantamento zapatista de 1994. E, dois anos depois, tem lugar nas montanhas de Chiapas, o Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo - um evento que teve um impacto mundial e que reuniu, pela primeira vez, em muitíssimos anos, militantes, activistas e intelectuais de várias tendências, do Norte e do Sul, da América Latina, dos Estados Unidos e da Europa. Sai deste encontro a proclamação histórica “levantar a internacional da esperança” contra “a internacional do terror que representa o neoliberalismo”. Como diz a Segunda Declaração de La Realidade, a tarefa - imensa - é a de criar “uma rede colectiva de todas as nossas lutas e resistências particulares. Uma rede intercontinental de resistência contra o neoliberalismo, uma rede intercontinental pela humanidade. Esta rede intercontinental tentará, reconhecendo diferenças e conhecendo semelhanças, encontrar-se com outras resistências de todo o mundo. Esta rede intercontinental será o meio no qual as distintas resistências se apoiem umas às outras”. Pode-se considerar o Encontro de Chiapas, em 1996, como o primeiro acto do grande movimento de luta antiliberal que hoje se manifesta activamente nos quatro pontos do planeta. Ainda que esta iniciativa não tenha tido um seguimento directo - as tentativas de organizar outros encontros deste tipo, inspirados pelo exemplo zapatista, na Europa ou na América Latina não tiveram êxito - foi o ponto de partida, o momento do nascimento de um novo internacionalismo, antiliberal e anti-imperial.

Poucos anos depois, tem lugar o grande protesto de Seattle (1999) e começa a desenvolver-se o principal vector deste novo internacionalismo, o Movimento de resistência global - falsamente denominado, pela imprensa da direita, como “antimundialização”. É este “movimento dos movimentos” que vai desencadear os protestos em Praga, Estocolmo, Bruxelas, Banguedoque, Washington, Barcelona, Génova e, mais recentemente, Florença, Paris, Mumbai... - com a participação de dezenas e em seguida centenas de milhares de manifestantes - assim como o Fórum Social Mundial de Porto Alegre (2001, 2002, 2003) e de Mumbai (2004), o Fórum Social Europeu (2002, 2003, 2004) e outras reuniões locais ou continentais.

Este movimento “altermundialista” - por outro mundo - é amplo e, necessariamente, heterogéneo. Mas nasce de imedia-

Faz falta ao Movimento dos movimentos uma rede de organizações políticas - partidos, frentes, movimentos - que possa propor, no seio da corrente altermundialista, um projecto alternativo, para além do capitalismo, e a perspectiva de uma nova sociedade, sem opressores, nem oprimidos

to com um carácter mundial, internacional, internacionalista. Apesar da sua diversidade, unificam-no alguns princípios fundamentais: “o mundo não é uma mercadoria”, “outro mundo é possível” e “não à guerra”. São princípios gerais, mas se são defendidos a sério têm um profundo potencial subversivo. A unidade faz-se também em torno de algumas reivindicações concretas: a abolição da dívida dos países do Sul; a supressão dos paraísos fiscais e a imposição de uma taxa sobre as transações financeiras; uma moratória sobre os produtos transgénicos, etc. (a lista é bastante grande). Existe, enfim, um amplo consenso na identificação do inimigo: o neoliberalismo, o FMI, o Banco Mundial, a OMC, o império norte-americano. Sobre as alternativas à ordem dominante vemos um amplo leque de respostas: desde a “regulação” do sistema até à sua transformação revolucionária (socialista).

A diversidade pode ser um obstáculo, mas também é uma riqueza. No Movimento de resistência global participam sindicalistas, feministas, marxistas, anarquistas, ecologistas, cristãos pela libertação, socialistas de várias cores e matizes, movimentos camponeses, indígenas e populares, organizações não governamentais (ONGs), intelectuais e muitos jovens, mulheres e trabalhadores sem qualquer filiação, mas que têm vontade de protestar, marchar, lutar e discutir com os demais. É uma ocasião única para o encontro, o debate, a aprendizagem mútua - um processo de intercâmbio cultural no qual cada um, sem abandonar as suas ideias e convicções, descobre as dos outros e trata de as integrar na sua reflexão ou prática. Da mistura e fusão de todos estes ingredientes está a nascer um cocktail explosivo, a nova cultura internacionalista do Movimento de resistência global. Claro, este processo está ainda nos seus inícios, estamos ainda distantes de ter uma orientação comum, mas percebe-se a formação de um espírito comum do movimento, radical, combativo e hostil à recuperação institucional.

INTERNACIONAL DE GEOMETRIA VARIÁVEL

Trata-se de uma espécie de “Quinta Internacional”? Sim e não. Nós estamos ocupados numa espécie de “Internacional de geometria variável”, que se constitua em três níveis. O primeiro, o mais visível, é o Fórum Social Mundial, como lugar de debate e de reencontro, e como afirmação pública mundial do movimento. O FSM, com os seus prolongamentos nos diferentes continentes e regiões, tem já um certo nível de organização internacional. Existe um comité executivo internacional, bem como comissões continentais. Mas estas organizações, como o próprio Fórum, são muito heterogéneas e não funcionam como uma força política internacional. O

seu objectivo é muito limitado a organização do Fórum Social Mundial e dos Fóruns continentais.

O segundo nível, é o da rede internacional dos movimentos sociais, mais militante e mais virada para a acção. Inclui a Via Campesina - compreendendo o Movimento dos trabalhadores Sem Terra (Brasil) e a Confederação Camponesa (França) - a Central Única dos Trabalhadores (Brasil), o movimento internacional ATTAC, etc. Estas são as principais forças sociais no seio dos Fóruns e elas publicam, no final de cada reencontro internacional, um documento retomando alguns elementos de análise política - anti-imperialista e antiliberal - e, sobretudo, apelam a iniciativas comuns de protesto. Assim foi, em 2002, quando se decidiu, em Florença, no reencontro dos movimentos sociais europeus, uma jornada de protesto contra a guerra imperialista no Iraque para o dia 15 de fevereiro de 2003, que conheceu o extraordinário sucesso que se sabe.

O terceiro nível seria o das forças políticas, mas não existe a não ser no estado virtual. Faz falta ao Movimento dos movimentos uma rede de organizações políticas - partidos, frentes, movimentos - que possa propor, no seio da corrente altermundialista, um projecto alternativo, para além do capitalismo, e a perspectiva de uma nova sociedade, sem opressores, nem oprimidos. Algo do estilo já existe na Europa: trata-se da Conferência da Esquerda Anticapitalista Europeia, da qual fazem parte a Refundação Comunista (Itália), a Liga Comunista Revolucionária (França), o Bloco de Esquerda (Portugal), a Aliança Socialista (Inglaterra), a Aliança Vermelha e Verde (Dinamarca) e vários outros. Apesar das suas diferenças, estas correntes partilham um mesmo repúdio à globalização capitalista, às políticas neoliberais e às guerras imperiais. Partilham a mesma aspiração a uma alternativa “positiva”, anticapitalista e antipatriarcal, ecológica e internacionalista: “uma sociedade socialista e democrática, sem exploração do trabalho e sem opressão da mulher, baseada num desenvolvimento sustentável - um socialismo desde baixo, auto-gestionário”. (Declaração de junho de 2002 da Conferência da Esquerda Anticapitalista Europeia). Um primeiro reencontro à escala internacional já teve lugar durante o Fórum Social de Mumbai (2004).

NOVA INTERNACIONAL

Se se puder estender esta experiência a outros continentes e construir uma rede que compreenderia, de forma ampla, as sensibilidades políticas mais radicais do grande movimento altermundialista, nós teríamos a nossa “Nova Internacional”, que não teria necessariamente que se chamar a “Quinta”, por-

Das internacionais do passado seria talvez a Primeira a que poderia servir de inspiração – ainda que obviamente as condições sociais e políticas de hoje sejam totalmente distintas – como movimento múltiplo, diverso, democrático, no qual opiniões políticas distintas puderam convergir na reflexão e na prática

que nem todas as correntes interessadas se reconhecem na história das internacionais operárias e socialistas do passado. Poder-se-ia chamar “Conferência Internacional da Esquerda Anticapitalista” (CIEA), ou “Tendência por uma Nova Internacional” (TNI), ou qualquer outro nome que poderia inventar a imaginação criativa dos participantes.

Esta nova internacional poderia integrar – selectivamente – o contributo positivo das quatro internacionais proletárias. Seria a herdeira de Babeuf e de Fourier, de Marx e de Bakunine, de Blanqui e de Engels, de Rosa Luxemburgo e de Lenine, de Emma Goldman e Buenaventura Durruti, de Gramsci e de Trotsky, de Emiliano Zapata e de José Carlos Mariátegui, de Augusto César Sandino e Farabundo Martí, de Ernesto Che Guevara e Camilo Torres, de Ho-Chi-Minh e Nazim Hikmet, de Mehdi Ben Barka e Malcolm X – e de muitos outros. Mas a sua principal referência seriam os movimentos sociais actuais e, em primeiro lugar, o Movimento da resistência global ao neoliberalismo.

Das internacionais do passado seria talvez a Primeira a que poderia servir de inspiração – ainda que obviamente as condições sociais e políticas de hoje sejam totalmente distintas – como movimento múltiplo, diverso, democrático, no qual opiniões políticas distintas puderam convergir na reflexão e na prática. Isto não quer dizer que a forma como se constituiu e como funcionou a Associação Internacional dos Trabalhadores se possa repetir hoje. É impossível prever que forma organizativa poderia ter esta nova força internacionalista – federação descentralizada, rede organizada, ou somente conferência com reuniões periódicas – mas teria necessariamente que ser flexível, aberta e sem estruturas burocráticas formais. Idealmente incluiria não só partidos e frentes, mas também revistas de esquerda, grupos de investigadores, organizações do movimento social, intelectuais.

Como se poderia delimitar o campo político-social desta nova internacional? Parece-me evidente que o anti-imperialismo e o anticapitalismo – quer dizer, a convicção de que a supressão do capitalismo como sistema mundial é condição necessária, mesmo se não suficiente, para a abolição das injustiças sociais, explorações e opressões – são critérios essenciais. A perspectiva de uma nova sociedade, livre, democrática, igualitária, solidária, ecológica, feminista – para mim e para os meus companheiros, uma sociedade socialista, mas isso pode ser uma questão aberta – é outro elemento essencial. Mas é no processo de formação desta rede ou federação, que se definirão as bases comuns e a plataforma política da Nova Internacional.

Uma das primeiras tarefas desta corrente será a de contribuir para o desenvolvimento, reforço, extensão e radicalização

do grande movimento altermundialista, actuando no seu seio de forma unitária, democrática e respeitadora da diversidade.

O CONTRIBUTO ZAPATISTA

A nova internacional deverá aprender muito com a experiência zapatista. Antes de tudo com o espírito de rebeldia, de inconformismo, de oposição irreconciliável com a ordem estabelecida. O Encontro “Intergaláctico” de 1996 definiu o combate contra o capitalismo neoliberal – quer dizer, contra a mercantilização do mundo e mesmo do ser humano – como o objectivo comum de todos os excluídos e oprimidos, os trabalhadores, os camponeses, os indígenas, as mulheres, virtualmente toda a humanidade vítima da loucura neoliberal. Esta luta é, portanto, uma luta pela humanidade, quer dizer pela dignidade dos seres humanos – um conceito que tem a ver com o humanismo revolucionário de Marx e de Che Guevara, mas também com a experiência das comunidades indígenas de Chiapas.

Um outro grande contributo do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) é a articulação entre o local (a luta dos indígenas de Chiapas pela sua autonomia) o nacional (o combate pela democracia no México, contra o domínio imperial norte-americano) e o internacional (a guerra contra o neoliberalismo e pela humanidade). Na reflexão e na prática dos Zapatistas os três movimentos estão intimamente ligados, numa visão muito mais dialéctica que a pobre fórmula de certas ONGs: “Pensar globalmente, agir localmente”.

Finalmente, o zapatismo traz ao internacionalismo do século XXI um novo universalismo, nem abstracto, nem redutor, mas baseado no reconhecimento das diferenças: a aspiração por “um mundo em que caibam muitos mundos”.

Por onde devemos começar? Como sublinhava o nosso companheiro Daniel Bensaid (no seu livro *Les irréductibles, Théorèmes de la résistance à l'air du temps*, Paris, Textuel, 2001), o ponto de partida é a força irreductível da indignação, a rejeição incondicional da injustiça, a não-resignação: “A indignação é um começo. Uma maneira de se levantar e começar a caminhar. Indigna-se, revolta-se e depois se verá.”

Se conseguirmos juntar as forças que, nos quatro pontos cardeais do planeta, são motivadas pela indignação contra o sistema existente, a rebelião contra os poderosos e a esperança por um outro mundo possível, teremos os componentes de uma Nova Internacional – com ou sem número.

* Michael Löwy é investigador no CNRS, em Paris, militante da IVª Internacional e autor de numerosos livros: “O pensamento de Che Guevara”, “A teoria da revolução no jovem Marx”, “Dialéctica e Revolução”, “Marxismo e Teologia da Libertação”, “A Guerra dos Deuses”, etc. Tradução: António José André



ESTADO ESPANHOL MENOS PP MAIS NAÇÕES

JOÃO ROMÃO*

ILUSTRAÇÃO DE NUNO COSTA

OS RESULTADOS ELEITORAIS NA GALIZA AFASTARAM O PP E FRAGA IRIBARNE DO PODER NO MOMENTO EM QUE SE DISCUTE EM TODO O ESTADO ESPANHOL A REVISÃO DOS ESTATUTOS DE AUTONOMIA DAS SUAS COMUNIDADES. PSOE E MOVIMENTOS AUTONÓMICOS NEGOCEIAM NOVAS COMPETÊNCIAS REGIONAIS, INCLUINDO A GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS E O RECONHECIMENTO DAS SUAS LÍNGUAS, PERANTE O ISOLAMENTO DO PP.

FOI LONGO o último suspiro de Fraga Iribarne à frente do governo da Galiza: só alguns dias depois da votação, quando se apuraram os votos dos emigrantes que elegeram os últimos deputados ao Parlamento da região, se soube que a direita (no poder desde o fim do franquismo) não tinha conseguido a maioria absoluta. O Partido Popular de Fraga Iribarne conseguia eleger 37 deputados, menos um do que as forças à sua esquerda (25 para o PSG - Partido Socialista da Galiza - e 13 para o BNG - Bloco Nacionalista Galego). Foi uma derrota histórica para Fraga (que integrou governos de Franco) e para o PP, actualmente liderado pelo galego Mariano Rajoy.

As últimas semanas antes das eleições na Galiza foram marcadas por significativas manifestações promovidas ou apoiadas pelo PP noutras regiões do Estado Espanhol. Essas manifestações contaram sempre com a presença dos mais destacados líderes do Partido Popular e dos mais conservadores representantes da hierarquia católica em Espanha, em oposição a recentes medidas assumidas pelo executivo do PSOE, liderado por Zapatero: o casamento entre homossexuais e a possibilidade de adopção por parte destes casais (que levou

O PP não só está fora do Governo central, como foi afastado dos governos das suas três “regiões históricas” (País Basco, Catalunha e Galiza), todas governadas por coligações. Este é o cenário em que se discute a revisão dos estatutos de autonomia regional, que marcarão a agenda política até ao final deste ano

o Papa Bento XXI a tomar posição e apelar à não celebração destes casamentos pelos padres do Estado Espanhol), a devolução ao governo (Generalitat) da Catalunha dos “Papéis de Salamanca” ou a abertura de um processo negocial com a ETA com vista à pacificação do País Basco. Em todos os casos o PP chegou a alugar autocarros para facilitar a deslocação dos seus militantes às cidades onde as manifestações se realizavam.

A mobilização popular promovida pelo PP acompanhou o seu isolamento político em relação às transformações em curso no Estado Espanhol e, nesta altura, o PP não só está fora do Governo central, como foi afastado dos governos das suas três “regiões históricas” (País Basco, Catalunha e Galiza), todas governadas por coligações. Este é o cenário em que se discute a revisão dos estatutos de autonomia regional, que marcarão a agenda política até ao final deste ano.

GALIZA SEM FRAGA

O governo galego que resulta do último sufrágio tem a significativa particularidade de juntar um movimento nacionalista (o Bloco Nacionalista Galego) a um partido nacional. Esta é uma situação rara mas que, tendo em conta a aparente disponibilidade do governo socialista para rever e alargar as competências autonómicas das regiões do Estado Espanhol, pode até ser facilitadora do diálogo entre o governo galego e o governo espanhol. A Galiza representa actualmente 6,4% da população do Estado Espanhol e apenas 5,3% do PIB, apresentando uma taxa de desemprego de 12,5%, acima da média do estado (10,2%).

O líder do BNG (que perdeu 4 deputados) Anxo Quintana, apressou-se a assegurar que não vai colocar “nem exigências nem condições” para formar governo com o PSG, ainda que deixe avisos a Zapatero: vai reclamar do governo central o pagamento da “dívida histórica” que o Estado Espanhol tem com a região e que é estimada em 21.000 milhões de euros (entre infra-estruturas e serviços de educação, saúde e emprego), adiantando que “ninguém pode pensar que a Galiza vai sair barata” e que “o novo Estatuto [de autonomia] deve ser ambicioso e não uma reformazinha”.

Por outro lado, o líder do PSG, Pérez Touriño, com a legitimidade reforçada por um significativo aumento do peso político do seu partido na região (mais 11% de votos e 8 deputados do que em 2001), definiu os três principais eixos de intervenção do governo regional que vai liderar: “resposta às graves questões sociais”, “modernização e regeneração democrática” e “fortalecimento do auto-governo”. Já a questão da definição da Galiza como Nação (que Zapatero tem tratado como “uma questão de palavras e não de conteúdo”) só é claramente assumida pelo líder do BNG, ao salientar que essa

definição “não é uma questão de reivindicação, mas uma realidade”.

CATALUNHA AOS PAPÉIS EM SALAMANCA

Uma das manifestações apoiadas pelo PP nas semanas anteriores às eleições galegas procurou contestar a decisão do governo de Zapatero de devolver à Generalitat da Catalunha os documentos que lhe haviam sido retirados pelo governo de Franco após a Guerra Civil. Esta é uma discussão que se arrasta há várias décadas e, curiosamente, o primeiro líder político a exigir nas Cortes a devolução desses documentos tinha sido Fraga Iribarne, em 1980. Vinte e cinco anos depois, o PP de Fraga mobilizou, em vão, milhares de pessoas para exigir a manutenção desses documentos no Arquivo de Salamanca.

Os chamados “Papéis de Salamanca” são documentos pertencentes a instituições e particulares catalães que, em Julho de 1939, após o fim da Guerra Civil, foram transportados em 12 vagões desde a Generalitat da Catalunha (com sede em Barcelona). No ano seguinte esses documentos seriam depositados em Salamanca para serem utilizados como fontes de informação do “Tribunal Especial para a Repressão da Maçonaria e do Comunismo”.

Só após a queda do regime de Franco, em 1977, os documentos ficam sob a alçada do Ministério da Cultura e em 1979 passam a integrar uma secção sobre a Guerra Civil integrada no Arquivo Histórico Nacional, com sede em Salamanca. Desde os anos 80 que se vem discutindo a eventual devolução dos documentos à Generalitat da Catalunha, sem que se chegue a um acordo sobre a metodologia: ou os originais ficam em Salamanca e os micro-filmes vão para Barcelona (como se decidiu em 1983, mas nunca se chegou a cumprir) ou os micro-filmes ficam em Salamanca e os originais são devolvidos ao seu legítimo proprietário, a Generalitat da Catalunha (como se decidiu este ano).

A manifestação apoiada pelo PP em Salamanca antes das eleições galegas, contra a devolução dos “Papéis”, reavivou memórias do franquismo e reforçou o protagonismo da Esquerda Republicana da Catalunha e do seu dirigente, Carod-Rovira: num cartaz presente na manif escrevia-se “Rovira al Paredón”, numa triste alusão aos milhares de cidadãos executados pelo exército franquista durante a ditadura (as pessoas eram encostadas a paredes e fuziladas, muitas vezes nas praças de touros de cada localidade). Em resposta, o dirigente do PP catalão, Josep Piqué, que tem colocado importantes entraves à revisão do estatuto (Estatut) de autonomia da Catalunha, receberia um envelope anónimo que continha a mensagem: “Piqué, sin estatut, tu sí que irás al paredón. Catalunya es una nació”.

Pacificada a questão das línguas oficiais, parece hoje claro que, pelo menos as “regiões históricas”, pretendem assumir-se como “nações”, ter representação própria na União Europeia e estruturar o seu próprio sistema judicial, sem recurso para instâncias do Estado Espanhol

A Catalunha representa actualmente 16,2% da população do Estado Espanhol e 18,4% do PIB, com uma taxa de desemprego de 8,9%, claramente abaixo da média do Estado. Foi a primeira região a ver aprovado o seu estatuto de autonomia, em 1931, durante a II República. Foi então criado o governo regional (Generalitat), agora liderado por uma aliança tripartida formada pelo Partido Socialista da Catalunha (PSC), Esquerda Republicana da Catalunha (ERC) e Iniciativa por Cubelles (ICB).

EUSKADI ENTRE BOMBAS E PRISÕES

O País Basco (Euskadi) viu o seu estatuto de autonomia ser aprovado a seguir ao da Catalunha, em 1936 mas, tal como aconteceu com os catalães, viu o processo suspenso com a Guerra Civil, até ser reaberto após o fim do franquismo, em 1977, com a definição das “pré-autonomias”. A Constituição do estado espanhol viria a ser aprovada no ano seguinte, projectando dois modos de definição das autonomias regionais: a chamada “Via Rápida” (para as chamadas “Nações Históricas” - Galiza, Catalunha e País Basco) e a “Via Lenta”, para as restantes regiões. Em 1980, o Ministro para as Regiões do governo da UCD pediria a demissão do cargo por não ter sido atribuída à Andaluzia a mesma autonomia que às “Regiões Históricas”, depois de um referendo em que a população se manifestou a favor da “Via Rápida” para a autonomia da sua região. Foi nessa altura que se popularizou a expressão “café para todos”.

O País Basco concentra actualmente 4,9% da população e 6,3% do PIB do Estado Espanhol e tem uma taxa de desemprego abaixo da média do Estado (8,9%). Após um processo eleitoral muito marcado pela ilegalização do movimento Batasuna e do afastamento da vida política de qualquer cidadão sobre o qual houvesse provas de ligação à ETA (que resultou da revisão da Lei dos Partidos promovida pelo governo de Aznar), Ibarretxe conseguiu renovar a sua liderança no governo regional, ainda que o Partido Nacionalista Vasco não tenha conseguido a maioria absoluta. Foram necessárias várias votações dentro do Parlamento Basco até ser eleito o “Lehendakari” (presidente do governo regional), depois de sucessivos empates entre Ibarretxe e o candidato socialista.

O desempate entre os candidatos nacionalista e socialista foi feito pelos parlamentares do Partido Comunista das Terras Vascas (PCTV), movimento que concentrou os votos dos apoiantes do Batasuna e da esquerda *abertzale* do País Basco. Esta nova organização, que participou pela primeira vez em eleições e tinha sido criada em 2003, conseguiu obter mais de 150 mil votos, aumentando a votação alcançada pelo Batasuna nas anteriores eleições (140 mil votos). Como escre-

veu Lluís Foix em crónica do jornal catalão “La Vanguardia”, “pode-se ilegalizar um partido mas não os seus eleitores”.

Além da ilegalização do Batasuna e das organizações políticas com algum tipo de vínculo à ETA, a legislação produzida durante o período de Aznar abriu caminho para o juiz Baltazar Garzon abrir a caça aos etarras. Mais de 300 pessoas foram detidas nos últimos três anos, no norte do Estado Espanhol e no sul de França, não só do aparelho militar da ETA mas também da sua envolvente política e ideológica.

A estratégia de pacificação seguida por Zapatero prevê a hipótese de diálogo com a ETA e a organização anunciou a sua renúncia à prática de atentados contra cidadãos eleitos para cargos políticos. No entanto, como é costume, a ETA faz questão em que se ouçam as bombas enquanto se negocia e recentemente fez explodir um artefacto no coração da que seria a “Aldeia Olímpica” de Madrid - 2012, poucas semanas antes de o Comité Olímpico Internacional ter decidido atribuir a Londres a organização desse evento. O PP, por seu lado, tem vindo a tecer fortes críticas ao eventual diálogo entre o governo e a ETA, acabando por isolar-se politicamente do processo. De qualquer forma, será sempre uma ETA muito fragilizada a que vai negociar, já que a generalidade dos seus dirigentes conhecidos se encontra actualmente na prisão.

AS NOVAS AUTONOMIAS

Sendo pacífica a aceitação das línguas galega, basca, catalã e valenciana como línguas oficiais no Estado Espanhol (e do galego, basco e catalão como línguas co-oficiais da União Europeia), parece hoje claro que, pelo menos as “regiões históricas”, pretendem assumir-se como “nações”, ter representação própria na União Europeia e estruturar o seu próprio sistema judicial, sem recurso para instâncias do Estado Espanhol.

Estão por definir as competências específicas e o modelo de financiamento de cada região, que terão que ser concertadas regionalmente, primeiro, e aprovadas a nível central, depois. A região valenciana (que deverá passar a designar-se “País valenciano” é a que parece já ter internamente consensualizado o seu modelo autonómico, ainda que as questões de financiamento regional e transferências compensatórias entre regiões ricas e pobres estejam por definir. Este será o principal tema da política no Estado Espanhol após o Verão, protagonizado em cada região por movimentos nacionalistas e pelo PSOE, perante as críticas permanentes de um isolado PP.

* João Romão é dirigente do BE/Algarve. joaoromao@combate.info

BOLÍVIA UMA NOVA ARMADILHA

CARLA PUNKOYA*

ILUSTRAÇÃO DE CATARINA CARNEIRO DE SOUSA

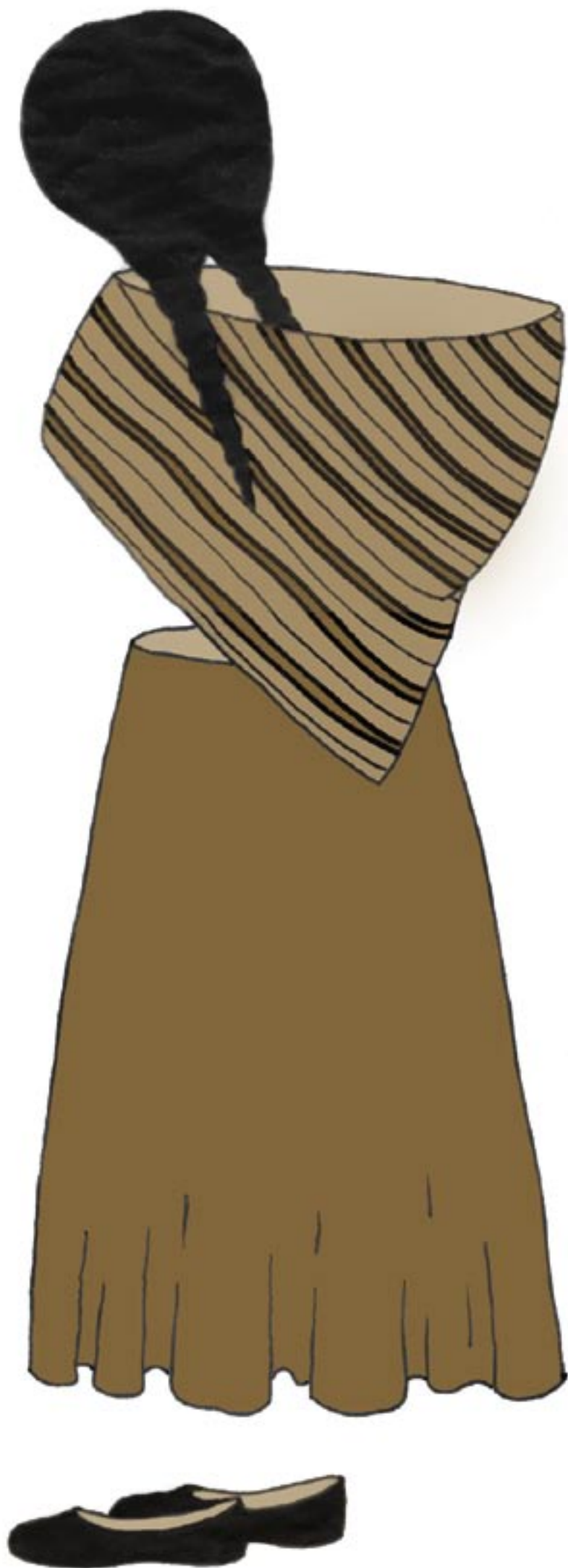
NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, A BOLÍVIA JÁ CONHECEU TRÊS PRESIDENTES. PRIMEIRO SANCHÉZ DE LOZADA, DEPOIS CARLOS MESA, AMBOS DERRUBADOS PELA POPULAÇÃO CANSADA DA CORRUPÇÃO E DO SAQUE DAS RIQUEZAS NATURAIS DO PAÍS POR PARTE DAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS. O NOVO SUCESSOR, EDUARDO RODRIGUEZ, TEM POR MISSÃO CONVOCAR ELEIÇÕES E ACALMAR A REVOLTA GENERALIZADA. MAS AS “GUERRAS DO GÁS” DE OUTUBRO DE 2003 E MAIO DE 2005 SÃO LUTAS QUE FICAM NA MEMÓRIA DO PAÍS E DELAS DEVEMOS RETIRAR ALGUMAS LIÇÕES IMPORTANTES.

OS PARTIDOS tradicionais da ex-“megacoligação”, desprestigiados e repudiados massivamente por terem sido um instrumento da aplicação dos planos neoliberais e da entrega dos recursos naturais às transnacionais, juntaram-se a Evo Morales e ao Movimiento Al Socialismo (MAS) para designar, sem ter em conta a vontade popular, um novo presidente para o país: Eduardo Rodriguez¹.

A decisão chegou após três semanas de convulsão social e um morto. Nesses dias assistimos a uma mobilização de massas só comparável à de Outubro de 2003. O regime viu-se cercado por uma revolta popular que trouxe novamente a Bolívia aos olhos do mundo ao derrubar o segundo presidente constitucional em menos de dois anos.

Em meados de Maio multiplicaram-se os conflitos sociais por causa de salários, terras, água, autonomias regionais e, fundamentalmente, pelos rendimentos dos hidrocarbonetos. De novo, o presidente Carlos Mesa lavava as suas mãos e o Congresso aprovava uma lei de hidrocarbonetos tão ou mais entreguista que a anterior. O MAS, graças à mobilização e pressão das suas bases, viu-se obrigado a abandonar demagogicamente a sua proposta de 50% de imposto.

As mobilizações cresciam e radicalizavam-se, o país polarizava-se, o parlamento via-se cada vez mais encurralado e o débil governo de Mesa tremia. Evo Morales clarificava para as câmaras que o seu partido respeita a democracia e que estava fora de hipótese o encerramento do parlamento, deixando outra vez bem claro qual o seu papel na defesa desta democracia capitalista boliviana.



A CRISE PASSO A PASSO

2003

15 SETEMBRO

Camponeses da zona do lado Titicaca dão início a um bloqueio de estradas contra a exportação de gás natural para os Estados Unidos e para que sejam ouvidas as suas reivindicações sociais e políticas. Entre elas, o arranque de um plano estruturado de desenvolvimento rural e a retirada do apoio governamental à criação da Área de Comércio Livre das Américas (ALCA).

20 SETEMBRO

Um enfrentamento entre polícia e camponeses termina na morte de um soldado e quatro civis na aldeia indígena de Warisata, perto do lago Titicaca.

25 SETEMBRO

A Central Obrera Boliviana (COB) junta-se à luta e convoca uma greve geral por tempo indeterminado a partir de dia 29, exigindo a renúncia do presidente Sánchez de Lozada.

26 SETEMBRO

O Movimiento al Socialismo (MAS), dirigido pelo líder *cocalero* Evo Morales, junta-se ao protesto.

27 SETEMBRO

Os ministros dos Assuntos Campesinos e de Participação Popular vão à cidade de El Alto para negociar uma saída para a crise com a Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia, liderada por Filipe Quispe. A tentativa fracassa.

29 SETEMBRO

Começa a greve geral por tempo indefinido convocada pela COB

30 SETEMBRO

Em La Paz, milhares de pessoas participam numa manifestação contra a exportação de gás para os Estados Unidos.

3 OUTUBRO

Os *cocaleros* aderem aos protestos e bloqueios de estradas.

8 OUTUBRO

Começa na cidade de El Alto uma paralisação cívica com bloqueios e marchas

9 OUTUBRO

Em El Alto, duas pessoas morrem e pelo menos dezasseis ficam feridas em enfrentamentos entre polícia e manifestantes (muitos deles mineiros vindos de Oruro).

11 OUTUBRO

O governo manda o exército para El Alto e registam-se mais dois mortos, entre os quais uma criança com cinco anos.

12 OUTUBRO

Rebenta a insurreição popular em El Alto em resposta à repressão. O dia de conflitos acaba com 26 vítimas mortais. A revolta generaliza-se e começa a chegar a outros pontos do país.

13 OUTUBRO

O governo emite um decreto que estabelece que "não será vendido mais gás natural para o estrangeiro até que a população seja consultada". Apesar disto, o protesto radicaliza-se. Choques violentos no segundo dia da insurreição deixam 32 mortos em El Alto. O vice-presidente Carlos Mesa retira o seu apoio a Lozada mas continua em funções, enquanto o ministro do desenvolvimento económico se demite, sem que o seu partido (MIR) se afaste do governo.

14 OUTUBRO

A Organização dos Estados Americanos (OEA) declara o seu apoio a Lozada, enquanto os Estados Unidos expressam a sua profunda preocupação pela crise e a sua defesa incondicional do "Gringo".

15 OUTUBRO

O governo anuncia a "convocatória para um referendo consultivo sobre a política de exportação de gás, sobre uma Assembleia Constituinte e sobre a lei de hidrocarbonetos". Mas já é demasiado tarde. Foi derramado muito sangue popular para que as direcções possam negociar com ele. João Paulo II faz um apelo ao diálogo na Bolívia. Ou seja, até o papa sai em defesa da continuidade de Lozada. Cerca de dois mil mineiros que pretendiam chegar a La Paz enfrentam o exército e a polícia em Patacamaya, enquanto os embates e a revolta popular se estendem a Cochabamba. Pelo menos duas pessoas morreram no oeste do país. Começa a mobilização de massas rumo a La Paz.

16 OUTUBRO

Lozada recusa demitir-se porque isso ia levar à "instauração de uma ditadura narco-sindical". A oposição política e social recusa a oferta do governo para fazer o referendo e volta a pedir a renúncia do presidente. Brasil e Argentina enviam delegados a La Paz para encontrar "vias de diálogo que ponham fim à crise". De facto, também Lula e Kirchner vieram em socorro de Sánchez de Lozada, mas já era demasiado tarde... A praça de San Francisco, que rodeiam o palácio presidencial está ocupada por uma multidão.

17 OUTUBRO

Em La Paz, 250 mil pessoas exigem a demissão de Sánchez de Lozada. A Nova Força Republicana (NFR), membro da coligação de governo, afasta-se definitivamente e pede a demissão do presidente horas antes da reunião do Congresso.

Lozada reúne-se com os enviados argentino e brasileiro, depois com os seus colaboradores e acaba por transferir para o ex-presidente Paz Zamora, seu aliado no governo, o anúncio público da sua resignação. Lozada foge num avião para Miami. O vice-presidente Carlos Mesa faz juramento como novo chefe de estado.

2004

14 ABRIL

Carlos Mesa substitui três ministros e anuncia o referendo sobre a política de exploração do gás natural. Ao mesmo tempo apresenta a proposta de lei dos hidrocarbonetos.

18 DE JULHO

O referendo dá a vitória ao SIM à proposta governamental, mas os boicotes que levaram a abstenção aos 40% (o voto é obrigatório) e a forma ambígua como eram formuladas as perguntas dão origem a interpretações divergentes do resultado.

7 SETEMBRO

O Congresso discute a lei dos hidrocarbonetos que propõe novos contratos para companhias estrangeiras. Mesa propõe aumentar os impostos sobre as companhias de forma a que o Estado fique com metade dos lucros.

Marchas massivas de trabalhadores e camponeses chegavam diariamente a La Paz e o mesmo sucedia noutras cidades. Os bloqueios alastraram até deixar 80% do país incomunicável. Mantinha-se firme a paralisação geral em El Alto e os efeitos do cerco a La Paz notavam-se por exemplo no aumento dos preços e no fim do abastecimento de combustível e produtos de primeira necessidade. Em todo o país aumentava e unificava-se o grito em três palavras de ordem: "Nacionalização Sem Indemnização", "Fora Mesa" e "Fecho do Parlamento".

Ante este quadro político, o presidente apresenta a renúncia na noite de 6 de Junho. La Paz permanece sitiada no dia seguinte. Mesa refugia-se no Palacio Quemado, esperando por algum desenlace para a crise. Os olhares viram-se para Hormando Vaca Díez, o primeiro na linha de sucessão constitucional, assim que o Congresso aprovou a renúncia de Mesa. Nesse dia, o centro da capital assistiu a um dos mais duros enfrentamentos com a polícia, que durou várias horas e resultou em 50 detenções e vários feridos. As ruas acolhiam muitos milhares de manifestantes que vinham de El Alto e confluíam com as manifestações de La Paz nos arredores da praça onde se ouvia o grito unânime de "*Hormando, ni cagando*", uma clara recusa à possibilidade de que Vaca Díez, considerado um dos principais autores da crise no país, assumisse a presidência.

No meio do caos, sabendo e sentindo a reprovação dos sectores mobilizados e sem disfarçar o desejo de ser presidente, Vaca Díez pôs publicamente a hipótese de transferir o Parlamento para Sucre, já que em La Paz não estavam reunidas as garantias necessárias. No dia 8, a Bolívia vivia uma espera tensa. A incerteza e a resistência aumentavam o calor dos rumores, quer de uma possível repressão militar ou "guerra civil" no caso de Vaca Díez assumir o poder ou de haver eleições antecipadas, ambas as saídas com o objectivo claro de travar as mobilizações que ameaçavam cada vez mais o poder.

Foi assim que no dia 9 as atenções se centraram em Sucre, onde deputados e senadores se reuniram para decidir o destino do país. As mobilizações, que já tinham avisado que acompanhariam o Parlamento onde quer que ele fosse, cumpriram o prometido. E para ali se deslocaram milhares de manifestantes, que se juntaram à maioria da população sucrense. Professores, estudantes, mineiros, moradores, encontraram-se em redor da sessão parlamentar para impedir a posse de Vaca Díez e pressionar pelas reivindicações que ecoavam por todo o país.

Passavam as horas e enquanto os políticos se entretinham com os jogos de poder, os sectores sociais mantinham as mobilizações e as vigílias. Os embates com a polícia e as nuvens de gás lacrimogénico espalhavam-se pela cidade e a pressão aumentava sobre os deputados. Logo chegou a notícia que correu o país, acompanhada pela dor e pela raiva: a poucos quilómetros, caía morto por uma bala de guerra o companheiro mineiro Carlos Coro Mayta.

Neste ambiente descontrolado, cercados, aterrorizados, desesperados e dispersos pelos hotéis do centro, os deputados e senadores chegavam à conclusão que era preciso pôr um ponto final à situação. A ex-megacoligação e o MAS puseram-se de acordo para encontrar uma saída dentro dos mecanismos e canais que a democracia dispõe para travar a mobilização. Como ilustram as palavras de Gustavo Torrico, deputado do

MAS, comentando para a rádio a conversa com um deputado adversário: “Eu disse ao deputado Paniagua: já há um morto. Ele respondeu-me ‘sim, é grave, então nós engarregamo-nos de convencer o Hormando a renunciar, mas vocês tratam de pacificar aquilo lá fora”

Nessa noite e com o peso de um morto às suas costas, o Parlamento decidiu em trinta minutos para fazer o que não fez em tres dias. Finalmente Cossio e Vaca Diez, apesar dos seus desejos, renunciavam aos seus cargos. Quem assume a presidência é Eduardo Rodriguez, que convocará eleições antecipadas para o fim deste ano. Imediatamente se ouviu um novo grito por parte dos sectores mobilizados em todo o país: “O povo não lutou para trocar um presidente por outro, o povo luta e quer a nacionalização de todos os recursos naturais”.

CONTRA A TRÉGUA, VOLTAR ÀS RUAS

Não há sabor a derrota. Antes a sensação de que não se ganhou nada. E de fraude também. Lutou-se pelo gás e dão-nos um novo presidente e eleições. O argumento de que o novo governo é apenas de transição para convocar eleições (que não se sabe se serão apenas presidenciais ou gerais) é uma nova e grande armadilha que pretende não só adiar tudo para essa data mas sobretudo usurpar a mobilização popular que em nome da nacionalização do gás conseguiu derrubar Carlos Mesa, Vaca Diez e Cossio.

Temos de mostrar com a mobilização nas ruas que só o povo pode decidir sobre os destinos do país. Implementar as assembleias populares de trabalhadores e moradores, como se começou a fazer em El Alto (embora de forma inconsequente) com delegados por local de trabalho, aldeias, fábricas, quarteirões, e onde se discuta absolutamente tudo: o que fazer com o país, com a sua economia e as suas instituições, o que fazer na relação com o resto do mundo, etc. E confluir numa grande assembleia nacional ou como se lhe quiser chamar, onde, mandatados pela base, se defina o rumo do país: em primeiro lugar a nacionalização do gás e a convocação de uma verdadeira assembleia constituinte, sem armadilhas, verdadeiramente livre e soberana. Tudo coisas que nunca poderão vir do Congresso desta megacolição ou desta democracia racista dos ricos.

* Membro de Socialismo ou Barbárie (SoB Bolívia). Este é um excerto do artigo publicado no jornal Socialismo Revolucionario, de La Paz, em junho 2005, e tal como a cronologia ao lado, foi editado e traduzido por Luís Branco. O texto completo em castelhano está aqui: www.socialismo-o-barbarie.org/bolivia_arde/050629_a_nuevo_gob.htm

NOTA:

1- Eduardo Rodriguez é um advogado com estudos superiores em Harvard. Foi subcontrolador dos Serviços Legais do organismo que tem as funções de Tribunal de Contas durante a gestão de António Sánchez de Lozada, irmão do presidente. O prémio pelos seus “bons serviços” foi nomeá-lo membro e logo em seguida presidente do Supremo Tribunal, ou seja, quarta figura do Estado. Então Rodriguez voltou a servir de protector dos Sánchez de Lozada, que mantêm grande parte do poder político na Bolívia. Será este homem que levará adiante as eleições no país...

13 OUTUBRO

Um ano depois da insurreição popular, milhares de pessoas manifestam-se em La Paz exigindo o julgamento do ex-presidente Sánchez de Lozada pela morte de dezenas de pessoas durante a repressão. O Congresso autoriza um inquérito sobre as responsabilidades de Lozada.

21 OUTUBRO

Por unanimidade, é aprovada a lei dos hidrocarbonetos.

30 DEZEMBRO

É decretado o aumento do preço dos combustíveis, devido à retirada do subsídio estatal à gasolina e gasóleo.

2005

1 DE JANEIRO

Sindicatos e movimentos sociais organizam bloqueios e greves por tempo indeterminado.

10 JANEIRO

Depois do presidente ter ameaçado renunciar ao cargo caso haja violência, os protestos contra o aumento do preço dos combustíveis espalham-se pelo país.

20 DE JANEIRO

Carlos Mesa recua e anuncia a revisão da medida que acabou com o subsídio aos combustíveis.

11 MAIO

Após a lei dos hidrocarbonetos ter sido emendada no Senado e novamente aprovada pelos deputados, Mesa interrompe o processo para convocar reuniões de debate sobre a reforma do sector energético.

16 MAIO

Sobem de tom os protestos exigindo a nacionalização da exploração de gás e petróleo. A COB convoca uma greve com o mesmo propósito.

24 DE MAIO

As manifestações sucedem-se e juntam dezenas de milhar de pessoas. Em La Paz há confrontos com a polícia.

30 DE MAIO

Continuam os protestos e cortes de estrada que chegam a deixar bloqueadas as vias de acesso à capital.

3 DE JUNHO

No meio da crise social e do clima de revolta, Carlos Mesa convoca uma Assembleia Constituinte e um referendo sobre as autonomias.

6 DE JUNHO

Carlos Mesa apresenta a renúncia à presidência

9 DE JUNHO

O presidente do Supremo Tribunal, Eduardo Rodriguez, substitui Carlos Mesa na presidência da Bolívia. É o terceiro presidente em três anos e tem agora 150 dias para convocar eleições.

ALERTA ZAPATISTA

RICARDO GOMES *

ILUSTRAÇÕES DE CARLA CRUZ

NA SEGUNDA METADE DE JUNHO, EM CHIAPAS, O EXÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (EZLN) SURPREENDEU O MUNDO COM O LANÇAMENTO DE UM ALERTA VERMELHO. A VIDA DE MAIS DE UM MILHAR DE COMUNIDADES EM REBELDIA PODE ESTAR A MUDAR RADICALMENTE. CONVÉM, NO ENTANTO, REAVIVAR A MEMÓRIA, PARA ENTENDER BEM A GRAVIDADE DA SITUAÇÃO EM QUE SE ENCONTRAM AS E OS ZAPATISTAS.

DEPOIS DO primeiro comunicado assinado pelo sub Comandante Marcos, vários outros se sucederam aclarando a posição do EZLN, que termina na Sexta Declaração da Selva Lacandona. Existem, no entanto, imensos factores de análise que nos poderão ajudar a entender este novo passo na luta revolucionária em Chiapas.

Convém exercitar, primeiro que tudo, a memória antes de passarmos aos factos actuais. Começemos pelos anos de decadência desse partido caciquista que minou os caminhos da política no país, o Partido Revolucionário Institucional (PRI). A aparição do EZLN desgastou finalmente, entre outros factores, as sete décadas de poder onde se havia instalado o PRI. Após anos de diálogos frustrados entre as duas partes e o EZLN apenas conheceu a traição e os ataques cobardes por



**SOMOS TODOS
MARCOS**

paramilitares, indígenas, pagos pelo governo para aniquilar a resistência. Fica-nos sempre a memória de Acteal, uma aldeia onde morreram 45 mulheres e crianças a 22 de dezembro de 1997. Ernesto Zedillo cai derrotado nas eleições de 2000, pelo antigo patrão da Coca Cola mexicana, Vicente Fox, eleito por um partido cuja sigla inspira tudo menos confiança: o Partido da Acção Nacional (PAN).

2001 é um ano importante e que começa a marcar os acontecimentos que nos levam até ao alerta vermelho. Começemos pela Marcha Zapatista. Os e as comandantes do EZLN, arrastados por uma gigante onda de apoio popular, rumam das montanhas até ao centro de poder do país: o palácio do Congresso. Por um dia, umas horas, os que foram - desde que Hernán Cortez trouxe pela força das armas o capitalismo para

A partir de finais de 2001 e perante o autismo dos governantes,
o EZLN declara um silêncio à comunidade internacional.
Começava um longo período de reflexão interna nas
comunidades. O alerta vermelho é o fim desse processo

o continente americano – espezinhados e humilhados entraram num lugar desde sempre fechado aos habitantes do país. Pela voz da comandante Esther, que discursou por representar o mais dos mais humilhados, por mulher e por indígena, ouviram-se as exigências dos povos zapatistas e não só. O Congresso Nacional Indígena (CNI), onde estão representadas todas as culturas pré-colombianas mexicanas, deu o seu incondicional apoio ao EZLN. Dentro do congresso faziam-se ouvir as vozes que exigiam entre outras questões, o cumprimento dos Acordos de San Andrés. Nestes acordos estão consagrados os mais elementares direitos das populações indígenas, mais, está consagrada a sua existência oficial! Cá fora, no Zócalo, a enorme praça em frente ao congresso, 500 mil pessoas davam o eco às exigências. Dentro das cabeças dos membros do governo apenas estava a intolerância e a estupidez. Ou seja, a situação dos indígenas fica na mesma, pelo menos ao nível oficial. Ora, a partir de finais de 2001 e perante o autismo dos governantes, o EZLN, declara um silêncio à comunidade internacional. Começava um longo período de reflexão interna nas comunidades. O alerta vermelho é o fim desse processo. Da declaração de 20 de Junho retiramos as seguintes palavras: “... desde meados do ano de 2002, o EZLN entrou num processo de reorganização da sua estrutura político-militar. Esta reorganização interna terminou.”

Que processo terminou aqui? Que acontece presentemente em Chiapas? À parte das extrapolações político-partidárias que as próximas eleições no México possam causar, existem factores bem mais importantes. Convém destacar aqui o Plano Puebla Panamá (PPP) impulsionado por Fox. Este plano de faraónicas ambições e proporções está a marcar os acontecimentos pois nele estão expressas enormes ambições económicas e de domínio geo-estratégico. De lembrar as declarações oficiais do governo após a Marcha Zapatista que afirmavam que o cumprimento dos Acordos de San Andrés choca completamente com os interesses do PPP. Agora, que interesses estão aqui?

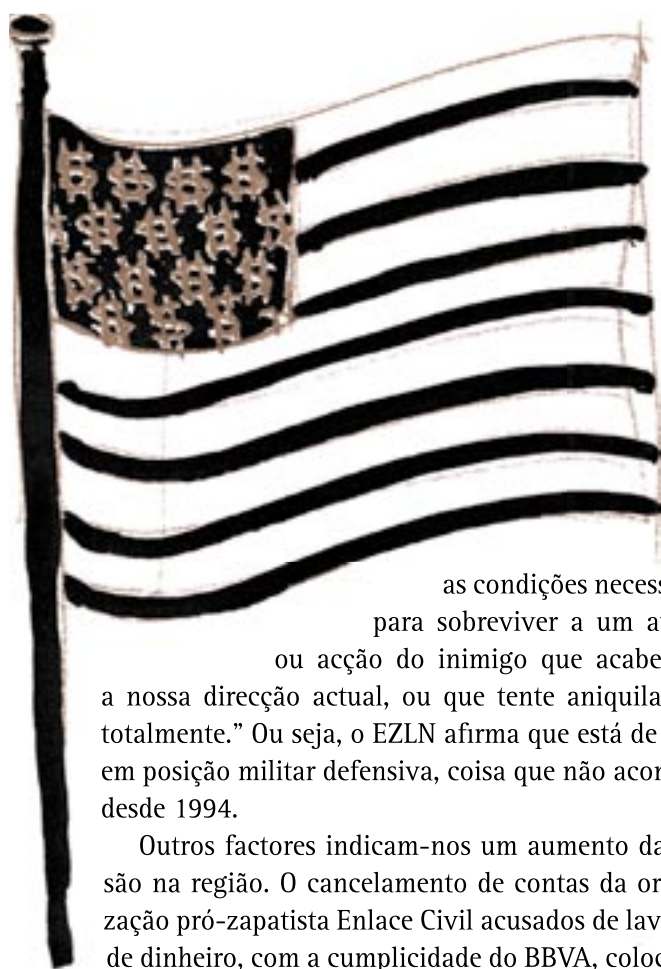
Desde o estado de Puebla – a sul da capital mexicana – até ao Panamá estende-se toda a área de interesses onde diversas multinacionais têm os olhos postos e que representa cerca de 14% da biodiversidade mundial, ou seja, a seguir à selva ama-

zónica o segundo pulmão do planeta. Oficializado o plano pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, braço amigo do FMI que alberga outros amigos como as multinacionais que o promovem: Coca Cola, Monsanto, Novartis, General Motors... Outras amizades se juntam ao banquete como os governos do Japão e a União Europeia, esta última financiando projectos de protecção ao meio ambiente que acabam na expulsão de comunidades zapatistas da reserva dos Montes Azuis. Já se sabe que segundo o ponto de vista empresarial, os índios representam um obstáculo à conservação da Natureza, entendida aqui por interesses económicos. Mas aqui, sobretudo interessa-nos perceber o caso da reserva dos Montes Azuis.

No IV Encontro Internacional de Economistas Sobre Globalização e Problemas de Desenvolvimento, que se realizou em La Habana, Cuba, em meados de maio de 2001, denunciou-se que “as corporações multinacionais, apoiadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, controlam mais de 90% das patentes sobre materiais biológicos.” No mesmo também se denunciou o interesse da “Agência de Ajuda Internacional ao Desenvolvimento (AID), na busca de elementos bióticos para o desenvolvimento de armas químicas e biológicas nos Estados Unidos, e de medicamentos que logo são monopolizados pelos laboratórios farmacêuticos.¹ Ora, esta reserva tem todos os elementos que interessam às referidas multinacionais atrás referidas...

Pois já percebemos parte dos problemas que o PPP pode acarretar. Então, entrando nos últimos acontecimentos que poderão ter despertado o alerta vermelho zapatista, começamos pela visita de Condoleezza Rice a Chiapas ocorrida no mês de Março. Pois o âmbito desta visita coincide (!) com a descoberta de plantações de marijuana no território dos Montes Azuis. A secretária de estado visita Chiapas para tratar de assuntos relacionados com a segurança nas fronteiras relacionada com o narcotráfico. Fala-se de uma espécie de Plano Colômbia² e começam a registar-se movimentações do exército mexicano na área. Desde um traçado de toda a zona zapatista, colocando novos quartéis e novas posições, abertura de caminhos e exercícios de patrulhamento e o levantamento dos grupos paramilitares, tudo nos parece indicar que o EZLN pode estar sob ameaça. No segundo comunicado, Marcos esclarece: “...Temos

Em Março deste ano, Condoleeza Rice visitou Chiapas.
Ao mesmo tempo apareceram plantações de marijuana
nas comunidades zapatistas, situação que a fez indignar-se
ao ponto de começar a idealizar uma espécie
de Plano Colômbia para Chiapas



as condições necessárias
para sobreviver a um ataque
ou acção do inimigo que acabe com
a nossa direcção actual, ou que tente aniquilar-nos
totalmente.” Ou seja, o EZLN afirma que está de novo
em posição militar defensiva, coisa que não acontecia
desde 1994.

Outros factores indicam-nos um aumento da tensão na região. O cancelamento de contas da organização pró-zapatista Enlace Civil acusados de lavagem de dinheiro, com a cumplicidade do BBVA, colocam o EZLN numa possível situação de “narcoterrorista” e legitimam acções anti-terroristas. O fortalecimento da fronteira Chiapas Guatemala, a presença de elementos do FBI no mesmo dia 20 de Junho para resolver problemas com máfias centro-americanas levam-nos a pensar o pior. Todos estes indícios levam a crer que o alerta vermelho é uma forma de tentar deter uma possível operação para destruir o movimento. Por isso anunciaram um regresso à clandestinidade.

Pensou-se de início um regresso ao conflito, à guerrilha, mas a Sexta Declaração da Selva Lacandona deixa bem clara as intenções dos zapatistas. Após uma extensa consulta, realizada de baixo para cima, tratando de manter a norma de “mandar obedecendo” o EZLN anuncia um novo passo. Na Declaração estendem uma lista de análises ao neoliberalismo selvagem de como afecta o mundo e o México. Em seguida explicam quais as suas intenções. Nada melhor que as próprias palavras de Marcos para percebermos bem o que podemos esperar da situação:

“... e queremos dizer aos irmãos e irmãs da Europa Social, ou seja a que é digna e rebelde, que não estão sozinhos. Que nos alegram muito com os seus grandes movimentos contra as guerras neoliberais. (...)

E queremos dizer ao mundo que o queremos fazer tão grande, tão grande que caibam todos os mundos que resistem por-

que os neoliberais os querem destruir (...)

Bom, pois no México o que queremos fazer é um acordo com pessoas e organizações de esquerda, porque pensamos que é na esquerda política onde está a ideia de resistir contra a globalização neoliberal (...)

E então, segundo o acordo da maioria dessa gente que vamos ouvir, fazemos uma luta com todos, com indígenas, operários, camponeses, estudantes, professores, empregados, mulheres, crianças, idosos, homens, e com todo aquele que tenha bom o coração e tenha vontade de lutar para que não se acabe de destruir e vender a nossa pátria que se chama ‘México’...”

Quer dizer que o novo passo do EZLN é abrir a sua luta ao resto das classes sociais, abrindo assim uma luta que até aqui era indígena. Também esclarece o que foi interpretado como um possível “regresso às armas” quando diz que “o que vamos fazer no México e no mundo, vamos fazê-lo sem armas, com um movimento civil e pacífico...” Abrirão ainda mais as suas relações com as “organizações que resistem e lutam contra o neoliberalismo...” Afirmam a possibilidade de vir a realizar mais um encontro intercontinental, talvez em dezembro deste ano.

Estão claros então os objectivos do EZLN, estabelecer contactos e alianças com a esquerda combatente, marcando, no entanto a sua posição de não alinhar num esquema partidário ou de toma do poder. Isto deve-se ao enorme desapontamento com os partidos mexicanos, criado pela sabotagem de todos os caminhos institucionais por parte sobretudo da presença do PRI durante mais de 70 anos no poder. Também a desilusão criada pelo Partido da Revolução Democrática (PRD) ajuda a que a descrença no sistema partidário seja maior. Por isso se estão a criar alternativas e no espectro político mexicano, as apresentadas pelo EZLN podem ser bem viáveis. Agora para que tal aconteça temos de dar a nossa parte, porque a luta contra o neoliberalismo se faz no planeta inteiro. Só nos resta então reflectir no apelo à solidariedade emitido e que assim termina:

“E esta foi a nossa palavra simples dirigida aos corações nobres de toda a gente simples e humilde que resiste e se revolta contra as injustiças em todo o mundo.

DEMOCRACIA! LIBERDADE! JUSTIÇA!

Desde as montanhas do Sudeste Mexicano...”

* Ricardo Gomes foi observador internacional junto de algumas comunidades indígenas em Chiapas. ricardo@combate.info

NOTAS

1- Fonte: <http://www.azine.org>

2- O Plano Colômbia é uma forma de eliminar a guerrilha colombiana com a desculpa do narcotráfico. Os resultados práticos desta política têm sido a devastação de plantações de coca e ataques do exército contra os camponeses desta região.

BIENAL DE VENEZA

ROTAÇÕES DA ALTA RODA DAS ARTES VISUAIS

ÂNGELO FERREIRA DE SOUSA*

NAS PRIMEIRAS PÁGINAS DO CATÁLOGO DO PAVILHÃO AUSTRALIANO, NA NOTA DE BOAS-VINDAS, O “DIRECTOR GERAL DO CONSULADO” DESTE PAÍS, APRESENTA ORGULHOSO, O REPRESENTANTE NACIONAL, RICKY SWALLOW, NO “MAIS IMPORTANTE EVENTO DAS ARTES VISUAIS NO MUNDO” E COMPARA A BIENAL A UM TIPO DE “JOGOS OLÍMPICOS DA ARTE”.

ESTA COMPARAÇÃO não é impertinente, aliás repete-se em várias “apresentações” de vários catálogos, essas notas introdutórias que por tradição (?) estão reservadas aos políticos (ou aos seus assessores), que entre agradecimentos e satisfações, disparam os lugares-comuns que têm mais à mão sobre a importância da arte na sociedade.

Falamos da 51ª Bienal de Veneza, inaugurada no passado dia 12 de junho e patente até 6 de Novembro no cenário ofuscante daquela cidade do Adriático. Cinquenta e uma edições significam 110 anos de história, este ano, pela primeira vez, dirigido por duas mulheres, as comissárias Maria de Corral e Rosa Martínez, ambas do Estado Espanhol. Tal novidade suscitou grandes expectativas de renovação de tão antiga instituição, abalada já pelos azares típicos da idade. Os dois projectos expositivos que aceitaram comissariar – “*The experience of Art*” (M. Corral) e “*Always a Little Further*” (R. Martínez) – apresentam uma selecção de artistas activos desde dos anos 70 aos nossos dias, “com um olho posto no futuro próximo”, segundo a visão optimista do comunicado de imprensa. As exposições que foram organizadas em separado, com esperanças de complementaridade, ocupam dois imensos espaços da cidade. A este quarteirão de milhares de metros quadrados deve ainda acrescentar-se os 70 pavilhões nacionais, a maior participação em número da história do evento.

O director da Bienal é nomeado por uma Fundação homónima e cada participação nacional deve escolher o seu comissário, e este o artista ou artistas que “representarão” o país. Não será estranho constatar que a maioria dos países optam por artistas nacionais, apesar de nenhuma regra impedir que se convidem estrangeiros. Nos *Giardini* da Bienal concentram-se os 40 pavilhões históricos e permanentes que

foram sendo construídos ao longo da história do evento. As restantes 30 participações nacionais estão dispersas pela cidade, em edifícios normalmente arrendados, como é caso de Portugal, que cada edição mudam e nos quais as condições expositivas são muito desiguais.

Uma curiosa observação poderá ser feita por um potencial visitante: passear no “Jardim das Nações”, admirando apenas a arquitectura dos edifícios. Desde das colunas neoclássicas do pavilhão dos Estados Unidos às colunas nacional-socialistas do alemão, vão desfilando as diversas ideologias associadas ao conceito de nação feitas pedra e estuque, num ambiente festivo que lembra a nostálgica atmosfera do “Portugal dos Pequeninos”. É a este cenário anacrónico que se dirigem milhares de pessoas de todo o mundo para se sincronizarem com as novíssimas propostas da arte contemporânea. Alguns artistas foram contextualizando o seu trabalho a este espaço, este ano o catalão Muntadas lembra, no pavilhão espanhol, alguns dados sobre a Bienal. Os mais distraídos podem então descobrir que os dois países africanos que participam no evento são o Egipto e Marrocos.

A comparação dos Jogos Olímpicos parece-nos assim bem mais pertinente do que a princípio se podia imaginar. Uns jogos também para as empresas que os pagam, que estimulam o *doping* de alguns artistas, consensos nacionais fabricados segundo determinadas receitas que nem sempre resultam bem. Tudo pode depender da selecção pela qual se corre e das relações que se tenha ou não com o “comité” nacional.

Isto não impede que, por vezes, ocorram alguns interessantes curtos-circuitos. Na última edição da Bienal (50ª) Santiago Sierra fechou o pavilhão espanhol, a todos os não-espanhóis. Vigilantes impediam a entrada aos visitantes que não mostrassem o passaporte *correcto*, e nem mesmo o director da Bienal pode entrar. Este projecto provocou um escândalo, que chegou a chamuscar o governo de Aznar, a direita espanhola não gostou que a pilhéria, uma clara referência às políticas de imigração do governo, fosse paga com dinheiro público e que *representasse* a Espanha. A história da Bienal, tal como a história da arte do século XX, está marcada por este tipo de episódios.

Este ano, o “caso”, bastante mais triste, é visível no catálogo da exposição em seis páginas negras. Gregor Schneider, artista alemão nascido em 1969, e vencedor do Leão de Ouro numa anterior edição da Bienal, quis reconstruir o edifício central da grande mesquita de Meca, o cubo negro que significa o local mais sagrado para os muçulmanos, no centro da Piazza de San Marco, ali mesmo, em Veneza. Segundo as palavras do artista, a “recriação” do edifício, um dos mais belos jamais construídos, significaria uma revelação que poderia contribuir a uma aproximação entre visões do mundo aparentemente enfrentadas. O projecto foi sumariamente banido,

A Bienal de Veneza, a mais famosa das exposições prova, uma vez mais, a falência do seu modelo, do anacrónico sistema das velhas nações e dos velhos pavilhões

nunca chegou a ser montado e a representação gráfica da ideia proibida de ser apresentada no catálogo da Bienal. Nenhuma explicação é dada aos visitantes sobre os motivos de tal censura, e do projecto apenas resta uma projecção vídeo.

As infelicidades desta edição da Bienal não se ficam por aqui. Num aparente pavor de afirmar alguma tese, que pudesse ser confundida ou mal interpretada, as comissárias desiludiram as expectativas criadas. Rosa Martínez, de quem muito se esperava, já que fora duramente crítica com as edições anteriores, foi apenas capaz de construir uma exposição confusa e inconsistente, sem perceptível diálogo entre as propostas dos artistas. Procurou uma paridade entre homens e mulheres, que não pode garantir, por si só, o sucesso da empreitada. De Maria de Corral, possuidora de um currículo de sabor conservador, esperavam-se menos surpresas. As suas escolhas misturam velhas jóias como o conterrâneo Antoni Tàpies ou o falecido Francis Bacon que ficam sempre bem, com jovens quase desconhecidos como os portugueses Vasco Araújo e João Louro. Corral “arriscou” um pouco com estes artistas pouco ou nada consensuais mas assegurou-se com uma concentração de famosos, que seria fastidioso enumerar, digna dos melhores compêndios de arte contemporânea. A sua exposição “*The experience of Art*” consegue, apesar de tudo, ser mais coerente que a da sua colega catalã.

A Bienal de Veneza, a mais famosa das exposições prova, uma vez mais, a falência do seu modelo, do anacrónico sistema das velhas nações e dos velhos pavilhões, não conseguindo apresentar propostas de solução à crise dos modelos de “exposição”.

No entanto, como sempre acontece neste tipo de colectivas, determinadas participações individuais, conseguem, à margem dos possíveis equívocos dos organizadores, apresentar trabalhos de grande eficácia e qualidade. Seria injusto deixar de salientá-lo. Dos mais de duzentos artistas participantes destacamos três, oriundos de latitudes longínquas dos grandes centros, que podem aqui servir de exemplo de algumas estratégias (micro-)políticas da actualidade das artes visuais.



Regina José Galindo, *Quien puede borrar las huellas*, 2003
Performance. Photo Vitto

O artista Chen Chien-jen (Taipei, Formosa, 1960) no longo vídeo “*Factory*” (2003) apresenta-nos, sem palavras, uma comovedora história da indústria no seu país, e da crise social do “*Made in Taiwan*”, iniciada nos anos 90 quando as grandes fábricas começaram a procurar outras paragens mão-de-obra mais barata.

Regina José Galindo (Guatemala, 1974) utiliza o próprio corpo num confronto desigual com a repressão silenciosa e asfixiante do seu país. Nas suas *performances* (registadas em vídeo) deparamo-nos com situações limite, de carácter muitas vezes auto-destrutivo. No vídeo “*Quem pode apagar as marcas?*”, vemos a artista manchar as entradas de edifícios públicos, com os pés sujos de sangue humano. A surpresa e falta de reacção dos polícias remete-nos para a impune omissão das instituições perante os dramas da sociedade

guatemalteca. País onde, e apenas no ano de 2004, foram assassinadas 394 mulheres.

No pavilhão do Instituto Italo-latino americano, reúnem-se as participações de 11 países da região, que de outra forma ficariam sem representação. É aqui que podemos encontrar o vídeo “*Bocas de Cinza*” (do colombiano Juan Manuel Echavarría (Medellín, 1947). A acção está localizada na foz do rio Magdalena, o rio mais importante da Colômbia, onde confluem as águas de vários outros rios que cruzam o país. Durante os longos anos da violência militar, que duram até hoje, também confluíam neste ponto os cadáveres de muitos colombianos, assassinados por alguma das partes enfrentadas na guerra civil. Echavarría limita-se a registar uma tradição local, a das canções de relatos pessoais. Durante 17 minutos vemos as caras do sofrimento e ouvimos as cruéis ladainhas das suas histórias de vida, canções escritas e compostas pelos próprios. Um jovem negro albino explica como sobreviveu a um “erro” das FARC que dispararam uma arma atroz conhecida por “*pipeta de gas*” sobre uma igreja provocando a morte a 119 pessoas, das quais vários dos seus familiares. As restantes seis canções contam outras tantas tragédias do dia-a-dia colombiano.

* Ângelo Ferreira de Sousa é artista visual angelo@combate.info

POEMA À MEMÓRIA DE EUGÉNIO DE ANDRADE

JOSÉ LUÍS PEIXOTO

AS PALAVRAS a assentarem sobre o silêncio. Cada uma das palavras a assentar sobre o objectos que nomeia e a envolvê-los. Existe em cada instante uma organização e uma tranquilidade da natureza. Ao mesmo tempo, cada palavra é a pedra de estátuas a olharem para séculos com os mesmos olhos que não vêm os jardins ou o musgo que lhe cobre a pele. Quando se passa um dedo pela página sente-se essa pele de pedra e de musgo. Mas existem também os gestos, brancos e necessários. É nesses gestos que nasce o vento. É esse vento, branco e necessário, que passa pelas palavras e que as veste novamente de silêncio para que cheguem novas palavras e sejam únicas.

Existe também uma mesa, uma cadeira e o corpo de um homem que faz parte dessa mesa e dessa cadeira. A constância da manhã é também o corpo desse homem germinal. O tempo está preparado para a explosão que existe dentro de si e que é uma ressurreição do próprio tempo. As palavras dizem esse milagre, mas não o explicam. O homem fica, a mesa e a cadeira, o homem fica, há também uma janela, o homem fica com esse milagre na palma da mão. Vê-o elevar-se até ao ponto mais infinito depois do céu. Aquilo que era mais importante ficou com o homem e com as palavras. Ninguém poderá chegar a esse momento em que o homem e as palavras se misturaram. Ao contrário de todos os momentos do tempo, esse foi um momento imortal. E tudo o que era simples, tão simples,

não pôde ser dito senão por metáforas. O homem olha para as metáforas que são como fumo, como árvores, e lembra-se da palavra proibida: amor. Existe qualquer coisa que está em todas as metáforas e que está dentro dessa palavra proibida. O homem vê o milagre subir para o céu, a combustão das palavras, as metáforas, o fumo, e lembra-se da vida, silêncio, pedra, musgo.

E tudo o que era simples, tão simples, uma única palavra proibida, escorreu com o sangue, fios de sangue a desenrolarem-se e a escorrerem pela cal. A manhã a atravessar o sangue que cobria a janela. A manhã a tocar o sangue que cobria a mesa e as páginas. Uma única palavra proibida. Um único milagre. E o silêncio, vento, a chegar como uma maré, como sal, como luz, e a cobrir cada objecto, e a anteceder as palavras que os envolvem. O homem esquece os braços e os olhos. A vida existe fora do seu corpo. O seu corpo existe fora do seu corpo. Nas palavras, o homem procura água. O homem vive, está vivo e encontra água. Os versos escorrem água. As letras são sonhos de água. O poema é um milagre, silêncio, séculos, pedra, tranquilidade, vento, uma mesa, uma janela, um homem, fumo, tempo, céu, amor, amor, amor, sangue, manhã, luz e água. O poema é um milagre, amor e água. Depois, cada palavra retira-se devagar dos objectos que nomeia. Depois, o silêncio.

ADEUS

Já gastámos as palavras pela rua, meu amor,
e o que nos ficou não chega
para afastar o frio de quatro paredes.
Gastámos tudo menos o silêncio.
Gastámos os olhos com o sal das lágrimas,
gastámos as mãos à força de as apertarmos,
gastámos o relógio e as pedras das esquinas
em esperas inúteis.

Meti as mãos nas algibeiras e não encontro nada.
Antigamente tínhamos tanto para dar um ao outro;
era como se todas as coisas fossem minhas:
quanto mais te dava mais tinha para te dar.
Às vezes tu dizias: os teus olhos são peixes verdes.
E eu acreditava.
Acreditava,
porque ao teu lado
todas as coisas eram possíveis.

Mas isso era no tempo dos segredos,
era no tempo em que o teu corpo era um aquário,
era no tempo em que os meus olhos
eram realmente peixes verdes.
Hoje são apenas os meus olhos.
É pouco mas é verdade,
uns olhos como todos os outros.

Já gastámos as palavras.
Quando agora digo: meu amor,
já não se passa absolutamente nada.
E no entanto, antes das palavras gastas,
tenho a certeza
de que todas as coisas estremeciam
só de murmurar o teu nome
no silêncio do meu coração.

Não temos já nada para dar.
Dentro de ti
não há nada que me peça água.
O passado é inútil como um trapo.
E já te disse: as palavras estão gastas.

Adeus.

EUGÉNIO DE ANDRADE



era uma vez um arrastão

um vídeo de Diana Andringa



Dez de Junho, praia de Carcavelos. Muitos jovens juntam-se ao sol.

Há tensão e insultos. Depois chegará a polícia. Às 20h, as televisões apresentam ao país “o arrastão”, um crime massivo, centenas de assaltantes negros, em pleno Dia de Portugal.

O noticiário torna-se narrativa apaixonada de um país de insegurança e “gangs”, terror e vigilância. A maré engole o desmentido policial da primeira versão dos incidentes e vários testemunhos sobre uma inventona.

“Era uma vez um arrastão” passa em revista um crime que nunca existiu, a atitude dos media perante uma história explosiva e as consequências políticas e sociais de uma notícia falsa. Antes que esta nova crise de pânico passe ao arquivo morto, é necessário inscrevê-la na história da manipulação de massas em Portugal.